

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

EDIÇÃO ESPECIAL

40 ANOS DO PPGSS-UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Rosana Morgado

Sheila Backx

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra
Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes
Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio
Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo
Montaño Barreto, Cecília Paiva Neto
Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF),
Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco
José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela
Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves
Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi
Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica
Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José
Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento
Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile
Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de

Medeiros (CPDA/UFRJ), Lígia Silva Leite
(UERJ), Lília Guimarães Pougy, Listz Vieira
(PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti,
Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ),
Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/
UFRJ), Maria das Dores Campos Machado,
Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfírio
(NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro,
Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed
ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro
Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira
dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da
Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes
Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias,
Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio
Cunha Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ),
Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR),
Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo
Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana
Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian
Emmerick (UFRJ), Silvana Gonçalves de
Paula (CPDA/UFRJ), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/
FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF),
Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica
Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 26 n. ESPECIAL
2016
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 1-168	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	----------	------

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)

7 **Apresentação** Rosana Morgado & Sheila Backx

ENSAIOS

11 **Para a análise dos movimentos sociais urbanos: da concepção de comunidade à teoria do**

valor trabalho de Marx Maria Helena Rauta Ramos

61 **Quatro décadas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e a contribuição de Carlos Nelson Coutinho**

Marilda Villela lamamoto

91 **Notas sobre o PPGSS UFRJ: história, método e ação**

Lilia Guimarães Pougy

111 **Foi tecendo a manhã...** Yolanda Guerra

139 **Notas aligeiradas sobre um longo biênio** Sara Granemann

147 **Considerações sobre a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil** Fátima Grave Ortiz

ENTREVISTA

167 **Leila Bugalho** por Sheila Backx

PRAIAVERMELHA

APRESENTAÇÃO

Esta Revista, em edição especial, tem por objetivo celebrar os 40 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) completados em 2016, com a criação de seu mestrado (1976) e o doutorado em 1994, o primeiro de caráter público em Serviço Social no país. Portanto, o ano de 2016 – tão significativo para o Serviço Social no Brasil, em função dos 80 anos da criação do primeiro curso, 70 anos de criação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (hoje ABEPSS) e 20 anos das Diretrizes Curriculares para o ensino do Serviço Social – foi particularmente importante para a ESS/UFRJ.

A consistência da formação oferecida pelo programa pode ser atestada através de diferentes indicadores fazendo com que haja uma enorme procura de discentes provenientes de todos os Estados da Federação, das Américas do Sul e Central, dos mais variados cursos das áreas das Ciências Sociais e Humanas. Procuram também o programa inúmeros docentes de outros estados para a realização de estudos de pós-doutoramento.

Trinta e nove (39) docentes, incluindo um Emérito, integram o quadro do PPG, que tem como uma de suas características ser interdisciplinar. A interdisciplinaridade constituiu-se em uma diretriz adotada

pela Unidade de Ensino há mais de duas décadas, o que traz profícua interlocução entre as diferentes áreas do conhecimento.

Todos os docentes do programa coordenam ou estão inseridos em grupos de pesquisa; são 15 os grupos existentes, com rotinas de trabalho que envolvem: reuniões sistemáticas de estudo e organização de seminários, com a participação de discentes da pós-graduação e da graduação, bem como de docentes de outros grupos da própria Unidade, de outras Unidades da UFRJ e de outras Universidades.

Apresenta-se também como uma de nossas características a interlocução sistemática com Universidades e Centros de Pesquisa no país e fora dele, seja através da realização de pós-doutorado – 23 dos docentes realizaram pós-doutoramento, dos quais 16 fora do país – seja através da participação como conferencistas em Congressos Nacionais e Internacionais, realização de missões institucionais ou ainda através de convênios de pesquisa.

Uma tendência consistente revelada especialmente pelo doutorado ao longo destas duas décadas de existência é a da formação de quadros teórico-intelectuais para o exercício da docência em nível superior, fundamentalmente em instituições federais de ensino superior, mas também em estaduais, comunitárias e privadas.

Para esta edição foram convidadas docentes que exerceram a coordenação do Programa nos últimos vinte anos, bem como as que tiveram participação direta no perfil que hoje o PPGSS/UFRJ apresenta. Contribui também para esta edição uma docente do programa, integrante da executiva nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), gestão 2015-2016, com o cargo de Coordenadora Nacional de Pós-Graduação. Os artigos aqui apresentados obedecem a uma linha cronológica de vínculo ao programa.

O primeiro deles, redigido por Maria Helena Rauta Ramos, intitulado: "Para a análise dos Movimentos Sociais Urbanos: da concepção de comunidade à Teoria do Valor Trabalho de Marx", embora não se debruce exclusivamente sobre uma análise do programa, apresenta-se como fruto da longa trajetória de vínculo da docente/pesquisadora com a Escola de Serviço Social (de 1978 a 1998), tendo sido

Diretora de 1986 a 1990, quando o PPG passou por um grande processo de reformulação, e Coordenadora do PPG de 1994 a 1997. O artigo assim desenvolve "reflexões sobre movimentos sociais que ocorrem no espaço urbano (...) referenciado na teoria social marxiana e se propõe a uma crítica do conceito de comunidade, subjacente nas formulações sobre Desenvolvimento de Comunidade baseadas em estudos da Escola de Chigago, hegemônica na sociologia urbana até 1950 (...), analisa também as vertentes predominantes no debate brasileiro sobre movimentos sociais."

O artigo de Marilda Vilela Iamamoto, vinculada ao PPG de 1988 a 1997, intitulado "Quatro décadas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e a contribuição de Carlos Nelson Coutinho", apresenta "alguns marcos do percurso histórico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, ao mesmo tempo em que presta um tributo aos seus docentes na pessoa de Carlos Nelson Coutinho (*in memoriam*), um de seus destacados protagonistas".

Lília Pougy, coordenadora do PPG nos anos de 2004 a 2006, através do artigo: "Notas sobre o PPGSS UFRJ: história, método e ação", apresenta elementos que combinam "o exercício da docência no lugar da administração acadêmica em diferentes e diversas conjunturas à subjetividade de quem a opera-realiza", estruturado em dois grandes eixos: "a Unidade acadêmica e o Programa, propriamente dito, e a área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade."

O artigo: "Foi tecendo a manhã..." , de Yolanda Guerra, coordenadora do PPG de 2006 a 2010, "apresenta a profícua trajetória do Programa tecida no contexto da pós-graduação no Brasil", destacando "o acúmulo teórico-crítico produzido nessa trajetória e seu impacto na constituição da massa crítica e da intelectualidade do Serviço Social brasileiro e latino-americano".

Sara Granemann em "Notas aligeiradas sobre um longo biênio", coordenadora do PPG entre 2010 e 2012, apresenta: "considerações iniciais do impacto da legislação recentemente aprovada sobre os destinos da universidade pública e das possibilidades de produzir ciência & tecnologia em nosso país. Alguns dados do triênio

2007/2009 são apresentados para demonstrar como é possível formar docentes-pesquisadores em um programa radicalmente público como o PPGSS/UFRJ”.

Fátima Grave, Coordenadora Nacional de Pós-Graduação – ABEPSS, na gestão 2015 – 2016, através do artigo “Considerações sobre a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil”, apresenta “um breve balanço da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, bem como e principalmente as posições que a ABEPSS tem defendido e divulgado nacionalmente nos últimos anos neste campo.”

Completa esta edição especial entrevista realizada com a Professora Leila Bugalho – que coordenou o PPGSS no momento decisivo de sua transformação – entrevista essa que se optou tornar pública através de vídeo no *You Tube*, para ampla utilização.

Como pode ser observado, os textos cobrem diferentes aspectos da existência do Programa – como o debate temático de uma época às questões mais gerais sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil – e, espera-se, revelem suas especificidades. Ao leitor, o convite!

*Rosana Morgado
Sheila Backx*

Para a análise dos movimentos sociais urbanos: da concepção de comunidade à teoria do valor trabalho de Marx

Maria Helena Rauta Ramos

Doutora em Serviço Social, pesquisadora da questão urbana, professora aposentada pela UFRJ, atualmente ligada ao movimento ambientalista no município de Anchieta, também vinculada a redes de lutas ambientais existentes no estado do Espírito Santo e no território nacional, em especial à Rede Internacional dos Atingidos pela Vale.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 11-60	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	----------	------

RESUMO

Reflexões sobre movimentos sociais que ocorrem no espaço urbano, resultantes dos anos mais produtivos da trajetória intelectual da autora, tendo como ponto de partida o momento em que se integrou ao corpo docente da Escola de Serviço Social da UFRJ, em 1978, através de concurso público, ocupando a vaga de professor assistente. O título de Mestre em Serviço Social foi obtido no Programa de Pós-graduação da PUC/RJ, com uma dissertação sobre movimentos comunitários, concebidos como lutas desencadeadas por agentes locais por equipamentos coletivos e instalações de infraestrutura urbana, o que se denominava, à época, processo de ação comunitária.

Este artigo se referencia na teoria social marxiana e se propõe, num primeiro momento, a uma crítica do conceito de comunidade, subjacente nas formulações sobre Desenvolvimento de Comunidade baseadas em estudos da Escola de Chicago, hegemônica na sociologia urbana até 1950. Nas sequências são expostas as vertentes predominantes no debate brasileiro sobre movimentos sociais: a de base weberiana, considerada politicamente "neutra", expressa na obra de Alain Touraine, e adotada hoje por Manuel Castells (1999); a tendência reformista, extraída do marxismo estruturalista, característica de Manuel Castells das décadas de 1970 e 1980, que restringe a concepção de movimentos sociais urbanos às lutas de reprodução da força de trabalho no espaço residencial; e finalmente a de base marxiana, visto explicar o urbano a partir da teoria do valor trabalho, como espaço de formação, realização e distribuição da mais-valia, encontrada em Lefebvre (2001) e Lojkine (1997), concebendo os movimentos sociais como uma expressão da luta de classes que toma como referência, na totalidade social, as determinações materiais do

espaço urbano, a partir da teoria do valor de Marx, que coloca como desafio a ultrapassagem do capitalismo e a construção de uma sociedade igualitária e democrática.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos sociais urbanos. Comunidade. Lutas de classe e Teoria do valor trabalho.

INTRODUÇÃO

Os elementos que exponho neste artigo foram sedimentados ao longo do processo em que ocupava a função de professora na UFRJ. A intervenção na direção da Escola de Serviço Social, ao tempo que modificou o eixo norteador dos cursos oferecidos, alterou a vida de seus protagonistas, ao desenvolver atividades de natureza político-acadêmica. No que me diz respeito, posso adiantar que me fez afastar dos resistentes resíduos da orientação funcionalista, impregnados na formação profissional na Escola Social de Vitória/ES, que definia como objetivo mais amplo do Serviço Social o funcionamento social adequado da sociedade brasileira; ou seja, progressivamente envidei esforços para incorporar as categorias analíticas da teoria social marxiana¹.

Nesse período, desenvolvemos alguns processos necessários a essa nova estruturação da Escola de Serviço Social², em especial

1 Essa inflexão tanto na trajetória da Escola como na minha vida profissional e como ser político, só foi possível dada a constituição de um grupo, dentro da trama institucional, que pensava esta Escola vinculada a um projeto de sociedade anticapitalista, a partir do qual elaborou uma estratégia de intervenção político-acadêmica, vinculada a uma crítica da sociedade brasileira. Esse grupo dirigiu essa Escola por mais de 20 anos, o que oportunizou uma renovação ao seu Programa de Pós-graduação, implementando um novo rumo a seus cursos, graduação e mestrado e implantando o Doutorado em Serviço Social.

2 Para tanto, foram necessárias três medidas de significado estruturante: 1) substituição de um quadro de professores cedidos pelo IFCS, de orientação política

aqueles atinentes às reformulações curriculares do curso de graduação e dos cursos de pós-graduação em Serviço Social, tratados em outras publicações. Se esse grupo, no qual me integrava, mudou a fisionomia política e acadêmica dessa Unidade de Ensino, também influenciou na constituição de novas subjetividades, incluindo as representações de mundo e a maneira de agir na academia e na esfera social e política.

Meu ingresso na UFRJ se deu em setembro de 1978³; ano em que a eclosão do movimento social francês, conhecido como Maio de 1968, comemorava seus dez anos. Lembrado pelas barricadas erguidas no centro de Paris, seu início se deu através de uma simples mobilização estudantil, na Universidade de Nanterre, cidade integrada às Prefeituras que compunham o Cinturão Vermelho parisiense, ou seja, um conjunto de municípios circundante à cidade, tradicionalmente governados por integrantes do Partido Comunista ou do Partido Socialista. Seus estudantes reivindicavam apenas a democratização dessa recém-criada unidade de ensino, cujo projeto originário tinha pretensões de inovar a Universidade Francesa. Esse movimento, ao ser severamente reprimido por sua Reitoria, com o fechamento do

conservadora, a maioria adeptos de referências fenomenológicas que faziam moda no Serviço Social brasileiro, através da contratação de novo quadro de docentes, de reconhecida capacidade teórica e de tradição contestatória ou, em alguns casos, revolucionária; 2) construção de novas instalações e aquisição de mobiliário moderno, inclusive inovando com um Laboratório de Informática e um auditório para conferências, além de salas de pesquisa, e salas de aula distribuídas também num prédio anexo; 3) obtenção de uma bibliografia vinculada à tradição crítica.

3 Nesse momento, possuía uma experiência de estágio junto a movimentos comunitários, como eram chamados à época, que havia se ampliado na direção da Divisão de Desenvolvimento de Comunidade, na Secretaria de Serviços Sociais do Estado do Espírito Santo, função ocupada a partir de 1968, por indicação da Escola de Serviço Social de Vitória, onde havia estudado. Em 1971, com a mudança de governo, fui contratada como assistente social, até o momento que me tornei efetiva através de concurso público, função que desempenhei até 1978. Entre 1973-1978, ocupei a função de professora do Departamento de Serviço Social da UFES.

Campus, proibindo a entrada dos estudantes, espalhou-se por todas as unidades universitárias de Paris, mantendo na Sorbonne, ocupada pela direção dos estudantes, o centro de onde emanava toda a orientação e táticas políticas. Esse movimento alcançou as diferentes cidades da França. Mas o mais importante do Maio de 1968 francês foi o fato de esse movimento ter atingido as fábricas, numa longa greve geral, que proporcionou conquistas importantes no mundo do trabalho⁴, além de revolucionar o cotidiano da vida nas cidades francesas, com uma profunda renovação cultural naquela sociedade e a descentralização da educação universitária.

Mas o movimento social, de 1968, não se limitou a esse país, ocorreu em diversas partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos e no Brasil. Lembramos a Marcha dos Cem Mil, que teve como ponto de partida a Praia Vermelha (UFRJ), contra as repressões e torturas promovidas por agentes da Ditadura Militar. E em oposição a esse regime, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, surgiram em cidades brasileiras diversos movimentos sociais, entre eles o Movimento de Moradia, as Comunidades de Base, o novo sindicalismo e, finalmente, o Movimento da Anistia, com reivindicações específicas, portando todos uma pauta em comum: a derrubada dos militares no poder. O “Paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos”, elaborado nesse contexto⁵, tentou analisar esses novos movimentos (como eram assim chamados), tendo como principais fontes: 1) concepções sobre comunidade elaboradas pela Escola de Chicago (que explicam as mudanças sociais a partir do intenso processo de migração ocorrido nos Estados Unidos com a industrialização); 2) a obra de Manuel Castells (cuja orientação teórica procede do marxismo estruturalista, e visa à explicação dos movimentos vicinais em ocorrência à época em cidades espanholas e francesas)⁶.

4 Ver Rauta Ramos, M. H. (1994).

5 Ver Rauta Ramos (1994) .

6 A obra de Manuel Castells pode ser dividida em dois grandes momentos: Castells I, décadas de 1970-1980, enquanto Castells II é representado por suas

Assumi a direção da Escola de Serviço Social em 1986, momento em que me debruçava sobre o livro de Jean Lojkine, sociólogo francês, vinculado ao Partido Comunista Francês, publicado no Brasil, em 1981, intitulado *O Estado capitalista e a questão urbana*. A conjuntura política brasileira se alterava, indicando a queda gradativa da ditadura desencadeada por mobilizações sociais especialmente nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, processo de democratização que culminou com a conquista, em 1988, da Constituição Cidadã. Esse processo se fez repercutir na UFRJ. A recém-criada Associação de Docentes alcançara uma vitória política de longo alcance, inclusive para a renovação da Escola de Serviço Social: assumiu a função de Reitor, através de eleição direta, o professor Horácio Macedo, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro. Assim, não nos faltou apoio para nossas reivindicações, impulsionadas pelo movimento discente e apoiadas por dirigentes do movimento docente da UFRJ. A principal novidade foi a chegada de novos docentes com fundamentação marxista, primeira conquista de nossa Escola, a partir de 1986; o que trouxe muitos ganhos, não apenas para os estudantes da pós-graduação e da graduação, mas principalmente para o próprio corpo docente ao qual eles se integravam⁷. Dentre eles destaco o ingresso dos seguintes professores: Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, José Maria Gomes, Nobuco Kameyama, Marilda Iamamoto e Jean Robert Weissaupt.

Paralelo ao processo de democratização da UFRJ, o debate brasileiro sobre o urbano, então matrizado pelo pensamento de Manuel Castells, começou a receber a influência da obra daquele pensador francês, vinculado ao PCF, Jean Lojkine, a partir do início da década de 1990, como também de alguns outros autores próximos ao PCF, como Preteceille, Topalov e intelectuais, cuja orientação teórica provinha da obra de Marx, no quadro das pesquisas realizadas dentro

obras escritas a partir da década de 1990.

7 Inicialmente como professor colaborador, depois com a conquista de vagas no quadro efetivo, através da participação em concurso público.

do Programa Comum de Governo. Esses trabalhos foram difundidos no Brasil, acompanhando o processo de redemocratização do país, tendo o IPPUR e a Escola de Serviço Social (ambas instituições da UFRJ) como seus principais divulgadores. As formulações desses autores repercutiram na análise e na produção teórica sobre movimentos sociais, tanto da América do Norte, quanto da Europa e América Latina. Essa perspectiva de análise se enriqueceu com a teoria da Revolução informacional, elaborada por dois intelectuais comunistas franceses (Boccaro, 1964 e 1984, e Lojkine, 1995).

Entre os anos 1970 e 1990, partindo da crítica à concepção de comunidade⁸, dediquei-me ao estudo das diferentes concepções de movimentos sociais, na esteira do processo de elaboração do "Paradigma Brasileiro de Movimentos Sociais Urbanos", que me fez abandonar a orientação metodologista inspirada no método BH⁹. Procurava desvendar questões importantes, tais como: qual das concepções teria mais capacidade explicativa no estudo das manifestações sociais em cidades brasileiras, compreendidas como movimentos sociais urbanos? Que consequências políticas cada uma delas aportaria à prática social mais ampla?

Sabendo que a melhor leitura da conjuntura seria propiciada pelo uso das melhores lentes teóricas, considerava importante, num primeiro momento, o aprofundamento nas diversas concepções de movimentos sociais subjacentes no chamado "Paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos", elaborado por intelectuais brasileiros, a fim de escolher aquela que mais daria conta das contradições sociais presentes

8 Concepção básica do processo de ação comunitária, divulgado em texto de autoria de Aylida Reis, numa publicação do SESI, bem como os trabalhos sobre Desenvolvimento e Organização de Comunidade, de autoria de Maria Lúcia Silva Carvalho, baseada em documentação da ONU, que foram bastante difundidos nas Escolas de Serviço Social então existentes no Brasil.

9 Texto publicado inicialmente em versão mimeografada, e distribuído aos docentes participantes da Assembleia da ABESS (hoje ABEPSS), realizada em São Luís no segundo semestre de 1973, na qual era uma das participantes como representante do Curso de Serviço Social da UFES.

na sociedade brasileira e o norte para nossas intervenções políticas. Desse modo, no meu doutorado fiz estudos sobre as determinações políticas subjacentes ao debate urbano francês, uma das fontes das concepções difundidas sobre movimentos sociais no Brasil.

Proponho-me no presente texto a examinar algumas dessas concepções, fazendo referência a seus fundamentos, suas bases teóricas. Esse trabalho intelectual provocou o deslocamento de minhas preocupações políticas, deixando de ter como foco principal a formação profissional e as organizações da profissão, para me vincular a movimentos sociais mais amplos, como partido político e movimentos de defesa do meio ambiente. O que quer dizer que as reflexões, objeto dessa exposição, foram movidas por engajamentos práticos, mas especialmente pelo estudo sistemático da literatura marxista, especialmente da obra de Marx, *O Capital*; estudo mediado pela via de alguns de seus intérpretes, com destaque para Ernest Mandel (1998) e Isaack Illich Rubin (1987)¹⁰.

Assim, nesta exposição apresento, inicialmente, uma crítica à concepção de comunidade, pressuposto teórico dos processos de Ação Comunitária e de Desenvolvimento de Comunidade; seguida, de forma sumária, da apresentação dos fundamentos de três vertentes que predominam o debate sobre Movimentos Sociais Urbanos¹¹: a tendência de base weberiana, considerada politicamente "neutra", expressa na obra de Alain Touraine, e adotada por Manuel Castells na segunda fase de sua trajetória intelectual¹², cuja pesquisa se pretende neutra

10 O que exigiu a dedicação de horas diárias na leitura, acompanhadas de anotações que levaram a elaboração de artigos e livros nunca publicados em sua maioria.

11 Complementamos essa abordagem sobre as tendências presentes no debate sobre movimentos sociais urbanos somente em estudos realizados após a elaboração da tese de doutorado, curso realizado na PUC/SP, sob a direção do Prof. José Paulo Netto; tendo passado inicialmente, em Paris, dois anos com bolsa sanduíche, com a orientação do Prof. Jean Lojkine (1991-1993) e mais tarde, em 2001, realizado um mês de estágio, em pós-doutoramento em 2001, com financiamento recebido do CNPq.

12 Certamente Manuel Castells foi atingido pelos ventos da "crise dos

em relação ao caráter político dos movimentos sociais, e que tem um antagonista oculto, o Partido Comunista Francês; a tendência que qualificamos de reformista tendo como base pressupostos extraídos do marxismo estruturalista, e difundida no Brasil pelos trabalhos de Castells (elaborados entre 1970-1980). Essa formulação era defendida por grupos acadêmicos filiados ou simpatizantes ao então nascente Partido dos Trabalhadores, restringindo a concepção de movimentos sociais urbanos às lutas no espaço de reprodução da força de trabalho, ou seja, limitada ao espaço residencial; e, finalmente, a de base marxiana, que lê o urbano, a partir da teoria do valor trabalho de Marx, ou numa perspectiva de totalidade contraditória, como espaço de formação, realização e distribuição da mais-valia. Representa esta perspectiva de análise do urbano, orientada por um processo de transformação da sociedade capitalista, a obra de Lefebvre (1997) e de Lojkine (1981 e 1997), concebida como expressão da luta de classes; e que se centra na luta no espaço do trabalho para a articulação das demais lutas sociais, inclusive aquelas que reivindicam equipamentos coletivos e instalação de infraestrutura urbana. Essa concepção abarca a totalidade das determinações do espaço urbano, pois toma como fundamento a teoria do valor de Marx; portanto, analisa as determinações materiais que se reproduzem também nos espaços residenciais e nos demais espaços culturais, como também na vida política, permitindo uma crítica radical à sociedade capitalista. Esse estudo nos levou ao aprofundamento do estudo do três volumes d'*O Capital*, que concebe os movimentos sociais numa perspectiva de totalidade contraditória, articulada a uma estratégia de luta de classes para superação do capitalismo; impõe-se uma remissão à obra integral do velho Marx. Não basta o estudo do primeiro capítulo, sobre a mercadoria, ou quando muito todo o Livro I d'*O Capital*. É mister passar pelo Livro II e chegar até os 3 volumes do Livro III. Isso porque, como diz o próprio Marx, quanto à matéria tratada nessa sua principal obra:

paradigmas", da crise do Estado de Bem Estar, e da queda do "socialismo real", bem como pelo avanço da ideologia neoliberal.

No Livro Primeiro, investigamos os fenômenos do *processo de produção* capitalista considerado apenas como processo imediato de produção, [...]. Mas o processo imediato de produção não abrange a vida toda do capital. Completa-o o *processo de circulação*, que constituiu o objeto de estudo do Livro Segundo. Aí [...] evidenciou-se que o processo de produção capitalista, observado na totalidade, é unidade constituída por processo de produção e processo de circulação. O que nos cabe neste Livro Terceiro não é desenvolver considerações gerais sobre esta unidade, mas descobrir e descrever as formas concretas oriundas do *processo de movimento do capital*, considerando esse processo como um todo. (MARX, 2013, p. 41).

CRÍTICA À CONCEPÇÃO DE COMUNIDADE DE BASE EMPIRISTA E CONSERVADORA

A concepção de comunidade constituiu uma das principais bases da formação profissional do Serviço Social, ainda sob a influência do Movimento de Reconceituação, ocorrido na América Latina a partir de 1965, vigente no Brasil até a instalação de um regime democrático, no fim dos anos 1980¹³. A partir daí foi possível estudar a teoria social marxiana nos cursos universitários, sendo que, no interior dos cursos de Serviço Social, essa ganhou espaço.

13 A resultante de reformas curriculares, inspiradas no movimento de reconceituação, foi a introdução de disciplinas como Serviço Social de Comunidade, Desenvolvimento de Comunidade ou Desenvolvimento e Organização de Comunidade. Mesmo a reforma curricular aprovada na Assembleia de Abess (atualmente Abepess), realizada em Natal, em 1980, imediatamente após o Congresso da "virada", manteve a disciplina Desenvolvimento de Comunidade, mas inovou com a introdução do estudo obrigatório de Movimentos Sociais, uma sugestão da Professora Nobuco Kameyama, que participou dessa convenção. Na reforma curricular do curso de graduação da Escola de Serviço Social, seguindo esse novo currículo, a partir de 1986, introduzimos Movimentos Sociais I, como disciplina obrigatória, e Movimentos Sociais II, como optativa.

A concepção de comunidade, base dos processos de intervenção profissional em periferias urbanas, tem por fundamento a defesa do bem comum, isto é, a suposição de que interesses comuns, do tipo "justiça social", estruturam as relações entre os indivíduos que se unem em função de seu pertencimento a um grupo social compartilhando valores comuns. Sua delimitação obedece a elementos geográficos e político-administrativos como: localização (bairro, distrito, município, estado e país), áreas limítrofes, tamanho (km²), número de habitantes etc. E a elementos funcionais, como o uso comum de equipamentos coletivos, que atendem as necessidades sociais de seus habitantes (escolas, postos de saúde, supermercados, templos religiosos), mais usados pela população local, como também as vias de acesso e os meios de transporte público. O privilégio a essas categorias empíricas preserva o estudo no nível da aparência, mantendo encobertas as relações sociais de produção, onde se localizam as determinações da pobreza urbana. De fato, ficam encobertas as contradições que movem a sociedade capitalista, das quais uma das resultantes é o próprio processo de segregação socioespacial: os interesses antagônicos subjacentes à relação capital x trabalho.

A metodologia proposta para a ação profissional começa com estudos monográficos na localidade, objeto dessa atuação, realizados geralmente através de pesquisa tipo *survey*, quando se aplica um questionário a seus habitantes, com o uso de métodos estatísticos¹⁴. As técnicas tanto de pesquisa quanto de intervenção encontram suas raízes no pensamento social difundido pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, que tinha na cidade seu principal objeto de estudo, sendo atendidos três tipos de requisitos: 1) o cercamento de alguns aspectos do fenômeno urbano, no que se refere a aspectos geográficos, como localização, tamanho e crescimento, e a aspectos sociais, defendidos pelos reformadores sociais;

14 Na minha formação profissional, havia a disciplina de estatística, ministrada por um especialista da área, com estágio obrigatório em pesquisa aplicada em bairro da periferia de Vitória/ES.

2) a preservação da objetividade, ou seja, a salvaguarda de um ponto de vista que assegurasse o alcance do "simples entendimento", sem a influência de valorizações, para não dar origem a ataques ou defesas; 3) a elaboração de conceitos sustentados em estudos de primeira mão sobre os fatos urbanos, ou seja, de base empírica.

Foram os sociólogos da segunda geração que, entre a década de 1920 e início dos anos 1930, introduziram na investigação social o recurso a fontes primárias, como cartas, histórias de vida e monografias de bairros etc.; anteriormente os estudos sobre as relações entre os indivíduos e sobre o meio social eram mais baseados em bibliografia¹⁵. Sob essa orientação, a cidade de Chicago foi mapeada e mensurada, resultando em um acúmulo de documentos acadêmicos (artigos, dissertações e teses de doutorado), que forneceram as bases para a elaboração e difusão do pensamento urbano não apenas nos Estados Unidos como nos demais cursos de sociologia e serviço social recém-criados em todo o mundo¹⁶.

Os estudos dessa escola de pensamento sociológico portavam uma natureza conservadora, dado o controle político-ideológico de seus financiadores provenientes da burguesia capitalista¹⁷, por isso

15 Ver em Grafmeyer e Joseph, 1990, p. 22.

16 No Serviço Social brasileiro o conceito de comunidade e suas técnicas de estudo e intervenção integravam os programas de disciplinas consideradas teóricas (Serviço Social de Comunidade, Desenvolvimento de Comunidade e Desenvolvimento e Organização de Comunidade), como os estágios práticos obrigatórios em bairros da periferia urbana.

17 A criação da Universidade de Chicago foi contemporânea e resultante de um movimento de reforma social, organizado por filhos de pastores protestantes e de seus seguidores, movida por duas forças associadas, uma religiosa e outra econômica: ocupou o lugar de um colégio batista em falência, e seu projeto inicial foi elaborado por uma associação encarregada de manter os estabelecimentos escolares batistas, com o apoio financeiro de John Rockefeller (o proprietário da Standard Oil) que visava então contribuir para a fundação de um novo estabelecimento de ensino superior (CHAPOULIE, 2001, p. 32). Com esse objetivo, Rockefeller dispôs inicialmente de um milhão de dólares, mas exigiu a participação de outros

a teoria social crítica não constituía parte de seus fundamentos teóricos, e não se examinavam os antagonismos de classes e a luta social daí derivada, para a explicação das formas de resistência de reivindicações sociais. Ou seja, as classes sociais eram compreendidas como estratos sociais - noção próxima às elaboradas por Durkheim e Weber - e não a partir de seu vínculo com a produção de riqueza social, determinado pela relação com os meios de produção enquanto propriedade privada.

Durkheim, tomando a divisão do trabalho como central em seu estudo, considera-a um dos elementos desencadeadores dos fatos sociais, tratados como coisa, como um fato objetivo, incluindo aí os conflitos sociais. Focaliza seus estudos na questão "[...] das relações entre a personalidade individual e a solidariedade social" (DURKHEIM, E. 1999, p. L). Esse sociólogo, preocupado com os processos de autonomia dos indivíduos que se fazem acompanhar de maior dependência, indaga "[...] Como pode ser, ao mesmo tempo, mais pessoal e mais solidário?" (idem). A resposta ele vai procurar na "[...] transformação da solidariedade social, devida ao desenvolvimento cada vez mais considerável da divisão do trabalho" (idem).

Weber analisou os processos sociais tomando como referência o processo de circulação da riqueza (não o processo ampliado de produção), ou seja, o mercado consistia no elemento definidor da classe social:

Falamos de uma classe social quando 1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho ('situação de classe')" (WEBER, M. 1999, V.2, p.176).

colaboradores. Toda a comunidade batista foi arregimentada, quando obtiveram a adesão de outros parceiros, como o proprietário de um dos grandes comércios da cidade, Marshall Field, responsável pela doação de uma parte do terreno, e um grupo de judeus de origem alemã (CHAPOULIE, 2001, p. 33).

Para a Escola de Chicago, a consciência coletiva se vinculava aos particularismos e aos preconceitos, e não necessariamente a interesses sociais provenientes do vínculo de classe, próprios de uma sociedade capitalista onde prevalece o antagonismo entre burguesia e proletariado. Os interesses particulares se referiam à capacidade de “reserva” manifestada na história de vida dos indivíduos e na história dos bairros periféricos pesquisados. Havia o privilégio aos estudos sobre a diferenciação das individualidades, sendo a natureza humana reportada a uma evolução semelhante à da natureza animal, obedecendo a uma lógica similar aos sistemas biológicos. Suas causas eram buscadas nas manifestações temperamentais, disposições pessoais e nas atitudes individuais. A vida nas cidades era pensada a partir das diferenças com a vida campesina, ressaltando-se as heterogeneidades latentes, forma como eram abordadas as desigualdades sociais. Estas dependiam das características individuais, e o sistema social, em seus distintos contextos, através de suas regras sociais, recompensava, tolerava ou reprimia as distintas ações dos indivíduos.

A cidade era entendida como uma configuração espacial, de um território natural, localidade de residência de uma determinada população, distribuída segundo formas e tipos específicos. As formas de vida e os tipos característicos da cidade eram determinados por uma ordem espacial, constituída como sistema de indivíduos e instituições em interdependência. O meio urbano levava à transformação do modo de vida dos recém-chegados provindos do meio rural. A cidade era também pensada como um artefato da civilização, uma máquina que determinava as condições de existência do homem, embora as formas emergidas e desenvolvidas fossem entendidas como processos naturais: "A cidade, comunidade humana ampliada, é ao mesmo tempo um sistema de indivíduos e de instituições em interdependência, e uma ordem espacial" (GRAFMEYER; JOSEPH, 1990, p. 23).

O naturalismo era o eixo do pensamento de diferentes teóricos dessa Escola, que recorriam a modelos da ecologia animal e vegetal, observando a sociedade constituída de indivíduos distribuídos

sobre um território. A cidade era analisada a partir da concentração de indivíduos em determinados espaços, sendo privilegiadas a mensuração de seu tamanho e sua densidade geográfica, em detrimento de sua estrutura social¹⁸. O processo de competição explica em parte a relação dos indivíduos no seu espaço territorial, semelhante ao que ocorre no mundo animal. No caso das sociedades humanas, os indivíduos mais fortes conseguem as melhores localizações, determinando assim a relação centro e periferia urbana¹⁹.

Predomina também nesse pensamento a visão evolucionista, construída numa linha direta do “tecido da vida” de Darwin, visto que pensam as sociedades humanas, em mutação, evoluindo através dos mesmos mecanismos que as ordens de animais inferiores. Assim, todos os organismos vivos estariam sujeitos a processos de competição, simbiose e cooperação. Com a emergência de formas superiores de vida, os processos sociais (competição, simbiose e cooperação) foram inovados: enquanto o processo de competição limita a expansão territorial e a dominação das espécies vegetais e o instinto regula o comportamento dos animais, nos seres humanos há a incidência da cultura sobre suas relações sociais. Ou seja, as formas de integração, de competição, de expansão territorial e de dominação passam a ter uma explicação cultural.

18 A caracterização de vila, aldeia ou povoado dependeria, portanto, do número de seus habitantes. E o estatus de uma pessoa, se urbana, rural ou intermediária, dependeria do tamanho de local onde residia, sendo que este se alterava quando mudava de localidade residencial.

19 Vejamos como se expressa Parx, um dos fundadores dessa Escola, em relação à cidade: "A cidade foi estudada recentemente do ponto de vista de sua geografia e, mais recentemente ainda, do ponto de vista de sua ecologia. No interior dos limites de uma comunidade urbana – e, de fato, não importa de qual área natural de habitat humano –, forças estão operando que tendem a produzir um agrupamento ordenado, característica de sua população e de suas instituições. A ciência que procura isolar esses fatores e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas por sua convergência, nós chamamos ecologia humana, em oposição à ecologia vegetal ou animal" (PARK, Robert Ezra, 1990, p. 84).

Como sabemos, em Marx, diferentemente, a cidade é originária do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, sendo a revolução industrial sua parteira. Na dinâmica da antítese que separa a cidade e o campo, própria das relações mercantis, “encontra-se resumida toda a história econômica das diversas sociedades” (MARX, 2003, p. 407). A concentração do operariado é própria do processo de produção capitalista, que expulsa os trabalhadores de suas terras, desapropriando-os de seus meios de produção. Sua concentração nas cidades, ao tempo que favorece a produção capitalista, produz efeitos destrutivos sobre a sua saúde e sobre os recursos naturais:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado concentra a força motriz histórica da sociedade [o proletariado urbano], e, de outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo (MARX, 2003, p. 570).

A problemática de pesquisa social precisa então estar inserida na totalidade social, histórica e socialmente determinada, e delimitada a partir de uma crítica radical à orientação abstrato-empiricista, focalista, que privilegia o dado objetivo. Ou seja, na busca de explicação da dinâmica e estruturação dos movimentos sociais, é nefasta qualquer proposição limitada ao local e impregnada das noções subjacentes à concepção de comunidade, cuja base consiste no bem comum, afastando as contradições e os antagonismos de classe do arco de sua abordagem. Essa perspectiva se desvincula da historicidade e da crítica à sociedade em que vivemos, hoje sob a determinação dos monopólios do capitalismo mundializado.

Encontro, em *A ciência da lógica* (HEGEL, 1995), alguns elementos para se combater o metodologismo, tanto de natureza empiricista, quanto formal e abstrata, que ocupa espaço dentro dos programas

de pós-graduação no campo das ciências sociais. Embora prisioneiro do idealismo, na sua concepção de razão, Hegel preserva “[...] os esforços materiais no sentido de uma vida livre e racional” (MARCUSE, 1988, p. 19), contendo no núcleo de seu pensamento uma estrutura formada pelas noções de liberdade, sujeito, espírito e conceito, advindas da ideia de razão. Para Hegel, a Revolução Francesa proporcionou uma reviravolta na História, quando “[...] o homem veio a confiar no seu espírito e ousou submeter a realidade dada aos critérios da razão” (idem). Para Marcuse a mola propulsora do método dialético hegeliano é o espírito de contradição, aquilo que divide a sociedade, e não o que identifica os homens em geral (ou o princípio de identidade).

A filosofia de Hegel porta o caráter de negatividade, distinta da positividade da filosofia empirista:

{...} os fatos que aparecem ao senso comum como indícios positivos da verdade são, na realidade, a negação da verdade, tanto que esta só pode ser estabelecida pela destruição daqueles. A força que move o método dialético está nesta convicção crítica. A dialética está intimamente ligada à idéia de que todas as formas do ser são perpassadas por uma negatividade essencial, e que esta negatividade determina seu conteúdo e movimento. A dialética constitui a oposição rigorosa a qualquer forma de positivismo (MARCUSE, 1988, p. 37-38).

Para seus adeptos, a metodologia empirista e positivista, concebida como um conjunto de regras e normas que, se obedecidas, dão validade ao conhecimento produzido. O caráter acrítico e conservador dessas filosofias está em que induz o pesquisado “[...] a contentar-se com os fatos, a renunciar a transgredi-los e a submeter-se à situação vigente” (idem, p. 38). Os empiristas limitam seu estudo ao que Hegel denomina de *entendimento*, na medida que abordam o real a partir da coleta de dados e uso de técnicas estatísticas, tendo como princípio a *identidade*. Suas operações encontram-se mais ligadas ao sentido (sensação e percepção), desse modo o conhecimento se mantém “[...] na determinidade fixa e na diferenciação dela em relação a outra determinidade; um tal Abstrato limitado [...]” (HEGEL, 1995,

p. 162), guiado pela lógica formal. Esse nível de conhecimento restringe-se à apreensão 1) da qualidade (determinidade idêntica com o ser, entendendo que caso se perca essa dada qualidade, deixa-se de ser o que é); 2) da quantidade (determinidade exterior ao ser, sendo indiferente ao objeto, no entanto se ultrapassar em sua grandeza um determinado limite, ele não é mais o que era na sua origem); e 3) da medida, que forma uma unidade na quantidade qualitativa, ou melhor, a mensuração da qualidade. Predominam os processos de observação, quantificação, classificação e descrição de dados coletados diretamente, por exemplo, com o uso de questionários, e os processos de tabulação, descrição e "análise", para o registro das observações²⁰. Para Hegel, essas três formas - a qualidade, a quantidade e a medida - são as mais empobrecidas porque referidas à consciência imediata, sensível, restritas às determinações abstratas²¹.

A pesquisa social de base empirista se mantém no mundo sensível, porque seu conhecimento se baseia em dados apreendidos pelos órgãos dos sentidos, medidos com o uso de instrumental estatístico. Os empiristas ao examinar qualquer fenômeno social (questão social, questão agrária, questão urbana ou mesmo a crise), o fazem de forma focal, dentro de um determinado recorte, sem buscar as mediações com a totalidade social concreta, historicamente determinada, e sem pesquisar suas contradições e seu processo de desenvolvimento, contentando-se em retratar somente o estado da coisa do objeto estudado, dados aparentes e que podem ser quantificados, medidos. A metodologia empiricista é bastante consensual entre cientistas sociais e mesmo assistentes sociais, com o uso de um conjunto de métodos e técnicas, inclusive alguns que se reclamam marxistas. Consideram o tratamento estatístico como base de validação do conhecimento verdadeiro. É usual a defesa da quantificação

20 Atualmente, utiliza-se a coleta indireta em sites de empresas, redes sociais, órgãos governamentais, documentos oficiais, jornalismo em redes etc., daí extraindo informações.

21 Ver Hegel, 1995, p. 174

das qualidades observadas, com o tão declamado "método quali/ quanti". Nesse nível se aferem "simples verificações numéricas», as quais «como tais, sem o ponto de vista da orientação que aqui se indica, contam, com razão, como curiosidade vazia que não pode satisfazer nem um interesse teórico, nem um interesse prático" (HEGEL, 1995, p. 213). Deter-se no espaço local e no campo da empiria é não prosseguir no pensamento racional de base dialética, que "[...] é o próprio supressumir-se de tais determinações finitas e seu ultrapassar para suas opostas" (HEGEL, 1995, p. 176). Na perspectiva dialética²² a unidade do objeto se descobre na sua negação, isto é, apreende-se "[...] a unidade das determinações em sua oposição: o afirmativo que está contido em sua resolução e em sua passagem [a outra coisa]" (idem, p. 266), em seu desdobrar-se, seu devenir histórico, inferindo as possíveis tendências na direção do fortalecimento das forças vinculadas ao trabalho que se organizam em torno de um projeto político de natureza anticapitalista, porque crítica. Ao se adotar a perspectiva negativa, de crítica e superação da realidade, mesmo o uso da lógica formal, ou lógica do entendimento, da identidade, de base empírica, precisa ser orientado para e pela lógica dialética. E é preciso prosseguir com o uso de instrumentos da razão, para se chegar ao conhecimento racional, e assim realizar o movimento do "[...] ser-retornado sobre si mesmo e ser-junto-a-si desenvolvido, no conceito em si e para si (idem, p. 169), saindo do nível da aparência e chegando à essência, na busca do *imediat* e do *mediatizado*, em sua unidade contraditória. Para Hegel, as determinações do ser são também as determinações do pensamento, determinações lógicas em geral. Mas o pensamento de Hegel foi renegado depois de sua morte, na medida que era incompatível com a dominação burguesa que se instalava²³.

22 "Em sua determinidade peculiar, a dialética é antes a natureza própria e verdadeira das determinações-do-entendimento – das coisas e do finito em geral" (HEGEL, 1995, p. 163).

23 A cena filosófica europeia, depois da morte de Hegel, passou a ser dominada

Uma das fontes de Marx é a dialética de Hegel, sendo que a perspectiva idealista é substituída pela materialista, na medida que baseia seus estudos na materialidade da vida social, toma como objeto a produção capitalista, e assume como classe revolucionária aquela vinculada ao trabalho na sua relação antagônica com o capital. A afirmação "[...] o concreto só é concreto porque é síntese de múltiplas determinações" (MARX, 1982, p. 14) é de inspiração hegeliana. E para chegar a essas múltiplas determinações é preciso ultrapassar esse primeiro nível de conhecimento. A questão agrária, a questão urbana, a questão ambiental e a questão social, isoladamente, e baseada apenas na observação dos dados. A vida humana tem suas dimensões social, cultural e econômica relacionadas, visto que essas se compõem e se originam da mesma unidade histórica, prenas de antagonismos, provenientes da relação capital x trabalho. E só se consegue alcançar essa totalidade concreta, com o deciframento da estrutura e dinâmica da sociedade capitalista, tornando-se imprescindível a incorporação da teoria e do método elaborados por Marx, sem desprezar o estudo, numa perspectiva crítica, da teoria social de outros clássicos, como Durkheim e Weber.

A PERSPECTIVA CULTURALISTA DE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLITICAMENTE "NEUTRA", A PARTIR DA BUSCA DO SENTIDO DA AÇÃO SOCIAL DE BASE WEBERIANA

Essa vertente sobre movimentos sociais urbanos porta uma orientação culturalista, apoiando-se nos estudos weberianos, sem levar em conta o antagonismo da relação social capital x trabalho²⁴. Sua matriz

pelo positivismo, daí se expandiu para as demais partes do mundo, chegando especialmente na França, nos Estados Unidos e no Brasil. Seus adeptos atacavam o que chamavam de "filosofia negativa", visto portar a tendência à crítica, como declaravam: "A filosofia negativa, afirmavam, luta pelas potencialidades das coisas, mas é incapaz de conhecer sua realidade" (MARCUSE, 1988, p: 297).

24 A essa corrente se filia uma grande parte dos antropólogos e de intelectuais

teórica é buscada particularmente em sua tipologia de Ação Social²⁵.

Weber (2000) concebeu a ação social como a conduta humana orientada "[...] pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros)" (idem, p. 13). Para este clássico da sociologia, não importa quem sejam esses "outros" – "[...] indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas" (idem, p. 14). Ilustra sua definição, com uma ação social ocorrida no mercado (quer dizer, no processo de troca), em que o

[...] "dinheiro", por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente o aceita no ato da troca, porque sua ação está orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estarão dispostos a aceitá-lo também, por sua parte, num ato de troca futuro (idem).

Como, para este autor, toda ação social tem um sentido encoberto, ou seja, um "sentido subjetivamente visado", esse sentido poderia ser abstraído pelo pesquisador em diferentes situações: numa determinada realidade, através do estudo de um caso historicamente situado, numa amostra de um universo de pesquisa, ou ainda, com o objetivo de constituir-se em guia da pesquisa, "[...] num tipo puro conceitualmente, construído pelo agente ou pelos agentes concebidos como típicos" (WEBER, 2000, p. 4). E, nesse caso, a construção de tipologias atenderia o interesse científico; desse modo,

[...] todas as conexões de sentido irracionais do comportamento afetivamente condicionadas e que influem sobre a ação são investigadas e expostas, de maneira mais clara, como 'desvios' de um curso

ditos "esclarecidos" e mesmo alguns que se reconhecem de esquerda. Encontra-se subjacente às proposições desse últimos a tese do fim do trabalho e, conseqüentemente, o fim da luta de classes.

25 Os trabalhos sobre Ação Comunitária mais aprofundados na teoria sociológica também adotam essa perspectiva teórica weberiana.

construído dessa ação, no qual ela é orientada de maneira puramente racional pelo seu fim (idem, p. 5).

Também, para esta situação, Weber buscou um exemplo no processo de circulação, referência fundante de seu corpo teórico, afirmando que “Na explicação de um ‘pânico financeiro’, por exemplo, é conveniente averiguar primeiro como se *teria* processado a ação *sem* influências de afetos irracionais, para registrar depois aqueles componentes irracionais como ‘perturbações’” (idem). Na sua concepção de ação social, a noção de sentido ocupou uma posição central, servindo para ressaltar o caráter subjetivo que precisaria ser observado na pesquisa das atividades humanas. A ação social seria, então, analisada mediante o uso da noção de “sentido subjetivamente visado”, mas sem conotação psicologista. Desta maneira, o essencial para Weber “[...] é que o sentido da ação não é algo dado que de algum modo seja ‘visado’ pelo agente como ‘meta’ da sua ação mas é a representação que ele, como agente, tem do curso da sua ação e que comanda a sua execução” (COHN, Gabriel, 2000, p. XIV), ou seja, “[...] um sentido subjetivamente representado”. Na verdade, o importante, mais do que o fim pretendido da ação, seria “[...] o modo como o agente o representa para si ao conduzi-la” (idem).

No esquema analítico weberiano tudo passa pelas concepções ou representações que os agentes (sempre individuais, em última instância) têm dos motivos, meios e fins das ações sociais em que se envolvem. Daí a dimensão subjetiva da ação. E motivos, meios e fins têm, para o agente, caráter significativo. Daí a dimensão de sentido da ação (idem, p. XIV-XV).

Vimos que, na sua tipologia de ação social, Weber indicou quatro modos de determinação do comportamento humano: 1) de modo racional referente a fins; 2) de modo racional referente a valores; 3) de modo afetivo ou emocional e 4) de modo tradicional:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) *de modo racional referente a fins*: por expectativas quanto ao comportamento

de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) *de modo racional referente a valores*: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) *de modo afetivo, especialmente emocional*: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) *de modo tradicional*: por costume arraigado (WEBER, 2000, p. 15).

Encontramos nessa mesma obra, volume II (1999), uma abordagem diretamente sobre o fenômeno urbano, quando discorre sobre a dominação não-legítima (Tipologia das cidades). Por isso Weber é considerado um dos fundadores da Sociologia urbana. Concebe a cidade como um sistema peculiar de forças, surgido num determinado momento histórico e sob condições sociais particulares, num momento historicamente determinado. Buscando superar as abordagens existentes à época, principalmente aquelas realizadas por Simmel, Weber encontra, na pesquisa histórica e comparativa, entre a cidade antiga e medieval no oriente e no ocidente, os elementos de compreensão do fenômeno urbano em sua diversidade. Tomando a circulação (e não a produção), como determinante no aparecimento da cidade, o mercado tem uma centralidade nas suas concepções. No caso do urbano, analisa a função da cidade no fornecimento de produtos para atender às necessidades do príncipe e de sua corte, como também examina a polarização que exerce sobre as relações de seus habitantes. Desse modo, a cidade propicia as trocas de forma regular, tendo presentes os elementos referentes às atividades artesanal e/ou industrial, um sistema de profissões distintas; o que distancia a cidade da aldeia, no exercício de funções jurídicas, econômicas e políticas, movimentando a vida urbana.

Uma das formulações mais recentes de Manuel Castells (1999) o insere nesta perspectiva de análise dos movimentos sociais, e pode ser apreendida em suas “breves observações metodológicas” (idem, p. 94-96). Segundo esse autor, os movimentos sociais são o que eles

dizem ser, “Isto é, na pesquisa em torno dessa ação coletiva, eles deverão ser caracterizados por sua autodefinição, por suas práticas, com um destaque especial para aquelas discursivas, ou seja sua identidade”. Negando seus trabalhos anteriores, afirma que:

Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a ‘verdadeira’ consciência dos movimentos, como se somente pudessem existir revelando as contradições estruturais ‘reais’. Como se, para vir ao mundo, tivessem necessariamente de carregar consigo essas contradições, da mesma forma que o fazem com suas armas e bandeiras (CASTELLS, 1999, p. 94).

Para ele, os movimentos sociais devem ser examinados a partir do sentido que seus atores dão a ação coletiva, o que pode ser descoberto em sua prática discursiva, expressa verbalmente ou em seus manifestos, panfletos, sites ou mesmo através da mídia. Seguindo os supostos na teoria weberiana, trabalha com a categoria dominação (e não mais exploração), definindo-se nesse quadro de análise. Assim, abandona a orientação de seus primeiros trabalhos, e para a descoberta do sentido da ação social (encontrado nas motivações do sujeito individual e dos meios por ele escolhidos para alcançar o fim pretendido), usa a metodologia compreensiva e com a construção de um tipo ideal. Na tipologia weberiana se caracterizam os elementos predominantes em determinados padrões de ação social, os quais não se encontram de um modo exclusivo e puro na realidade social. Castells então adota a tipologia criada por Touraine, que serve como guia de sua pesquisa, definindo o movimento social a partir de três princípios: “a *identidade* do movimento”, isto é, a sua autodefinição (o que diz ser e em nome de quem se manifesta, se pronuncia); “o *adversário* do movimento”, seu principal inimigo, aquele contra qual diz fazer a sua luta; e finalmente “a *visão* ou modelo social do movimento”, a qual denomina de “meta societal”, “visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove” (CASTELLS, 1999, p. 95-96).

Fiel, de agora em diante, a essa nova perspectiva metodológica, Castells constrói uma *tipologia de movimentos sociais urbanos*,

tomando como elemento central o desenvolvimento de distintos processos que os diferenciam, e que servem para caracterizar suas identidades: *processos de legitimação*, a ação coletiva que visa a preservar as instituições dominantes; *processos de resistência*, levada por atores subordinados e/ou discriminados, que tentam se opor a esses processos de dominação; *processos de projeto*, aqueles atores que em sua ação coletiva, partindo dos materiais culturais a que têm acesso, pretendem redefinir sua posição na sociedade, ou elaborar um novo projeto de sociedade. É este último tipo, o da identidade de projeto onde podem ser localizadas as lutas sociais, seguindo a tradição de Touraine²⁶. Na sua análise, não importa mais a Castells o caráter político assumido pelos movimentos sociais, seu suposto é que eles “[...] *podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas, ou nenhuma delas*”. Ou seja, o pesquisador se distancia de qualquer tomada de partido, referente à crítica da sociedade burguesa, adotando uma posição neutra em sua análise²⁷.

Com esse pressuposto, elabora uma conclusão que certamente não deixa dúvidas quanto a seu giro político: “não existe uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social, e que o único sentido da história é a história que nos faz sentido” (CASTELLS, 1999, p. 95). E assim pensando, assegura que não existem “[...] movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos eles são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem

26 Touraine diz assim: “A ideia que uma infraestrutura material comanda superestruturas políticas e ideológicas, tão largamente admitida nas ciências sociais quando elas refletiam sobre o triunfo do capitalismo liberal, de Karl Marx a Fernand Braudel, não corresponde mais a um século dominado por revoluções políticas, regimes totalitários, Estados-providência e uma imensa extensão do espaço público. É portanto natural que as ciências sociais tenham pouco a pouco abandonado sua antiga linguagem determinista para falar frequentemente de atores sociais (TOURAINE, 1992, p. 242-243).

27 Mesmo que esta neutralidade esteja impossibilitada pela própria implicação do autor numa trama social determinada.

ser determinados por meio de pesquisas" (idem). Para este autor, o importante é pesquisar a relação

[...] entre os movimentos, conforme definido por suas práticas, valores e discurso, e os processos sociais aos quais parecem estar associados, por exemplo, globalização, informacionalização, crise de democracia representativa e predominância da política simbólica no espaço da mídia (idem, p. 94-95).

A consequência política dessa concepção é limitar a luta na esfera cultural ou ideológica, subalternizando a materialidade da vida social e sua forma incidência (ou mesmo determinação) sobre as demais esferas da vida humana, não levando em consideração a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho alheio. Também não importa a seus adeptos se a luta desenvolvida pelo ator social é revolucionária ou contrarrevolucionária. Examina o movimento social a partir de sua prática discursiva (a análise do discurso), abandonando a perspectiva histórica do processo de transformação social. O pesquisador só se preocupa em extrair da pesquisa o sentido que os "atores sociais" dão a sua luta.

No Brasil, a concepção culturalista de movimentos sociais fez tradição nas ciências sociais e na antropologia, sob a influência do pensamento da Escola de Chicago; no entanto, esse aporte é atualmente bastante difundido a partir da então recente obra de Manuel Castells (1999), em que este autor faz revisão de posições adotadas na primeira fase de sua carreira²⁸. Isso significa que, nesse momento, nasce um Manuel Castells II, "sensível" à repercussão do neoliberalismo, que o faz recuar ainda mais na sua análise sobre movimentos sociais. Essa sua obra demonstra seu abandono do marxismo e sua filiação

28 Mesmo que em 1972, Manuel Castells tenha criticado a vertente culturalista para a análise da cidade, quando fez uma alusão à Escola de Chicago, ressaltando algumas falsas noções adotadas por essa escola: "Esta construção está ligada diretamente ao pensamento evolucionista-funcionalista da escola sociológica alemã, de Tönnies a Spengler, passando por Simmel" (CASTELLS, 2000, p. 126).

à tradição weberiana, próxima a Touraine. Desse modo, aquele autor divulga a concepção touraineana, engrossando essa tendência no debate urbano. Podemos observar essa mutação assumida por Manuel Castells, quando em *O poder da identidade* (1999) abandona expressamente o marxismo. No "Prefácio"²⁹, há indicadores dessa metamorfose política: seu interesse "pelos diferenças e pelas peculiaridades, procurando um fio de meada que pudesse explicar o mundo pós-moderno ou pós-industrial ou qualquer outro nome que se queira dar para as novidades do mundo globalizado"; uma contribuição "instigante, que renova a teoria de mudança social e apresenta uma visão totalizante que engloba as transformações tecnológicas, a cultura e a sociedade"; uma inovação metodológica, introduzindo "o estudo de caso, a observação participante e a preocupação com a comparação [...] (como na melhor tradição antropológica)", que porta como objetivo: "[...] chegar a uma visão compreensiva em que o geral não seja o empobrecimento do específico [...] buscar um novo quadro teórico". São estes indicadores

[...] que ligam as modificações do capitalismo contemporâneo e seus reflexos nas formas de trabalho e nos eixos fundamentais que organizam as culturas [...]. As transformações das bases materiais da vida deixam marcas locais não-visíveis (porque virtuais), mas que mudam as formas de ação e as orientações básicas das culturas (CARDOSO, R. In: CASTELLS, 1999, p. I e II).

Castells abandona de vez a preocupação com a luta de classes e com as contradições sociais, substituindo-a pela busca da "identidade" de "atores sociais excluídos" a partir da identificação do sentido da sua ação social. Resultante desse giro político, adota uma concepção que privilegia a dimensão cultural, em detrimento da determinação material da vida social. Assim escreve sobre a "identidade" dos

29 Elaborado, nada mais nada menos, pela então Primeira Dama, Ruth Cardoso, antropóloga reconhecida pela vinculação de pensamento ao conservadorismo, e que contribuiu grandemente na elaboração do "Paradigma brasileiro sobre os movimentos sociais urbanos".

“atores sociais excluídos”, definindo de outra maneira os movimentos sociais urbanos, ao ressaltar sua determinação cultural.

Essas comunas culturais são caracterizadas por três principais traços distintos. Aparecem como reação a tendências sociais predominantes, às quais opõem resistência em defesa de fontes autônomas de significado. Desde o princípio, constituem identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra um mundo externo (CASTELLS, 1999, p. 84).

A adoção da vertente culturalista é assim justificada por Castells,

Na medida que as instituições do Estado e as organizações da sociedade civil fundamentam-se na cultura, história e geografia, a repentina aceleração do tempo histórico, aliada à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política (CASTELLS, 1999, p. 93).

A TESE REFORMISTA DE MOVIMENTOS SOCIAIS, A PARTIR DO MARXISMO ESTRUTURALISTA DE POULANTZAS

A tendência teórica sobre movimentos sociais, de natureza reformista, foi a mais difundida no Brasil, e capitaneada pelo pensamento de Castells, encontrada nos seus primeiros trabalhos³⁰, tendo como matriz teórica a obra de Althusser e de Poulantzas (1978)³¹, conforme confirma aquele autor:

30 Classifico a obra da primeira fase de Manuel Castells, ou seja, aquela elaborada entre o final de 1960 e a década de 1980, de Castells I, na medida que, como vimos no item 2 deste trabalho, no final da década de 1990 ele abandona totalmente o marxismo, e esse segundo momento de sua vida intelectual denomino de Castells II. Suas primeiras contribuições são apresentadas de forma resumida neste texto, quando se encontrava vinculado ao marxismo estruturalista.

31 Para Lojkine, a orientação metodológica de Poulantzas é profundamente marcada pelo estruturalismo, bebendo na fonte althusseriana, em que isola na

Desse nosso ponto de vista, nosso trabalho foi influenciado por uma determinada interpretação de Althusser (mais do que pelos próprios trabalhos de Althusser), objetivando construir um conjunto teórico codificado e formalizado antes de ir em direção à pesquisa concreta [...] (CASTELLS, 2000, p. 549).

A concepção de urbano de Castells, nas décadas de 1970 e 1980, se limitava ao espaço residencial, ou seja, ao lugar de reprodução da força de trabalho. Portanto, em Manuel Castells I, a concepção de movimentos sociais pode ser resumida como "lutas no espaço de reprodução da força de trabalho", em que a noção de classes populares é privilegiada, desprezando a determinação da produção material, ao limitar a luta social na esfera política, não enfatizando o vínculo das pessoas e grupos sociais com a extração da mais-valia, ou seja, com o antagonismo existente entre capital e trabalho. Apoiando-se na obra de Poulantzas (1977)³², a sociedade é pensada a partir de três instâncias da estrutura social (política, ideológica e econômica) que usufruem relativa autonomia³³.

Segundo Manuel Castells (2000)³⁴, a dimensão econômica, "em última instância, é determinante, toda conjuntura (momento atual) é organizada inicialmente em torno da luta de classes e, em especial, da luta política de classes, a que tem como objetivo a preservação ou a destruição-reconstrução do aparelho de Estado" (idem, p. 349). Para ele, "[...] o poder [é] a capacidade de uma classe ou de fração de classe de realizar seus interesses objetivos a custo das classes ou do conjunto de classes contraditórias" (CASTELLS, 2000, p. 349), privilegiando em seu estudo a luta na esfera política. A definição de "sistema urbano", baseada na teoria estruturalista das três instâncias,

análise as estruturas político-ideológicas da esfera econômica, vendo o Estado como um fator de coesão social (1981 e 1997).

32 Publicado na França, em 1968, intitulado "*Pouvoir publique et Classes sociales*".

33 Ver Poulantzas, 1977, p. 63-64.

34 Publicado na França em 1972.

limita a pesquisa ao espaço de reprodução da força de trabalho: “Por sistema urbano, entendemos a articulação específica das instâncias de uma estrutura social no interior da unidade (espacial) de reprodução da força de trabalho” (idem, p. 337).

Dentro do conjunto de relações ocorridas neste espaço, ele se refere ao “Funcionamento das *instituições*”, enquanto “aparelhos políticos e ideológicos” (idem). Aí vemos melhor a sua filiação a essa perspectiva de análise. Para este autor as lutas sociais ocorrem nas instâncias política, ideológica e econômica, usufruindo cada espaço relativa autonomia; o que o leva a conceber o urbano como uma realidade geográfico-social, espaço de reprodução da força de trabalho. Isso quer dizer que este termo - o urbano - que aparece na “[...] prática social e administrativa designa antes – ver-se-á facilmente – uma certa unidade residencial, um conjunto de habitações com os ‘serviços’ correspondentes. Uma unidade urbana não é uma unidade em termos de produção” (idem, p. 556).

A importância que atribui ao urbano se vincula aos problemas concretos que aí se expressam, considerando 1) a crescente concentração urbana, com a aglomeração populacional cada vez mais gigantesca; 2) a intervenção do Estado, responsabilizando-se pela produção e distribuição dos equipamentos coletivos e pelo arranjo urbano; 3) o aumento significativo das “lutas urbanas”, estas entendidas pelas diferentes formas de pressão em face de suas necessidades sociais, ou seja, reivindicações relativas aos equipamentos e serviços coletivos pelas classes subalternas; e 4) o “[...] desenvolvimento vertiginoso dos discursos sobre o urbano, da ‘tomada de consciência sobre estes problemas’ e da sua colocação em primeiro plano pelos aparelhos institucionais oficiais” (CASTELLS, 2000, p. 564).

Castells, nesse momento de sua trajetória intelectual e política, define os movimentos sociais como lutas urbanas levadas pelas classes subalternas ou classes populares; diferentes formas de pressão para o suprimento de necessidades sociais (equipamentos e serviços coletivos para a reprodução de sua força de trabalho); ou ainda, como as novas formas de conflitos sociais, aqueles que ocorrem fora

do espaço da produção, isto é, os ditos novos movimentos sociais.

Pensando o espaço urbano como o lugar da reprodução da força de trabalho, ou seja, como espaço residencial, Castells explica que os movimentos sociais urbanos resultam de contradições secundárias, distinguindo-as daquelas que opõem capital e trabalho. Segundo esse analista, contradições novas se manifestam no espaço urbano (de reprodução da força de trabalho): a aglomeração de trabalhadores na cidade, ao provocar o surgimento e o aumento das necessidades sociais (a partir de suas reivindicações), torna os equipamentos e serviços coletivos (consumo coletivo, ou seja, nas áreas de habitação, transporte, educação, saúde etc.) um elemento funcional indispensável à vida em sociedade; mas na medida em que sua produção não é suficientemente rentável como portador de lucros, o capital não se interessa em promover seu atendimento, visto ser um setor deficitário para a economia capitalista; o Estado ao não responder de forma satisfatória às reivindicações, em decorrência da disputa política no processo de elaboração e implementação de seu orçamento, torna-se o principal antagonista da relação com os movimentos sociais que lutam por meios de reprodução da sua força de trabalho; a totalidade constituída pela organização urbana abre uma contradição “[...] entre o modo individual de apropriação das condições de vida ('cada um vive a sua vida') e o modo coletivo de gestão desse processo [...]” (CASTELLS, M., 1976, p. 14), por não comportar um enfrentamento individualizado de cada elemento da problemática urbana, por exemplo, transporte coletivo, rede escolar, habitações, hospitais, etc.

Como meio de enfrentar essas contradições, um sistema de planificação urbana se instala em aparelhos do Estado, numa “[...] tentativa de gestão e previsão destes problemas através de um conjunto de medidas e de instituições práticas [...]” (idem, p. 15), pretendendo “[...] resolver os estrangulamentos, ultrapassar as contradições e acalmar os conflitos, em nome de uma racionalidade técnica através da qual poderiam ser conciliados interesses sociais divergentes” (idem). Castells lembra que a planificação urbana é tida “[...] como

instrumento privilegiado da mutação social", espaço concreto e apolítico. Mas, como em última instância o Estado capitalista expressa, através de mediações, os interesses do conjunto das classes dominantes, a planificação urbana não pode ser instrumento de mudança social, mas de dominação [...]" (CASTELLS, M., 1976, p. 16). Considera que "[...] a verdadeira origem da mudança e da inovação da cidade está nos movimentos sociais urbanos e não nas instituições" (idem, p. 17). Porém as mudanças mais substantivas, sendo de natureza estrutural, somente acontecem na arena política das lutas sociais, e através de uma "[...] articulação entre os movimentos sociais ligados à produção, os movimentos sociais urbanos e os movimentos sociais políticos no decorrer de um processo" (idem). Por isso, cabe aos movimentos sociais urbanos, ponto fundamental na dinâmica de transformação, suscitar esta "[...] ligação progressiva entre lutas urbanas e lutas políticas" (idem, p. 123-124). E esses encadeamentos derivam-se não exclusivamente do contexto objetivo sobre o qual a luta urbana se desenrola; "Eles são também função do próprio processo da luta urbana, dos agentes que nela intervêm, das formas que toma o seu conflito, e das características próprias a estes agentes" (idem, p. 124).

Na pesquisa dos movimentos sociais urbanos, Castells I indica alguns elementos essenciais que julga importantes para serem focalizados: primeiramente, o contexto da luta que expressa a contradição social, pondo em relevo interesses opostos dos antagonistas envolvidos no processo de reprodução da força de trabalho; em segundo lugar, a especificidade do processo, a partir do conteúdo dos agentes sociais localizados nos dois polos da contradição: de um lado, encontra-se a população atingida, ou seja, a base social do movimento urbano, que é representada por um grupo de pessoas mobilizadas, indicando a força social do movimento; do outro lado, estão os adversários, que defendem interesses opostos aos do movimento social (ou seja, a luta urbana não é examinada em sua totalidade, nem do ponto de vista da própria contradição interna às forças envolvidas, como em sua processualidade, dicotomizando em dois polos: o polo

das forças do bem, representado pelos movimentos sociais, e o polo das forças do mal, representado pelas instituições do Estado, o que gerou no "paradigma urbano", elaborado no Brasil, uma discussão sobre a necessidade de preservação do caráter autônomo dos movimentos sociais); em terceiro lugar, configuram-se "[...] a orientação político-ideológica e o tipo de organização que a mobilização utiliza" (CASTELLS, M., 1976, p. 46), um componente determinante do movimento social; em quarto lugar, Castells destaca a importância do "[...] próprio tipo de ação levada a cabo e as formas de luta [...]" (idem); e, por último, o efeito urbano provocado pela luta, que altera as condições da vida cotidiana, como também o efeito político, demonstrado na alteração da correlação de forças políticas.

Na qualidade de um estruturalista, Castells adota uma perspectiva formal, conforme expressa no seu "Posfácio" de 1975:

Desse nosso ponto de vista, nosso trabalho foi influenciado por uma determinada interpretação de Althusser (mais do que pelos próprios trabalhos de Althusser), objetivando construir um conjunto teórico codificado e formalizado antes de ir em direção à pesquisa concreta [...] (CASTELLS, 2000, p. 549).

Vê-se, portanto, nesse primeiro momento de sua trajetória intelectual, a incorporação de uma orientação do chamado marxismo-estruturalista. De fato, ele chega a fazer uma "profissão de fé", bem ao estilo dogmático, próprio daquela conjuntura:

O princípio metodológico segundo o qual só a matriz estrutural (com predomínio) de uma sociedade torna-a inteligível, e que só a análise do processo político permite compreender uma situação concreta e sua transformação, ultrapassa o par ideológico estrutura/acontecimento e se encaminha para um estudo científico, seguindo aos clássicos do materialismo histórico, de Lenine a Mao, passando por Gramsci (idem, 350).

A consequência política dessa perspectiva de análise é a de limitar a concepção de movimentos sociais urbanos ao espaço residencial;

o antagonismo entre capital e trabalho não é enfatizado, focalizando o Estado como adversário principal dos movimentos sociais. Ora, essa limitação não é gratuita, ao contrário, deixa intacta a contradição principal, ao não trabalhar a teoria da mais-valia. O socialismo proposto fica restrito a pequenas reformas, ligadas à esfera da defesa dos direitos sociais, deixando de lado a luta na esfera da produção, reduzindo a luta urbana à esfera dos "meios de consumo coletivos", ou seja, aos equipamentos e serviços públicos.

MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUANTO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES, COM BASE NA TEORIA DO VALOR TRABALHO DE MARX

Em *La Pensée Marxista et la Ville*, de autoria de Lefebvre³⁵, veem-se de modo claro elementos da teoria do valor trabalho embasando a análise da cidade, que por consequência explica também os movimentos sociais urbanos, em especial quando esse autor transcreve no capítulo V um trecho de Marx, extraído de seu Prefácio, 1ª edição do Livro I, d'*O Capital*:

Em todas as ciências o começo é árduo. Difícil em qualquer ciência. O Capítulo I, principalmente a parte que contém a análise da mercadoria, será portanto, de uma inteligibilidade um pouco difícil. A forma valor, realizado na forma moeda, é uma coisa muito simples. Entretanto, o espírito humano tem procurado em vão, há mais de dois mil anos, penetrar no seu segredo... Colocando de lado o que se refere à forma valor, a leitura desse livro não apresentará dificuldades. Eu suponho naturalmente leitores que querem aprender alguma coisa nova e, conseqüentemente, também pensar por eles mesmos... Eu estudo nesta obra o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe correspondem.... (LEFEBVRE, 2001, p. 132)³⁶.

35 Publicado na França em 1976, e aqui no Brasil, a primeira edição em 1997, sob o título: *A cidade do Capital*, tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur.

36 Ver em "Prefácio da 1ª edição", in: *O Capital*, Livro I, volume 1, p. 21.

Nesse capítulo, intitulado "O capital e a propriedade da terra", Lefebvre recorre aos *Grundrisse* e ao *Capital*, para explicar a cidade, afirmando que a relação cidade-campo é gerada e situada "[...] como relação social, no modo de produção, ele mesmo considerado como um todo, coesão em rompimento, entretanto, por forças de rupturas, de antecoesão, de superação" (idem). Segundo Lefebvre, a cidade faz parte das

[...] condições históricas implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). Ela é coisa social, na qual são evidentes (tornam-se sensíveis) relações sociais que, tomadas em si, não são evidentes [...] de sorte que é necessário concebê-las pelo pensamento, a partir de sua realização concreta (prática). Nesse quadro, o das relações sociais objetivadas, efetua-se a circulação das mercadorias, a criação do comércio e do mercado, ponto de partida do capital no século XVI [...]. Aí se exerce a "magia do dinheiro", a força, ao mesmo tempo maravilhosa e estupidamente brutal dessas coisas - o ouro e o dinheiro - saídas das entranhas da terra e se impondo logo como encarnação do trabalho humano (idem, p. 140-141).

Partindo da teoria do valor trabalho de Marx, eixo que articula os três volumes d'*O Capital*, compreendida na sua totalidade³⁷, como

37 Os movimentos sociais concebidos como expressão da luta de classes têm como referência a teoria do valor trabalho de Marx/ para apreendê-la é necessário recuperar, inicialmente, os elementos da sua teoria sobre o dinheiro, partindo das noções de valor de uso e valor de troca da mercadoria (capítulo primeiro do Livro I, vol. 1), onde se encontra o mistério camuflador das relações de exploração capitalistas; em seguida tratar da diferenciação entre mais-valia e lucro, e sua transformação em preço de produção a partir do preço de custo, constituído com base na taxa geral de lucro, que se distingue da taxa de mais-valia. Para tanto, é preciso compreender a tendência ao nivelamento da taxa de lucro, resultante da taxa média de lucro, responsável pela distribuição da massa de mais-valia ou da massa de lucro, para se adentrar na Lei tendencial da queda da taxa de lucro que conduz a crises e concorre para a queda final do modo de produção capitalista.

formação da mais-valia, no processo imediato de produção, a realização e a distribuição da mais-valia no processo de circulação; esse pensador marxista examina "[...] as funções e estruturas da forma urbana", enquanto um legado da história à sociedade burguesa. Pensando a partir da formação da mais-valia, Lefebvre considera que a cidade é *uma força produtiva*, além de ser o pano de fundo da sociedade burguesa:

Ela contém uma parte importante do trabalho passado e cristalizado, literalmente morto, do qual dispõe o capitalista para se assenhorar do trabalho vivo; o que ela contém, assim, sobrevive ao desgaste cotidiano dos instrumentos de trabalho [...]; mantém, à maneira de uma instituição, a divisão do trabalho indispensável ao funcionamento do capitalismo; portanto, e melhora no seu interior a divisão social do trabalho, aproxima elementos do processo de produção (LEFEBVRE, 2001, p. 142).

Sob essa mesma ótica, ele se refere à urbanização como um processo revolucionário, mas que contém elementos de destruição e de superação, como uma antecipação da ultrapassagem do modo de produção capitalista:

A urbanização completa da sociedade, anunciada e mesmo começada antes do capitalismo (a inversão da situação anterior, figurando nas

Desse modo, através dessa trajetória lógica e passos conceituais, encontramos, vemos nos tomos 4 e 5, do Livro III, "[...] como o lucro mesmo se divide em lucro empresarial (seja na indústria, nos transportes, ou no comércio) e juros, isto é, a parte da mais-valia destinada aos capitalistas proprietários de capital dinheiro e que se limitam a emprestá-lo a empresários" (MANDEL, 1987, p. 166), através de um processo de distribuição que se realiza nos espaços urbanos. No tomo 6, Marx trata do "[...] problema mais geral do monopólio que dá origem ao superlucro" (idem), com base na análise da renda fundiária. Esse percurso, se seguido, nos leva a apropriação da teoria do valor trabalho de Marx, cuja exposição, como se vê acima, tem início com a extração da mais-valia, no processo imediato de produção, abordado no Livro I d'O *Capital*. Todos esses processos: de formação, realização e distribuição da mais-valia, apresentam como pano de fundo a cidade capitalista.

condições da nova sociedade, a sociedade burguesa), prossegue portanto e até se acelera sob o domínio da grande indústria, da burguesia e do capital. É um processo revolucionário, uma vez que ele transforma a superfície do globo e da sociedade. No entanto, este processo não se realiza de uma maneira coerente nos quadros do modo de produção capitalista; ele tem um lado negativo, que o impulsiona para a frente, mas tende à destruição e à autodestruição. O capitalismo destrói a natureza e arruina suas próprias condições, preparando e anunciando seu desaparecimento revolucionário. Somente depois dele, as trocas (no sentido amplo: tanto trocas orgânicas, quanto econômicas) entre o social e o natural, o adquirido e o espontâneo, poderão se restabelecer "sob forma apropriada ao desenvolvimento humano integral e como lei reguladora da produção social" (idem, p. 146).

Quanto ao ponto de vista da realização da mais-valia, a cidade oferece as condições fundamentais para esse processo, o qual "[...] exige primeiro um mercado, um sistema de crédito, de desconto, de transferências de fundos, que permitam ao dinheiro (moeda) completar plenamente sua função: parâmetro dos valores de troca, circulação das mercadorias, meio de pagamento" (idem, p. 147). Mesmo que no espaço rural haja pequenos comércios locais, a cidade concentra as trocas. "Por outro lado, ela abriga o sistema bancário, artifício destinado a encadear os pagamentos e a compensá-los reciprocamente, o sistema monetário se desenvolveu em sistema de crédito" (LEFEBVRE, 2001, p. 147). Cenário dos dramas sociais, a cidade concentra a pobreza, a violência institucionalizada e não institucionalizada. A cidade constitui a unidade de contrários, dadas as profundas desigualdades, apresentando ao mesmo tempo, a "dinâmica da ordem e da explosão" (IASI, M. L., 2013, p.42).

Sobre a relação cidade e campo, e a concentração urbana, encontramos:

Em torno da grande empresa industrial, dependente dela, uma multidão de pequenas empresas se aglomera; umas são de tipo artesanal, outras de tipo manufatureiro, outras enfim pertencem à pequena e média

indústria. De que elas se ocupam? Das reparações, da manutenção, das peças de substituição, dos acabamentos etc. Uma poeira, um círculo de empresas subordinadas geralmente cercam uma grande unidade, que arrasta atrás dela todos os períodos da atividade produtiva. Do mesmo modo, no campo, um grande domínio, senhorial ou capitalista traz sua coroa de pequenos camponeses, de operários agrícolas, cultivando por sua própria conta um pequeno pedaço de terra, de camponeses médios arraigados, frequentemente, em terras medíocres etc., o agrupamento dessas empresas dependentes tem vantagens; além disso, se essas empresas se instalam longe da aglomeração urbana, elas contribuem dessa forma para a absorção do campo pela cidade. Transformando-se em satélites pela grande indústria, elas não ficam, apesar disso, fora da divisão do trabalho e do próprio capitalismo.

Enfim, e sobretudo, a cidade e a concentração urbana concentram serviços (LEFEBVRE, 2001, p. 148).

Nesse trecho, Lefebvre se refere tanto ao trabalhador produtivo como ao trabalhador improdutivo de mais-valia (horas de trabalho não pago incorporadas aos produtos materiais do trabalho), que convivem na cidade, afirmando que

O importante é que Marx distingue o trabalho produtivo (de coisas, de mercadorias) e o trabalho improdutivo, mas socialmente necessário (por exemplo, o do sábio, ou do educador, ou do professor em geral, ou dos médicos etc.). Além do mais, para ele, se todos os trabalhadores produtivos são assalariados, nem todos os assalariados são imediatamente e diretamente produtivos (de coisas, de bens trocáveis). Quanto ao termo "serviço", é somente uma expressão para designar um valor de uso, fornecido em troca de uma soma de dinheiro por um "ativo" que pode dispor de seus meios de produção; ele fornece um "serviço" enquanto atividade, serviço esse comprado e vendido como uma coisa, ainda que não seja forçosamente uma coisa. Um trabalho material pode ser comprado a título de "serviço", por exemplo, o do artesão que conserta um cano de água ou de gás. A mesma espécie de atividade pode ser considerada como trabalho produtivo

ou improdutivo; o poeta cria poesia, diz Marx, como o bicho da seda cria a seda, por natureza; mas uma vez editada, ele produz mais-valia pelo e para o editor, o livreiro, ele fornece trabalho produtivo ao impressor etc. (idem, p. 149-150).

Em relação à distribuição da mais-valia, processo que "[...] passa pelo nível mais elevado da sociedade capitalista: global, isto é, nacional e mesmo mundial" (LEFEBVRE, 2001, p. 155), visto que há concorrência entre os capitais no mercado mundial, Lefebvre lembra que

Economicamente, cada capitalista recebe sua parte de mais-valia, proporção (aproximativa) do capital colocado em atividade por ele. Uma média se forma em escala global, a taxa média de lucro, que depende de diversas variáveis e, principalmente, da composição orgânica média dos capitais (idem).

Marx pensa esse processo de distribuição através de categorias, como capital constante (meios de produção ou trabalho morto), capital variável (salários pagos à força de trabalho ou ao trabalho vivo), composição orgânica do capital, mais-valia, taxa média de lucro e superlucros, que servem para explicar a lógica empirista e pragmática dos capitalistas. Desse modo, Marx explica os fenômenos, considerados econômicos, objeto de cálculos e balancetes do empresariado, "dissipando as ilusões do capitalismo e as aparências da sociedade burguesa" (idem).

Na distribuição da mais-valia, instituições do Estado capitalista, sediadas na cidade, exercem uma função importante, além de reter parte daquela sob a forma de impostos e cobrança de taxas. Para tanto, o Estado mantém uma burocracia "[...] que se reproduz, ela própria assegurando a reprodução de suas próprias condições, o que tende a assegurar a reprodução das relações de produção na sociedade inteira, no modo de produção" (idem, p. 156). Entre esses aparelhamentos da burocracia, estão os órgãos de repressão (como o exército, a polícia e o aparelho judiciário) utilizados especialmente para a submissão dos trabalhadores ao domínio do grande capital, o que leva a confundir o reino da razão do Estado com a razão em geral.

Essa perspectiva teórica, que explica a cidade apoiada na teoria do valor trabalho de Marx, concebe os movimentos sociais como expressão da luta de classes; e essa visão está contida na obra de Jean Lojkine (1981), *O Estado Capitalista e a questão urbana*, a qual se afasta totalmente das vertentes anteriores, na medida em que a concepção da luta de classes é derivada da relação antagônica entre capital e trabalho, que sofre a ação repressiva do Estado.

Quanto à discussão de classes sociais, esse sociólogo nelas reflete não apenas através da relação direta entre capitalista e proletariado, mas também através de uma análise em níveis complementares: o primeiro nível diz respeito à determinação do vínculo no processo imediato de produção, ou seja, a relação capital x trabalho, burguesia x operariado, quando no espaço fabril a mais-valia é expropriada do trabalhador através de horas de trabalho não cobertas pelo salário. O segundo se refere ao vínculo no processo de circulação, que juntamente com a produção imediata compõe o processo ampliado de produção, ou seja, examina, para além do processo imediato de produção, os vínculos de trabalhadores no processo de circulação, troca e distribuição, com um destaque para as camadas médias e para a pequena burguesia, bem como os trabalhadores chamados “improdutivos” de mais-valia. Mas Lojkine inclui um terceiro nível de análise, onde são focalizadas as metamorfoses que ocorrem no desenvolvimento histórico do capitalismo, provocando modificações importantes nas classes sociais (LOJKINE, 1990), ou seja, levando em consideração as novas determinações materiais das forças produtivas, hoje mundializadas, sob a lógica de uma financeirização exacerbada.

Em todos esses níveis, o conceito de lutas de classes é central na análise até para explicar as diferentes dimensões dessa mesma luta, que se reproduz enquanto conflitos secundários no interior da sociedade capitalista, atingindo tanto a classe capitalista (neste caso, competições internas entre as diferentes frações do capital – financeiro, industrial, comercial, agrário e fundiário – personalizadas por seus representantes, integrantes de cada ramo produtivo, como a classe trabalhadora, distribuída em diferentes escalões, desde o

quadro de executivos ao de operações, e em hierarquias funcionais que fragmentam os trabalhadores no interior da produção imediata e dos meios de circulação). As segmentações nas camadas médias também são explicadas a partir da reprodução das contradições fundamentais entre capital x trabalho. Por outro lado, além das determinações de natureza material, é preciso levar em conta aquelas de ordem política e ideológica, incluindo aí a dimensão cultural, onde se expressam lutas sociais importantes.

Encontramos em Lojkine (1995) um importante aporte para detectar as metamorfoses na classe trabalhadora, quando examina num quadro comparativo a revolução industrial e a revolução informacional, indicando elementos para a análise das mutações atuais no processo de trabalho: interpenetração de trabalhadores produtivos/improdutivos, mesclagem e gradação de funções produtivas e improdutivoas; inter-relação ciência e produção; cooperações entre serviços e indústrias; papel dinâmico da metatrônica; cooperação entre professores, pesquisadores, assalariados da indústria; integração urbana de funções em rede (LOJKINE, 1995. p. 79). Essas novas determinações materiais, produzidas especialmente pela Revolução Informacional, exercem um poder muito grande sobre a consciência coletiva dos trabalhadores e, conseqüentemente, nas formas de sua representação e organização política. Dentro desse contexto de novas determinações é que precisam ser buscadas as explicações sobre os “novos movimentos sociais”, ou seja, aqueles movimentos que se manifestam no âmbito da cultura e do “consumo de massa” (movimento negro, feminista, gay, lutas urbanas etc.), mas que em última instância têm a determinação social de classe, determinação esta que precisa ser trabalhada na pesquisa social.

Desse modo, o urbano é concebido como espaço de formação, realização e distribuição da mais-valia, sendo os movimentos sociais analisados em função da luta de classes, movida principalmente pela disputa na apropriação e uso de bens e serviços aí produzidos, e das condições existentes nessa força produtiva social. Observa-se que a luta social é ferrenha, na medida em que os capitalistas utilizam

as cidades, seus recursos naturais, materiais e sociais, para levar a efeito o processo de produção e reprodução ampliada do capital, que ocorre nesse espaço, ou seja, para fazer acumular seu capital. Nessa perspectiva teórica, a cidade se constitui um produto da relação social antagônica entre capital e trabalho. Por isso, esta concepção possui uma referência fundante: a obra de Marx, especialmente *O Capital* (livros I, II e III).

Para pensar o que se passa no processo ampliado de produção, Lojkine utiliza a categoria teórica "condições gerais da produção capitalista" (1981 e 1997), encontrada especialmente no livro I, de *O Capital*. Essa categoria se torna operativa para a explicação dos meios de reprodução social, denominados à época de "meios de consumo coletivo", principal reivindicação dos movimentos sociais urbanos, servindo também para analisar o processo de segregação socioespacial. Ao conceber a cidade capitalista, resultante da aglomeração dos meios de produção e de circulação material (meios de comunicação e transporte), agrega, na categoria "condições gerais da produção capitalista", os meios de reprodução da força de trabalho, partindo de seu sentido restrito - os meios de comunicação e circulação. A aglomeração dos meios de produção e troca já era observada nos burgos medievais, visto possuírem mesmo em pequena escala agências de banco e comércio, aglomerando artesãos e suas atividades produtivas, portando as cidades independentes um pequeno mercado para o intercâmbio de seus produtos. Com a consolidação do capitalismo, ao se tornar o modo de produção dominante, surgem em larga escala os meios de reprodução da força de trabalho (rede escolar, hospitalar, meios de transporte coletivo, rede de restaurantes e similares, conjuntos e condomínios habitacionais, teatros, clubes e outros meios de lazer).

Com o uso dessa categoria, visualiza-se a cooperação ampliada, através de mediações que unem o espaço fabril (esfera da produção material) aos demais espaços da sociedade capitalista. Nesse sentido, na explicação do espaço urbano reconhece-se a importância fundante do espaço da produção (processo imediato da produção,

realizado na fábrica), sem desprezar as esferas de circulação, troca, distribuição e consumo (ciclos da metamorfose do capital que ocorrem no conjunto da sociedade). Desse modo, a particularidade da cidade capitalista é explicada mediante o estudo de um duplo processo: de um lado, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de produção e reprodução do capital, fazendo do território citadino uma "[...] condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico" (LOJKINE, 1997, p. 146), em que a cidade constitui-se em parte integrante do complexo das forças produtivas, uma força produtiva social (LOJKINE, 1995); e de outro lado, a crescente concentração dos equipamentos e serviços coletivos (meios de reprodução da força de trabalho), os quais criaram, progressivamente, um novo modo de vida, novas necessidades sociais, uma "civilização urbana".

Esta análise sobre o urbano passa necessariamente pela discussão da relação antagônica entre capital x trabalho, que dá origem a um processo de luta de classes, onde o Estado desempenha funções políticas, além de funções econômicas; e por isso, esse sociólogo francês pensa o Estado capitalista por dentro da relação social de extração da mais-valia. Seu fio condutor tem como eixo a concepção marxiana relativa aos processos de cooperação e socialização, operados na fábrica, que se observam também no conjunto da sociedade, cabendo ao Estado a instalação dos meios que viabilizam tais processos, para garantir a reprodução ampliada do capital. Isto é, sua concepção de políticas públicas não se limita à reprodução da força de trabalho, mas é estendida às formas de produção e reprodução do capital, passando tanto pelo fomento ao processo imediato da produção, como às processualidades extensivas ao conjunto da sociedade (LOJKINE, 1997, p. 145).

Resumindo: a cidade capitalista é pensada como produto da relação capital x trabalho, levando em consideração o processo de formação, realização e distribuição da mais-valia, precedido e acompanhado da apropriação e uso dos recursos naturais, materiais e sociais existentes, para instalação e funcionamento dos meios de

produção (forças produtivas materiais) e das condições gerais da produção capitalista, entre as quais os meios de reprodução da classe trabalhadora. Estes últimos vêm crescendo em importância na elevação da expectativa da vida humana, determinando a qualidade das condições de uma vida culturalmente elevada e saudável, muito embora ainda não extensiva a todos os segmentos sociais.

Vimos que Lojkin amplia a concepção de “condições gerais da produção capitalista” (que no sentido restrito refere-se aos meios de comunicação e transporte), para incorporar os meios de reprodução da força de trabalho; o que lhe permite apreender o papel fundamental dos equipamentos e serviços urbanos no crescimento da produtividade global. Esta perspectiva analítica leva em consideração as contradições do processo de socialização urbana, entre seu valor de uso coletivo (como por exemplo, os efeitos úteis da aglomeração capitalista) e sua apropriação privada.

Como dissemos acima, esta concepção tem suas referências extraídas diretamente na obra de Marx (*O Capital*), e em autores contemporâneos como Boccara (economista do Partido Comunista Francês) e Lojkin, que compartilham a formulação da teoria da Revolução Informacional. Para conceber a manifestação de movimentos sociais, como expressão da luta de classes, Lojkin articula dois processos. Em primeiro lugar, processo das classes, frações de classe e/ou camadas sociais, de “por-se em movimento”, caracterizando sua intensidade e extensão, a depender da combinação que unifica base social e organização do movimento social. Desse modo, a natureza dos movimentos sociais se conhece a partir do tipo de relação que a organização mantém com a sua base social, podendo variar da subordinação da base ao partido à subordinação do partido à base social. Assim, a força social do movimento social resulta da ação da organização sobre uma determinada base social. O segundo processo, que contribui para definir os movimentos sociais, relaciona-se ao primeiro, significando o “por-se em movimento” das classes, frações de classe e/ou camadas sociais, diante de um obstáculo a transpor na conquista de uma sociedade igualitária, ultrapassando a sociedade

capitalista (no caso dos movimentos sociais movidos pela classe trabalhadora, ou uma ou mais de suas frações); desafio político que pode ser conhecido mediante a análise do conteúdo político e ideológico das reivindicações e das ações propostas e realizadas pelo movimento social, em relação às frações de classe que o compõem. Isto significa que não são apenas as frações da classe trabalhadora que fazem movimentos sociais. Ou seja, a burguesia industrial, financeira ou mesmo agrária faz seus movimentos, portando uma orientação conservadora e/ou reacionária, subordinada aos interesses do grande capital mundializado. A pequena burguesia, a depender da conjuntura, se move em apoio a uma das classes fundamentais.

A partir da Revolução informacional (LOJKINE, 1995), observa-se no espaço urbano uma tendência de integração de funções produtivas, de circulação e de serviços (LOJKINE, 1995), com o aumento das redes de cooperação produtiva e redes de cooperação política (RAUTA RAMOS, 2003). De um processo produtivo circunscrito às fábricas, momentos do processo de produção da riqueza social são estendidos para o conjunto do território, aglutinando e, ao mesmo tempo, hierarquizando diferentes áreas, regiões e países; o que talvez possa permitir a entrada de trabalho produtivo (de mais-valia) nas esferas de circulação, de serviços e mesmo de consumo final, tornando-as imediatamente produtivas.

O processo produtivo adentra em diversos espaços da cidade, alocando-se inclusive em espaços residenciais (teletrabalho). A cidade, portanto, se diversifica, enquanto espaço do processo imediato da produção e do processo de reprodução ampliada do capital, para atender as exigências impostas pela busca de sua maior rentabilidade (atualmente marcadas principalmente pelo desenvolvimento do trabalho imaterial, difundido pelas redes telemáticas). As redes sociais e/ou redes de cooperação política se expandem, tendo como suporte as tecnologias de informação e comunicação (TIC).

De uma organização da classe trabalhadora, circunscrita à ambiência fabril (através da ação dos sindicatos) e ao espaço dos partidos políticos (instituições do Estado burguês), potencializa-se a

participação política da classe trabalhadora em seus diversos segmentos com novas formas de representação, dado o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), com a formação de redes de cooperação política mediante a utilização das redes sociais informacionais. A ação dos movimentos sociais que se manifestam em espaços da cidade (ruas e praças), articulados e mobilizados por redes sociais, vem demonstrar que há algo novo no padrão sócio-histórico definido pelo desenvolvimento inédito das forças produtivas, que contraria não somente as relações de produção, mas também a capacidade de ação política de seus agentes (neste caso particular, as forças vinculadas ao trabalho). Segundo Lojkine, isso pode ser assim interpretado:

[...] o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, pós-mercantil, emergente da ultrapassagem de uma divisão entre os que produzem e os que dirigem a sociedade [...]. A divisão social entre os que têm o monopólio do pensamento e aqueles que são excluídos deste exercício está agora posta em questão – ou mais exatamente, seu questionamento torna-se hoje um problema social real na escala de toda a humanidade (LOJKINE, 1995, p. 11-12).

As inovações na esfera da ação política foram antecipadas por aquelas na esfera da produção material. O impacto da revolução informacional revoluciona toda a dinâmica do processo de produção e reprodução social, e com isso propicia uma nova configuração à aglomeração urbana, diferente daquela derivada da lógica industrial: “[...] as arquiteturas logísticas do espaço das operações são em grande parte modeladas por redes e serviços informacionais, os quais acompanham os fluxos físicos” (VELTZ, 1997, p. 218). A difusão e o aperfeiçoamento das TICs provocam a redução dos gastos no seu acesso, pela produção em massa de computadores, aumento dos serviços e extensão das redes telefônicas, redes de cabo e satélites, atingindo quase todos os rincões - especialmente através da telefonia móvel - na base de um barateamento dos produtos, com a queda das despesas para a transmissão de dados. Microempreendedores e

trabalhadores por conta própria se apropriaram desses recursos como forças produtivas a seu favor, num movimento de autonomização, mesmo que de forma contraditória e ainda bastante subordinada ao grande capital, reduzindo o seu domínio absoluto na produção social.

Agentes de uma mídia alternativa colocam-se à disposição de movimentos sociais urbanos, como se pode observar em cidades brasileiras, tanto nas jornadas de junho de 2013, quanto na mobilização popular contra o afastamento da Presidente Dilma, para sua organização em redes sociais, convocação *on line*, e produção de site com as informações pertinentes, incidindo sua ação sobre a articulação e a mobilização de movimentos sociais, além de questionarem a mídia tradicional, obrigando esta a refazer imediatamente as informações dúbias ou mesmo falsas distribuídas pelo jornalismo. Assim, as cidades se tornam, então, não apenas o centro nevrálgico das conexões produtivas³⁸, mas também das conexões políticas, favoráveis à organização e mobilização dos movimentos sociais. Desse modo, o espaço citadino se coloca como propício para uma ação política que resulta no desenvolvimento de uma agenda política de reversão do quadro de pobreza, na denúncia da ilegitimidade da sociedade do capital, na medida em que se transforma numa arena política, espaço de manifestação de lutas que se espraiam como se fossem um fogo recorrente em florestas secas.

REFERÊNCIAS

- BOCCARA, Paul. "Sur la révolution industrielle du XVIIIe. Siècle et ses prolongements jusqu'a l'automation". In: *La Pensée*, nº 115, junho de 1964, p. 36-64).
- _____. "Quelques indications sur la revolution informationelle". In: *La Pensée*. Paris: Editions Sociales, no 241, setembro de 1984.

38 Especialmente nos ramos dos serviços e do comércio, há aplicações bastante tangíveis no uso da rede para transacionar produtos materiais e produtos digitalizáveis.

- CASTELLS, Manuel. *Lutas urbanas e poder político*. Porto: Gráfica Firmeza, 1976.
- _____. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2012.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. *La tradition sociologique de Chicago 1892-1961*. Paris, Seuil, 2001.
- COHN, Gabriel. "Alguns problemas conceituais e de tradução em Economia e Sociedade", in: WEBER, Marx. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 2000, V. I. p. XIII-XV.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- GRAFMEYER e JOSEPH. "Présentation. La ville-laboratoire et milieu urbain". In.: GRAFMEYER e JOSEPH (org.). *L'École de Chicago*. Paris: Albier, 1990]
- HEGEL, G. W. F. *A ciência da lógica* (Volume I de Enciclopédia das Ciências Filosóficas). São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- IASI, M. L. "A rebelião, a cidade e a consciência", in: VAINER, C. et al. *Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 41-46.
- LEFEBVRE, A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2ª edição.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981 e 1997 (1ª e 2ª).
- _____. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: 1990.
- _____. *Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MANDEL, Ernest. *Traité d'économie marxiste*. Vol. 1. Paris, Juliard, 1962^a.
- _____. *Traité d'économie marxiste*. Vol. 2. Paris, Juliard, 1962^b.

- _____. *"O Capital". Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México: Siglo veintiuno editores, 1985 e 1998 (1ª e 2ª edições).
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MARX, K. "Introdução [à Crítica da Economia Política]". In: _____. *Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 3-21 (Os Pensadores).
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003^a (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital*. Livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003^b (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de circulação do capital*. Livro II, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da economia política. O processo global de produção capitalista*. Livro III, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da economia política. O processo global de produção capitalista*. Livro III, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008^a (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da economia política. O processo global de produção capitalista*. Livro III, vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008^b (tradução de Reginaldo Sant'Anna).]
- PARK, Robert Ezra. "La ville. propositions de recherche sur le comportement humain en milieu urbain". In. GRAFMEYER e JOSEPH (org.). *L'École de*
- POULANTZAS, N. *L'Etat, le pouvoir et le socialisme*. Paris, PUF, 1978.
- RAUTA RAMOS, M. H. "Para a crítica dos Paradigmas dos Movimentos sociais urbanos". In: *Serviço Social e Sociedade*, v. 1, nº 43, p. 71-92, 1994.

- _____. *Teoria e política: Condições sócio-políticas do debate urbano na França*. São Paulo: PUC/SP, 1994, tese de doutorado.
- _____. (org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., 1987.
- TOPALOV, Christian. *Le Profit, La Rent et La Ville: Eléments de théorie*. Paris: Economica, 1984.
- TOURAINÉ, Alain. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard, 1992.
- VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris: PUF, 1997.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. UnB, 1999, vol. 2.
- _____. *Economia e sociedade*. Vol. 1, Brasília: Ed. UnB, 2000.

Quatro décadas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e a contribuição de Carlos Nelson Coutinho

Marilda Villela Iamamoto

Graduação em Serviço Social pela UFJF (1971), mestrado em Sociologia Rural pela USP (1982) e doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP (2001). É professora titular (aposentada) da ESS-UFRJ e professora titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 61-89	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	----------	------

RESUMO

Este texto apresenta alguns marcos do percurso histórico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ - seus antecedentes, origem e desenvolvimento até a década de noventa do século XX -, ao mesmo tempo em que presta um tributo aos seus docentes na pessoa de Carlos Nelson Coutinho (in memoriam), um de seus destacados protagonistas, aqui homenageado.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação em Serviço Social. História do Serviço Social. Homenagem a Carlos Nelson Coutinho.

INTRODUÇÃO

Saúdo as quatro décadas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, primeiro curso de mestrado e de doutorado em Serviço Social em uma universidade pública federal, no País. Estes votos são extensivos aos docentes, discentes e funcionários que, juntos, construíram a excelência desse Programa de Pós-Graduação.

No universo da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, a UFRJ se destaca pelo pioneirismo na incorporação da renovação crítica da profissão herdada do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, adensando-a e superando suas formulações iniciais, ao oferecer inédita contribuição à afirmação acadêmica do Serviço Social brasileiro no país e no exterior.

Este breve texto registra os antecedentes, origem e protagonismo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, até a

década de noventa, no marco do debate do Serviço Social brasileiro, e faz uma homenagem aos seus docentes na pessoa do Prof. Carlos Nelson Coutinho, salientando sua contribuição a esse Programa de Pós-Graduação.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ: ANTECEDENTES, ORIGEM E PROTAGONISMO ATÉ OS ANOS NOVENTA

O curso de Serviço Social da UFRJ – do qual que se desdobra o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – é exemplar expressão da permanente capacidade de autossuperação do Serviço Social, enraizado na realidade brasileira e latino-americana, rompendo vínculos de origem que presidiram a cultura profissional e sua inserção política na sociedade. O Serviço Social brasileiro tem sido capaz de dar saltos de qualidade na formação acadêmica e profissional, em sua inserção na universidade pública no exercício de suas funções precípuas: o ensino, a pesquisa e a extensão, a serviço da coletividade.

O curso de Serviço Social na então Universidade do Brasil, criada em 1920, tem seus antecedentes em uma emenda ao Decreto nº 595 de 1936, encaminhado, em 1937, pela deputada católica Carlota Pereira de Queiroz. Ele propunha uma base comum ao ensino de enfermagem e Serviço social na Universidade do Brasil, sendo prevista a criação, no terceiro e último ano do curso, de especializações: assistente social investigadora, assistente social educadora, assistente social da indústria, assistente social da infância. Mas o golpe de Estado de 1937, fez com que o referido decreto fosse engavetado, adiando a criação de uma escola de Serviço Social na capital federal (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 196; Dahmer Pereira, 2007, p.15).

Isolina Pinheiro (1985, p. 5) registra a existência, em 1939, de um curso superior de Serviço Social na Universidade do Brasil, com prerrogativa de extensão universitária, na gestão do Reitor Raul Leitão da Cunha, coordenado por ela. Buscava-se despertar o interesse de servidores públicos para os serviços sociais. Frequentou o curso um total

de 300 participantes, dos quais 100 diplomados; 115 médicos, 20 advogados, 70 professores, 35 enfermeiros e 60 de outras formações.

Finalmente, em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery, a primeira iniciativa do governo federal para a formação de assistentes sociais, o qual foi interrompido durante a Segunda Guerra Mundial (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.196-197). Segundo informa Arozo (apud Dahmer Pereira, 2007, p.17), por meio do Decreto nº 0045 de 13/03/1967 o curso de Serviço Social torna-se unidade autônoma do Centro de Filosofia, Ciências Humanas e Letras (CFCH) da UFRJ.

Na história dessa Escola de Serviço Social tem papel de destaque a Prof.^a Maria Amália Soares Arozo, que coordenou o curso de Serviço Social na Escola de Enfermagem Ana Nery no período de 1949 a 1967 e foi diretora da Escola de Serviço Social da UFRJ, de 1967 a 1975. Ela também liderou a criação do mestrado em 1976, tendo sido sua primeira coordenadora e dispendo de hegemonia nesta escola até 1983, quando afastou-se (Migliari, 2007; UFRJ, 2007; Bravo, 2007; Bravo e Freire, 2008). Participou ativamente da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), tendo sido uma de suas presidentes. A Profa. Arozo era vinculada à Ação Católica e secular consagrada do *Instituto Secular Caritas Christi*, tendo ocupado a direção da Conferência do Instituto Secular do Brasil – CISB – no período de 1986 a 1992 (Muricy, 2000). Saliento estas informações porque elas indicam os estreitos vínculos entre a Universidade Pública e a orientação católica no universo do Serviço Social.

Em meados da década de sessenta do século XX, teve início o *primeiro curso de especialização em Serviço Social* – uma pós-graduação *lato sensu* - dando a largada para o ensino pós-graduado.

A pós-graduação *stricto sensu* inicia-se com o curso de mestrado, aprovado pela UFRJ em 1976, e pelo MEC/CFE, em 1979. A *Escola de Serviço Social da UFRJ atesta seu pioneirismo ao criar o primeiro curso de pós-graduação stricto sensu, público e gratuito, ao nível de mestrado, em uma universidade federal no país.*

Estas iniciativas ocorrem, sob o ângulo profissional, no lastro dos

desdobramentos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, desencadeado no *I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina*, em 1965, em Porto Alegre, Brasil. Este foi o primeiro marco público da busca de um Serviço Social latino-americano, reagindo à importação de parâmetros profissionais. Denuncia-se o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano, num ambiente político-cultural que foi marcado pela vitória dos revolucionários de Sierra Maestra sobre Havana, das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica a partir do Concílio Ecumênico do Papa João XXII e da teologia da libertação.

O movimento de Reconceituação foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente que se refratam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis¹, nos Estados Nacionais, na organização de categorias profissionais, na arte e na cultura em geral. Ele é expressão da aproximação do Serviço Social às lutas, organizações e movimentos sociais portadores da defesa de direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas.

Mas o período de vigência da Reconceituação e seus desdobramentos coincide com a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Aqui o debate do Serviço Social assume outras tonalidades e recebe distintas influências: especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos -, ou nos provocativos termos de Aquin (2005), uma “reconceituação conservadora” - expresso nos Seminários de Teorização do Serviço Social promovidos pelos CBCISS. O registro destes eventos encontra-se nos Documentos de Araxá (1967), de Teresópolis (1970) e de Sumaré (1978). Os dois primeiros foram objeto de um inaugural embate teórico e político *no universo do Serviço Social latino-americano*,² expressando a diversidade de orientações profissionais no continente.

1 VER: RODRIGUEZ, Manuel, E, La rebelión estudiantil y el Servicio Social. *Revista Hoy em Servicio Social* nº 21. Buenos Aires: ECRO, jul. 1971, p. 17-32.

2 Cf. ANDER-EGG, Ezequiel. *Lectura crítica del documento de Teresópolis* (1ª

Nos anos 1970, como informa Bravo (2007, p. 59), vários professores da Escola de Serviço Social participaram de eventos promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS -, cujas produções passam a ter maior influência intelectual no curso: as professoras Maria da Glória N. Ferreira (Araxá), Tecla Soeiro Machado (Terezópolis e Sumaré), Leila Bugalho, Ana Stella Furtado, Maria Cristina Salomão Almeida e Maria Augusta de Aguiar Ferraz Temponi (Sumaré).

No universo do Serviço Social brasileiro, data de meados da década de setenta e início dos anos oitenta do século XX, o desencadeamento de um processo de ruptura tanto com as concepções de origem quanto com aquelas que prevaleceram no período da ditadura militar. Refiro-me tanto ao *social work* norte-americano matizado pelo pensamento católico quanto à modernização conservadora e/ou tecnocrática do Serviço Social, amalgamada a um arranjo teórico e doutrinário que envolvia princípios e valores éticos de cunho filosófico aristotélico-tomista, hegemônica no período da ditadura militar. Esta orientação, sob os constrangimentos da ditadura, contribui para uma “blindagem” política às produções acadêmicas do Movimento de Reconceituação, tal como se expressou nos países de língua espanhola.

O Brasil dispunha, nesse período, de um polo de resistência a essa vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, tal como expresso nos países de língua espanhola. A experiência da referida Escola mineira é considerada por Netto (1991) como a formulação inicial e mais abrangente da vertente profissional no pós-1964 qualificada por ele de “intenção de ruptura” com as marcas conservadoras

parte). *Hoy en el Trabajo Social*, nº 25. Buenos Aires: ECRO, dez, 1972, p. 61-76. ANDER-EGG, E. Lectura crítica del Documento de Teresópolis. 2da parte, comentário al trabajo de Jose Lucena Dantas. “La teoría metodológica del Servicio Social. Un abordaje sistemático”. Bibliográficas. *Hoy en el Trabajo Social*, nº 26. Buenos Aires: ECRO, abr, 1973, p. 35-37.

e modernizantes do Serviço Social brasileiro. As propostas e análises aí formuladas – se pouco difundidas no país, à época, dados os constrangimentos político-institucionais – ganham ampla visibilidade no meio profissional latino-americano.

Encontra-se, no chamado “Método Belo Horizonte”, um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo profissional: à sua pseudo-neutralidade teórico-prática, ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, à visão dicotômica das relações sujeito-objeto (traduzidas no dualismo homem-meio), à importação de modelos teórico-operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se ainda, a essa teia de críticas, a visão – subjacente e tácita – normalizadora da sociedade, redundando em objetivos profissionais eivados pelos propósitos de atenuar disfunções sociais, desadaptações e desvios comportamentais, tão caros às interpretações de cunho funcionalista da dinâmica social.³

A experiência da então Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte), ao nível da formação acadêmica⁴ e do exercício profissional, é exemplar de uma das tendências

3 Para uma análise global da experiência do grupo de Belo Horizonte, ver os seguintes documentos elaborados entre 1971 e 1974: “A prática como fonte de teoria” (1971); “Uma proposta de reestruturação da formação profissional” – publicado em QUIROGA, Consuelo (Org). *Compendio sobre la Reestructuración de la Carrera de Trabajo Social*. Buenos Aires: ECRO, 1973b; “Teoría, Práctica, Serviço Social” e “Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais” – estes últimos resgatados por Lima (1982). Na perspectiva de uma leitura crítica da experiência ver: LIMA, Leila; RODRIGUEZ, Roberto. “Metodologismo: estallido de una época”, In: *Acción Crítica*, Lima (Peru), n. 2, p.15-41, jul. 1977; NETTO, José Paulo. *Autocracia burguesa e Serviço Social*. (Doutorado em serviço Social) São Paulo: PUC/SP, 1991; BARBOSA, Margarida Maria. *Objetivos profissionais e objetivos institucionais na trajetória do Serviço Social: Belo Horizonte, 1960-1984*. São Paulo: PUC/SP, 1989. (Mimeo); RODRIGUES DA SILVA, Lídia Maria. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de doutorado, São Paulo: PUC/SP, 1991. 2 v.

4 A reestruturação do ensino teórico-prático, acompanhada da análise crítica da Universidade Brasileira nos moldes do acordo MEC-USAID, busca resgatar

presentes no universo profissional no continente. Mas ela também traz em si as limitações teórico-metodológicas e as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento. Entre estas, podem ser mencionadas: a atualização de marcas messiânicas nos objetivos-fins profissionais: "a transformação do homem e da sociedade", mediada pelos processos de capacitação, conscientização e organização, inspirados na "pedagogia do oprimido", de Paulo Freire. Decorre daí uma visão polarizadora da sociedade, dividida entre opressores e oprimidos, alimentada por ingredientes teóricos extraídos do arsenal do marxismo "oficial" e da teologia da libertação. Nesta proposta verifica-se uma tensão presente entre os propósitos de uma análise de inspiração marxista no campo teórico-metodológico e as fortes marcas epistemologistas que a informam. De fato, percebe-se uma completa ausência, na análise, do trabalho como fonte da produção do ser social, fundante na reflexão marxista. Poder-se-ia afirmar que, do ponto de vista teórico-metodológico, a proposta em discussão exemplifica tipicamente o que Quiroga (1989) qualifica de "invasão às ocultas" do positivismo no marxismo. O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o "Método Belo Horizonte" explica aquela "invasão": o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional operária (1889-1916) - também conhecida como Internacional Socialista - haurido em manuais de "marxismo-leninismo" na versão tida como "oficial"; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima: "a prática como fonte de teoria", tal como ali é trabalhada.

a possibilidade de condução do processo curricular a partir da recuperação do relativo espaço de autonomia existente no âmbito decisório interno às unidades de ensino. A concepção globalizadora de currículo articula o ensino teórico-prático à pesquisa e à prática, operacionalizado nas "unidades de ensino e aprendizagem". Por meio das "equipes de prática", articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e intervenção profissional e apoiada em uma orientação interdisciplinar, têm-se inéditos avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional. Ver: QUIROGA, (org.) 1971.

Soma-se a essas observações a formalização dos momentos metodológicos, resultante de uma exemplar sistematização da prática, erigida como fonte de revisão e elaboração de teorias.

Tais comentários críticos, aqui sinteticamente expressos, não embaçam a importância da experiência antes assinalada, mas assinalam os desafios com que se defronta o Serviço Social em sua relação com a tradição marxista.

No Brasil, a ditadura do grande capital nos termos de Ianni (1981) propiciou o aprofundamento da expansão monopolista com significativas alterações nos processos produtivos, na reorganização do Estado com irradiações no conjunto dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil (em especial a Universidade). Tais condições históricas tornaram possível a gestação de um *novo perfil profissional ainda no período ditatorial*. Consolida-se um *mercado de trabalho efetivamente nacional para os assistentes sociais*, cresce o contingente profissional, realiza-se a efetiva inserção da formação nos quadros universitários e sujeita às exigências de ensino, pesquisa e extensão. A pós-graduação *stricto sensu* passou a nutrir a produção científica, o diálogo acadêmico com áreas afins, o mercado editorial e a renovação dos quadros docentes.

Esta maturação acadêmica - ainda em tempos sombrios que lançaram profundas amarras sobre a sociedade civil - iria florescer no período da crise da ditadura, fazendo com que o Serviço Social vivesse um descompasso: ao mesmo tempo em que dispunha de condições materiais para dar o salto necessário tendo em vista responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, carecia de massa crítica para embasar uma autorrenovação nesses rumos. Esse descompasso propiciou um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceitualização. Já não era possível sua mera reiteração. A sociedade brasileira, e nela, a profissão, haviam amadurecido historicamente. Repô-las significaria potencializar os seus equívocos. Dessa maneira, para a dinamização da análise crítica do Serviço Social, não restou outra alternativa senão a de um mergulho na pesquisa histórica

aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional (ainda inconclusas). Em outros termos, um *esforço de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, que passa a presidir o debate brasileiro no âmbito da tradição*. (Iamamoto, 1998).

Os rumos assumidos pelo debate brasileiro estabeleceram *uma relação de continuidade e ruptura com os interrogantes do movimento de reconceituação*. A continuidade busca manter vivo espírito que cultiva a crítica tanto ao conservadorismo profissional quanto à vulgarização marxista, no resgate do legado marxiano para inspirar a análise da sociedade e da profissão. Já a ruptura foi construída no processo mesmo de aprofundamento das premissas e propósitos do referido movimento. Seu próprio desenvolvimento adensado pelas inéditas condições histórico-profissionais presentes na nossa sociedade, criou as possibilidades à ultrapassagem da reconceituação: a sua *superação* consubstanciada no processo de renovação crítica do Serviço Social no Brasil (idem).

O referido processo de ruptura com a herança cultural e política de origem é tributário das lutas sociais que se forjaram na crise da ditadura militar, adensando-a e impulsionando o processo de abertura democrática, com ampla participação da sociedade civil organizada. Salienta-se o forte protagonismo do operariado urbano industrial, de pequenos agricultores e assalariados rurais, assim como de segmentos médios, conforme registra Alves (1984)⁵

5 Na década de setenta e oitenta, diversos agentes exercem um papel decisivo na criação de forças de resistência à ditadura e ao processo de construção democrática, conforme acentua Alves (1984): a) a *Igreja Católica* é forte aliada na defesa dos direitos humanos, na denúncia da violência de Estado e na defesa dos presos políticos; b) as *associações de moradores de favelas ou associações comunitárias* alimentam o fortalecimento do movimento popular no período de 1978 a 1984 (Governo João Figueiredo); c) A *Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)* defende os presos políticos e denuncia prisões arbitrárias, tornando-se destacada porta-voz da oposição no questionamento da legitimidade da estrutura legal do Estado de Segurança Nacional e na defesa do estado de Direito; d) A *Associação Brasileira de Imprensa (ABI)* combate a censura de imprensa, que também atinge o teatro, a

É nessas veredas coletivas que teve lugar a pesquisa impulsionada pelo Celats/Alaets sobre a história do Serviço Social na América Latina (Brasil e Peru)⁶, coordenada por Manuel Manrique Castro, da qual participei como investigadora adjunta (Manrique e Iamamoto, 1979) juntamente com Raul de Carvalho. A referida pesquisa encontra-se registrada no livro de nossa autoria, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, hoje na 41ª edição⁷.

literatura, o cinema, a música, livros, revistas e jornais; e) a União Nacional dos Estudantes (UNE), reorganizada em 1977, realiza grandes manifestações e passeatas; f) o *movimento sindical urbano e rural* reage aos mecanismos de controle dos sindicatos por parte do Ministério do Trabalho; defende a revogação da política de controle salarial e o reconhecimento do direito às negociações coletivas, o direito de greve e a autonomia sindical. A reforma política de 1979 faz emergir novos partidos políticos, entre os quais o Partido dos Trabalhadores, em 1980, que passa a canalizar as reivindicações de diferentes movimentos populares, com novo tipo de organização.

6 O conjunto dos resultados daquele projeto de pesquisa mais amplo inclui outros resultados parciais, a saber: o trabalho de LARCO, Alejandrino Maguiña. *Desarrollo capitalista y Trabajo Social*. Peru: CELATS, 1979; de CASTRO, Manuel Manrique. *De apóstoles a agentes de cambio*. El trabajo social en la historia latinoamericana. Peru: CELATS, 1982, editado no Brasil sob o título de *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1984. Ressalto, ainda, o artigo de CARVALHO, Raul de. Modernos agentes da justiça e da caridade. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 2, p.43-51, 1980. Os resultados da pesquisa no Brasil foram publicados em 1982, no livro: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de Interpretação histórico-metodológica. (Cortez/CELATS, 1982). Em 1985, quando já estava em terceira edição, foi vertido ao castelhano por Manuel Manrique Castro e publicado sob o título: *Relaciones Sociales y Trabajo Social* (CELATS, 1985).

7 Esta experiência nos alertou para a importância da guarda e manutenção dos arquivos documentais e fontes bibliográficas no registro coletivo da memória de iniciativas dos sujeitos e na reconstituição das origens e desenvolvimento da profissão nos países. Resta o apelo às novas gerações de pesquisadores para que se debrucem sobre a pesquisa de fontes de época, inéditas, contribuindo para a reconstituição da memória do Serviço Social latino-americano.

Mas é também nesse período que ocorre, como relatam Ramos (2007) e Bravo (2007), a “virada” da Escola de Serviço Social da UFRJ na direção de ruptura com a cultura profissional prevalecente até então, que vai redirecionar o projeto acadêmico da Escola de Serviço Social e fundar a reorientação e expansão da pós-graduação. Tal mudança foi condicionada pela dinâmica interna da universidade: mobilizações de docentes, discentes e funcionários que acompanhavam a Constituinte e o processo de redemocratização do país. Verifica-se uma significativa renovação do quadro docente daquela escola, seja mediante transferência de outros cursos e/ou universidades, seja mediante a abertura de concursos públicos para novos docentes, no fim da década de setenta. Entre esses se destacam: Gelba Cavalcanti, Maria Inês Souza Bravo, Alcina Oliveira, Maria Helena Rauta Ramos, Maria Helena de Almeida Lima e Maria Durvalina Fernandes Bastos. Estes impulsionaram mudanças na direção social do curso, acompanhadas de uma reforma curricular da graduação em Serviço Social e da proposta de revisão do curso de mestrado, que deu enorme impulso a este nível de ensino. Nesse movimento renovador aliam-se, ainda, professores sintonizados com as mudanças que se operavam: Maria Augusta Temponi, Ana Stella Furtado, Nair Cruz, Amarita Lage e Marisa Sena (Bravo, 2007).

Não se pode subestimar nesse processo a presença do movimento estudantil de Serviço Social⁸ integrado aos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social realizados em 1986 e 1988, o qual culminou na criação da entidade em 1988, a atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS.

Outra referência importante foram as mudanças verificadas na reitoria da UFRJ, especialmente com a eleição do Magnífico Reitor Prof. Dr. Horácio de Macedo, que assumiu em 1985.

O processo de renovação, nas décadas de oitenta e noventa, ocorre sob o impulso da direção da Escola de Serviço Social, cujas gestões

8 O movimento estudantil contou nos anos 1980 e 1990, com destacados participantes, entre os quais: Elaine Rossetti Behring, Marina Barbosa Pinto, Márcia Torres e Andrea Pequeno. (Bravo, 2007).

aqui reverenciamos pelo importante papel desempenhado na renovação e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*: as gestões das professoras: Maria Helena Rauta Ramos e Maria Inês Souza Bravo (1985-1989); Maria Inês Bravo e Maria Elena Cansado (1990-1994), Maria Durvalina Fernandes Bastos (1994-1998).

A renovação e consolidação do mestrado, em meados dos anos oitenta, implicou uma ampliação do quadro docente, reunindo um grupo estável de docentes de elevado reconhecimento e qualificação acadêmica, titulados e produtivos, com inserção no debate acadêmico profissional. A formação intelectual predominante desse grupo era vinculada à tradição marxista, o que permitiu uma efetiva reorientação da direção teórica dessa pós-graduação. Entre os que se dedicaram prioritariamente a pós-graduação *stricto sensu* podem-se citar: Jean Robert Weissaupt, Carlos Nelson Coutinho, José Maria Gomez, José Paulo Netto, Nobuco Kameyama, e a autora deste artigo.

Este quadro de renovação do Serviço Social na UFRJ encontra-se inscrito na história da sociedade brasileira, indissociável da luta pela democracia e na defesa do Estado de Direito no ocaso da ditadura, que vai redundar na Constituição de 1988.

A pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil tem início em 1972. No triênio 1987-1989 conforme informa a CAPES, o curso de mestrado era oferecido em apenas seis instituições de ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). À época existia apenas um curso de doutorado em Serviço Social no Brasil, sediado na PUC-SP.

Um perfil teórico e investigativo já se afirmara entre os pesquisadores de Serviço Social, que passou a ser reconhecido como área de conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) em 1984.

O Núcleo de Pesquisa e Publicações da Escola de Serviço Social (NUPESS) da UFRJ é criado em 1988. São três as linhas de pesquisa:

história e serviço social; processos políticos e instituições; processos culturais e movimentos sociais; as quais são um desdobramento da área de concentração, então vigente, do programa de pós-graduação: Serviço Social, instituição e movimentos sociais. As ênfases temáticas dos grupos de pesquisa em funcionamento eram: violência contra a mulher; história do Serviço Social no Rio de Janeiro e assistência social; processo de trabalho e política de saúde do trabalhador; movimentos sociais no campo da saúde; associações de moradores (potencial político das lutas, relação com políticas públicas e participação da população de baixa renda) (Iamamoto, Karsch e Araújo, 1992, p. 161-162).

A CAPES registra, entre 1983 a 1990, a realização de 09 eventos nacionais centrados na pesquisa e no intercâmbio entre pesquisadores do Serviço Social, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social e, a partir de 1987, do *Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social - CEDEPSS*⁹.

9 São eles: 1) 1983. *I Encontro Nacional de Pesquisa*, realizado em São Luís (Maranhão) no período de 23 a 27 de maio, promovido pela ABESS com apoio do CNPQ; 2) 1984. *II Encontro Nacional de Pesquisa* em Salvador (Bahia), no período de 28/04 a 01/05, promovido pela ABESS com apoio do CNPQ; 3) 1986. *I Encontro Nacional de Pós-graduação em Serviço Social*, no Rio de Janeiro, em maio, promovido pela ABESS com apoio da CAPES e UFRJ; 4) 1987. *III Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social*, em maio, realizado em Campinas (SP), promovido pela ABESS-PUCAMP; 5) 1987. Criação do *Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social - CEDEPSS* - organismo acadêmico da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), na XXV Convenção Nacional da entidade realizada em Fortaleza (Ceará); 6) 1988. *II Encontro Nacional de Pós-Graduação em Serviço Social*, realizado no Rio de Janeiro, de 5 a 9 de dezembro, com o apoio do CNPQ/UFRJ; 7) 1989. *I Encontro Nacional de Pesquisadores*, realizado em agosto em Brasília (DF) promovido pela ABESS/CEDEPSS, com apoio do CNPQ; 8) 1990. *II Encontro Nacional de Pesquisadores*, realizado em agosto em Brasília (DF), em 27 e 28 de novembro, promovido pela ABESS/CEDEPSS, com apoio do CNPQ; 9) 1990. Reunião Nacional de Pós-graduação, realizada em Belo Horizonte (MG), promovida pela ABESS/CEDEPSS, em 8 de outubro, antecedendo o I Encontro Nacional de Ensino: graduação e Pós-graduação, com apoio do CNPQ, FAPEMG e PUC-MG (Iamamoto, Karsche Araújo, 1992, p. 147-148).

Em 1984, ocorre a criação do primeiro curso de doutorado em Serviço Social e o reconhecimento da área pelas agências de fomento à pesquisa, inicia-se a articulação dos programas de pós-graduação, com o apoio da CAPES/CNPq, o que inicialmente se desdobrou na criação Associação Nacional de Pesquisa em Serviço Social – ANPESS, sob a liderança da PUC-SP, em 1985, a qual foi logo esvaziada pela criação, em 1987, do *Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social - CEDEPSS* - organismo acadêmico da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), na XXV Convenção Nacional da entidade, realizada em Fortaleza (Ceará). Na criação do CEDEPSS, o Programa de Pós-Graduação da UFRJ teve um forte protagonismo tanto na elaboração da proposta quanto na composição de seu primeiro conselho diretivo, formado por docentes da casa: Prof.^a Nobuco Kameyama e Prof.^a Marilda Villela Iamamoto. No Conselho de 1991-93, esta última renova sua presença acrescida à do Prof. José Paulo Netto¹⁰.

Já existia um mercado editorial especializado consolidado, alimentado principalmente pela produção acadêmica da pós-graduação, oriunda de docentes e profissionais de campo, que permitiu acumular uma massa crítica profissional considerável. Ampliava-se a interlocução interdisciplinar, rompendo a endogenia intelectual prevaiente. Ao mesmo tempo, os consultores de área na CAPES apontaram a demanda crescente e reprimida para a formação no nível de doutorado de parte de centenas de mestres e apenas 25 doutores em Serviço

10 O Conselho Diretivo do CEDEPSS, Gestão 1987-1989, foi constituído por: Eugenia Célia Raizer – Diretora Executiva - Justina Iva de Araújo e Silva – Presidente da ABESS, Alba Maria Pinho de Carvalho, Marilda Villela Iamamoto e Nobuco Kameyama. Cf. ABESS. *Caderno ABESS n.º 2, Educação Popular*. São Paulo: Cortez, 1988, p. 2. Na gestão 1989-1991 não consta nenhum docente da UFRJ na direção do CEDEPSS. No período de 1991-1993, o Conselho Diretivo do CEDEPSS foi formado por: Myriam Vera Baptista – Diretora Executiva, Lídia Monteiro Rodrigues da Silva - presidente da ABESS, Ana Elizabeth Motta, Jose Paulo Netto, Marilda Villela Iamamoto e Mirtes de Aguiar Macedo. Cf. ABESS *Caderno ABESS n.º 5. A produção do conhecimento no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, p.2.

Social, então existentes.¹¹ E nesse panorama recomendaram a abertura de mais um curso de doutorado, sendo a UFRJ a universidade que oferecia melhores condições imediatas para esta expansão.

É urgente também diversificar a possibilidade de titulação de doutores em Serviço Social, criando-se outro curso de doutorado no país. Neste sentido recomenda-se a UFRJ, que poderá oferecer condições para atender tanto à demanda de todas as regiões do país e do exterior, quanto às exigências internas de consolidação aqui apontadas (Iamamoto, Karsch e Araújo, 1992, p. 166).

Entre todas as universidades federais brasileiras, a UFRJ oferecia o maior elenco de opções de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, cujo total excedia o número de cursos de graduação (ESS/UFRJ, 1990).

O mestrado foi reestruturado em 1987 e o doutorado em Serviço Social – o primeiro em uma universidade federal no país – em 1990, reafirmando o seu pioneirismo na pós-graduação pública e gratuita. A primeira seleção do curso de doutorado ocorreu em 1993, com início em 1994.

O projeto do curso de doutorado foi fruto de um trabalho coletivo¹², tendo, originalmente, como área de concentração, *Serviço Social, Política Social e Cidadania*, relacionada às linhas e grupos de pesquisa então vigentes no Programa de Pós-graduação com ênfase na abordagem interdisciplinar. Em decorrência da implantação do doutorado, a área de concentração do mestrado foi redefinida para: *Serviço Social, instituições e movimentos sociais*.

Merece destaque também no universo da profissão no país a

11 Cf.: IAMAMOTO, Marilda Villela, KARSCH, Úrsula Simon; ARAÚJO, Jairo Mello de. Relatório Avaliativo da Área de Pós-graduação em Serviço Social. (Período 1987/1989). *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 38, p. 141-166, 1992. A versão em espanhol foi publicada como: Informe Evaluativo del Area. Pós-Graduación en Trabajo Social (Triênio 87-89). El Post Grado en América Latina. Materiales de Reflexión Nº 2, Lima - Peru, v. 2, p. 25-45, 1991.

12 A referida proposta foi concluída em uma reunião com três dias de duração, que contou com a participação do grupo de docentes e da direção da ESS, realizada na Colônia de Férias do SESC, em Nogueira, município de Petrópolis (RJ), em 1990.

aprovação, em 1993, da Lei da Regulamentação da Profissão, quando era Presidente do Conselho Federal de Serviço Social a Prof.^a Dra. Marlise Vinagre Silva, docente da ESS/UFRJ, assim como a revisão do Código de Ética do Assistente Social, no mesmo ano, em cuja preparação docentes e discentes da pós-graduação tiveram um protagonismo exemplar, entre os quais: José Paulo Netto, Mione Apolinário, Beatriz Paiva e Marlize Vinagre. Estes dois instrumentos legais condensam a proposta de um novo projeto profissional do Serviço Social brasileiro, constituindo sua base jurídica.

As mudanças na órbita da profissão se ampliam com o processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação sob a direção ao ABESS-CEDEPSS, - inicialmente uma nova proposta de currículo mínimo aprovada em 1996 (ABESS/CEDEPSS, 1997). Este processo também contou com a presença ativa de docentes do PPG da ESS /UFRJ na assessoria à entidade, na elaboração da proposta e ajustes necessários ao seu encaminhamento ao Conselho Federal de Educação (CFE). Tais ajustes foram referendados pelas entidades representativas (CFESS, ABEPSS e ENESS) e encaminhados pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social da SESU/MEC.

Ao longo do século XXI, grandes avanços têm lugar no Programa, consolidando-se sua excelência acadêmica, uma volumosa produção de teses e dissertações, assumindo efetiva liderança no cenário nacional e continental, aprofundando sua internacionalização. Merece destaque a publicação da *Revista Praia Vermelha. Estudos de política e teoria social*, atualmente em seu volume 25, número 2 (2015).

CARLOS NELSON COUTINHO: A RENOVAÇÃO DO MARXISMO E O SERVIÇO SOCIAL

O encontro do Serviço Social com o pensamento de Carlos Nelson coincide com o processo de renovação crítica da profissão no Brasil na década de oitenta, que impulsionou sua aproximação à tradição marxista nas vertentes clássica e contemporânea. Em 1986, Coutinho faz seu ingresso formal na Universidade Pública mediante concurso

para livre docente da UFRJ, na Escola de Serviço Social, a partir do reconhecimento institucional de seu *notório saber*. Este concurso lhe outorga simultaneamente o título de doutor, a partir da tese ali apresentada sobre o pensamento político de Antônio Gramsci, publicada como: *Gramsci. Um estudo de seu pensamento político* (Coutinho, 1989), a qual torna-se um clássico na interpretação e difusão do pensamento gramsciano. Não isenta de polêmicas, esta obra enriqueceu internacionalmente a interpretação de Gramsci.

A riqueza da contribuição de Carlos Nelson Coutinho à renovação crítica do Serviço Social resulta de sua grandeza enquanto intelectual: esta é a tese central que conduz estas breves considerações. Sua aproximação ao Serviço Social representou um enorme privilégio para esta área: a possibilidade de conviver com um pensador culto, arguto e comprometido com rumos do Brasil contemporâneo, permitindo usufruir do seu saber acumulado.

O principal projeto intelectual de Carlos Nelson das últimas cinco décadas, na órbita da tradição marxista, esteve voltado à obra de Antônio Gramsci. Ele foi responsável por sua introdução no Brasil, na década de 1960 – ao lado de Leandro Konder e Luiz Maria Gazzaneo.

Carlos Nelson Coutinho foi o principal tradutor de Antonio Gramsci no país, seu maior difusor e estudioso internacionalmente reconhecido do legado gramsciano. Certamente, nesse grande projeto intelectual, o empreendimento de maior fôlego foi, nos anos 1990, a tradução, em 10 dos *Cadernos do Cárcere volumes*, junto com Marco Aurélio Nogueira e Luís Sérgio Henriques: 06 volumes dos *Cadernos*, 02 volumes com os *Escritos Políticos* (1910-1920 e 1921-1929) e volumes com as *Cartas do Cárcere*.

A esse grande projeto, se integra um indissociável complemento, em se tratando de um estudioso de Marx: a análise do Brasil, de forma criativa e historicamente fundada, iluminada pelo legado de Marx e de Gramsci e voltada à perspectiva da revolução e do socialismo.

Estas duas âncoras da produção de Coutinho – Marx e a tradição marxista (especialmente Lukács e Gramsci) e a sua condição de intérprete do Brasil – são também as pontes de vinculação de sua

obra com o Serviço Social brasileiro. Isto ocorre em decorrência da peculiar ressonância da tradição marxista no universo intelectual do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos, que tem em Gramsci um de seus principais inspiradores.

Outro elemento de atração entre Gramsci e o Serviço Social brasileiro é o desafio de decifrar a formação histórica brasileira: as classes sociais e sua dinâmica contraditória, as relações entre o Estado e a sociedade civil, a “questão social” e as lutas pela hegemonia, o universo do trabalho e suas dimensões culturais, as respostas institucionais no nível das políticas públicas, dimensões caras às elaborações gramscianas.

É no terreno das relações sociais historicamente constituídas, em suas expressões cotidianas, que atuam os assistentes sociais. Atuação esta que requer tanto uma dimensão cognitiva na apreensão da dinâmica dos processos sociais quanto uma ética correspondente, o que torna a análise de Gramsci privilegiada. O Serviço Social dispõe de uma dimensão necessária de ação na realidade, nas múltiplas expressões da *questão social*, tal como vividas e apreendidas pelos sujeitos sociais.

Segundo Coutinho (1989), Gramsci elabora a *ontologia marxista da práxis política*, aí residindo sua essencial contribuição. Ele “tende a ver todas as esferas do ser social a partir do ângulo da política”. Assim como “Marx foi um crítico da economia política, o terreno da teoria de Gramsci é a crítica da política”. Coutinho considera que Gramsci, *sem negar a centralidade ontológica das relações de produção para explicar a vida social*, concentrou sua atenção na política e na ideologia, isto é, no terreno das superestruturas, onde se trava a batalha decisiva entre as classes sociais e onde “os conflitos econômicos encontram os modos de sua resolução.”

Coutinho (1989) esclarece haver em Gramsci dois conceitos de política. A primeira noção indica o “salto entre o determinismo econômico e a liberdade política” (p. 22), expresso na noção de *catarse*: “processo pelo qual uma classe supera os seus interesses econômicos corporativos e se eleva a uma dimensão universal, que ele chama

de ético-política” (idem). Ou seja, é o “momento em que a classe deixa de ser fenômeno puramente econômico e se transforma em sujeito consciente da história”, condição para tornar-se uma *classe nacional, isto é, representante dos interesses de um bloco social majoritário*. Assim, como sustenta Gramsci,

quanto mais se ampliar a socialização do poder político quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia (Gramsci apud Coutinho, 1989, p. 58).

É este compromisso com a grande política que tem ressonância no *Código de Ética do Assistente Social e em seus princípios norteadores*.

A outra noção da *política, mais estrita*, refere-se ao “conjunto e práticas e objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações entre governados e governantes”, tendo sua matriz na sociedade de classes. Esta noção não se confunde com a “pequena política”, tão cara à época neoliberal, como já nos alertou Coutinho (1989, p. 52-54). Em termos gramscianos, a política deixa de ser pensada como “arena de luta entre propostas de sociedade”, passando a ser concebida como “simples administração do existente”, alheia à vida cotidiana dos indivíduos. No nível profissional, poder-se-ia afirmar que faz renascer o devotamento à técnica, ao “como fazer” em nome da eficiência da “prática”, que é mistificada, favorecendo o obscurecimento ideológico do grande jogo político que subjaz à rotina da burocracia estatal. A pequena política identifica-se com “a práxis manipulatória passiva”, e compreende “questões parciais e cotidianas que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida”: a política do dia a dia, de corredor, da intriga, que viceja na vida estatal.

A aproximação do Serviço Social ao pensamento de Antonio Gramsci foi objeto de estudo de Simionatto (1995) na obra *Gramsci: sua teoria, incidências no Brasil, influência no Serviço Social*, originalmente sua tese de doutorado. Ela foi realizada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a fecunda orientação do Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho. O texto apresenta o universo teórico-metodológico de Antonio Gramsci, a trajetória de seu pensamento no país, nas décadas de 1960 a 1980 e as principais produções por ele inspiradas, com destaque para a influência de suas ideias no Serviço Social brasileiro, afirmando a atualidade do legado gramsciano para decifrar o mundo contemporâneo.

A partir desse encontro, o Serviço Social passa a usufruir privilegiadamente dos estudos acumulados por Carlos Nelson sobre *Lukács*, sobre *Gramsci* e *como intérprete do Brasil* – sua formação social e sua produção literária -, que marcaram a biografia intelectual de Carlos Nelson Coutinho, esse “marxista convicto e confesso”.

Carlos Nelson era dotado de vasta cultura, fruto de fecunda interlocução com pensadores clássicos e contemporâneos nos mais variados campos do conhecimento - filosofia, política, economia, cultura e, em especial, da literatura. Assim sua formação intelectual e sua obra rompem fronteiras das ciências institucionalizadas, norteadas pela noção totalidade histórica. *Autodidata, ele se forma mais além do território da academia, por fora dela*, na apropriação da melhor herança intelectual acumulada e no compromisso político com as forças renovadoras da história na sua margem esquerda, na condição de intelectual e militante.

Aí está um ensinamento fundamental que nos lega Carlos Nelson: enfrentar com persistência e tenacidade o desafio do conhecimento, na busca da melhor cultura universal que se recicla e se alimenta das particularidades históricas de *Nuestra América*, cantada por poetas e defendida por seus lutadores, sobretudo incorporando os ventos renovadores que sopram das classes subalternas do sul do planeta.

Outro legado de Carlos Nelson são os *estudos sobre a democracia como valor universal, sobre as relações entre o Estado ampliado e sociedade civil e a perspectiva da revolução nas sociedades ocidentais, fundadas na teoria de Gramsci*. Entende Coutinho que o processo de aprofundamento da democracia se choca com o capitalismo e cria o terreno fértil para a construção do socialismo, no horizonte de uma

sociedade onde tenha lugar o “desenvolvimento da livre personalidade humana” nos termos de Marx, ou da “sociedade regulada” na linguagem gramsciana.

Podemos desdobrar a contribuição de Carlos Nelson ao Serviço Social em várias dimensões:

- Na consolidação do *Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ*, inicialmente um curso de mestrado em Serviço Social e logo seu desdobramento no curso de doutorado. Carlos Nelson legou a esta Universidade uma inestimável contribuição com seu peso intelectual e político para imprimir a formação no nível de pós-graduação um padrão de excelência acadêmica, ao lado de outras inestimáveis contribuições. Ele formou gerações de pesquisadores com seus cursos de *Teoria Política e Formação Social do Brasil*, orientando teses e dissertações e mantendo viva a chama do debate sobre o Brasil contemporâneo e seus rumos políticos;
- Na formação de *novos quadros acadêmicos na área de Serviço Social* – mestres e doutores. Na pós-graduação em Serviço Social, Carlos Nelson contribuiu também na formação de novos quadros acadêmicos oriundos de outras áreas profissionais: Educação, Ciência Política, História entre outros. Assim apoiou a formação de jovens intelectuais, estudiosos e difusores do pensamento de Gramsci no país;
- Na *difusão da contribuição gramsciana no Serviço Social brasileiro* e na afirmação e renovação do marxismo enquanto recurso teórico-metodológico indispensável para a leitura do Brasil contemporâneo (ver, por exemplo: Coutinho, 1992, 1994, 2000, 2006, 2010; Coutinho e Nogueira, 1988);
- No adensamento dos princípios éticos da profissão e dos fundamentos do Serviço Social: sua produção acadêmica teve influência preponderante no processo de elaboração e renovação das normativas e princípios éticos do Serviço Social na abertura dos anos noventa, com as noções de democracia, cidadania, igualdade, liberdade, que forjam a tessitura das escolhas éticas e da perspectiva de um projeto ético-político aliado ao debate sobre o *pluralismo*;

- Na contribuição generosa em eventos acadêmico-profissionais na área de Serviço Social com sua marcante presença, colaborando na qualificação do debate do Serviço Social contemporâneo. Podem-se citar os debates sobre: os fundamentos da metodologia no âmbito do Serviço Social, nos anos oitenta e noventa, nos quais incidem noções de Gramsci como: práxis, bloco histórico, hegemonia, classes subalternas, vontade coletiva, nacional-popular, intelectual orgânico, sociedade política e sociedade civil;
- Na tradição marxista e suas refrações no universo do Serviço Social que encorpam o debate ético no Serviço Social; a análise de conjunturas políticas nas últimas três décadas e o debate sobre a construção de alternativas políticas para o Brasil;
- Sua contribuição à pós-graduação em Serviço Social ampliou-se para a América Latina, em particular no Cone Sul, Uruguai e Argentina - com ampla difusão de sua obra na América Central, como em Costa Rica;
- Importa lembrar que Carlos Nelson integra, com fina sintonia, a condição de intelectual e militante. Foi assessor do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), participou do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto Ministro das Relações Exteriores, e contribuiu na fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004.

Em tempos de horizontes curtos, de prevalência dos imediatismos e do império mercantil, dilacerados pela devoção ao consumo e ao exacerbado individualismo que mina projetos coletivos, o cultivo do pensamento de Gramsci é um ato de contestação à cultura do mercado e do dinheiro. Gramsci é hoje parte indissociável do legado do pensamento social no país na crítica da política e da cultura, contribuindo de forma decisiva para a renovação do marxismo brasileiro. Ele anima a criação de uma nova *civiltà*, impulsionando a ação e a iniciativa coletivas na reinvenção da história, mediante a construção de processos contra-hegemônicos voltados a uma nova forma histórica de sociabilidade.

Fica aqui o desafio, aos intelectuais e pesquisadores, de darem continuidade à frutífera linha de pesquisa de Coutinho tanto na

academia quanto no conjunto das forças políticas; e incorporarem as sugestões contidas na obra de Gramsci para pensar os processos e sujeitos sociais no Brasil contemporâneo.

Finalizando, presto minha singela homenagem ao meu amigo e professor Carlos Nelson Coutinho. Eu o chamava carinhosamente de “Professor”, porque assim o considerava enquanto intelectual. Conheci Carlos Nelson na UFRJ nos idos 1986, quando começamos as gestões para ingresso nesta Universidade, há trinta anos. Esse contato inicial desdobrou-se em uma fraterna amizade em que compartilhamos os dramas e as alegrias da vida. E em um profícuo período de trabalho coletivo no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, já sinalizado.

Meus últimos contatos com Carlos Nelson foram no dia de seu aniversário, dia 27 de junho de 2012, às vésperas de receber o título de professor Emérito na UFRJ. No dia em que recebeu a emergência, lembrou, no marco de sua trajetória, a relação que manteve com o Serviço Social. No início se perguntava o que tinha vindo fazer numa Escola de Serviço Social. Com o tempo aprendeu a respeitar a profissão e admirar os seus quadros acadêmicos. E sempre repetia que, pela convivência e pela aproximação intelectual, já merecia receber o título de “assistente social honorário”.

Como sua assídua e persistente leitora, a obra de Carlos Nelson Coutinho vem enriquecendo a minha formação e minha produção. Também tive em Carlos Nelson um leitor privilegiado de originais de artigos e livros. E recebi sua generosa colaboração na apresentação de dois livros, numa relação respeitosa e rigorosa de intercâmbio intelectual entre colegas – infelizmente com pouco alento na academia na atualidade.

Em 2013, por ocasião da reedição do livro *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*, publicado originalmente em 1992, presto-lhe uma singela homenagem, da qual extraio o segmento que se segue:

Carlos Nelson Coutinho nos deixou no dia 20 de setembro de 2012. Professor Emérito da UFRJ, filósofo marxista, foi tradutor, crítico literário e pesquisador. Com ativa presença na vida política brasileira, ele

dedicou-se aos estudos de teoria política, da cultura e da formação histórica do Brasil. Internacionalmente reconhecido como um dos grandes especialistas na obra de Antonio Gramsci, é também seu mais importante tradutor para a língua portuguesa. Foi um dos responsáveis pela difusão da produção do pensador húngaro György Lukács no País. Democrata e socialista, Carlos Nelson sempre se manteve nas trincheiras da luta política por um Brasil mais justo e igualitário, sob a hegemonia da economia política do trabalho. O exemplo de sua vida e o legado de sua obra estão vivos entre nós e animam a luta por tempos mais humanos, mais generosos e felizes para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABESS/ CEPESS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). In: *Caderno Abess nº 7. Formação profissional. Trajetória e desafios*. São Paulo: Cortez, 1997.
- ABESS. *Caderno ABESS nº 2, Educação Popular*. São Paulo: Cortez, 1988.
- ABESS *Caderno ABESS nº 5. A produção do conhecimento no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDER-EGG, Ezequiel. Lectura crítica del documento de Teresópolis (1ª parte). *Hoy en el Trabajo Social*, nº 25. Buenos Aires: ECRO, dez, 1972, p. 61-76.
- .; ____ Lectura crítica del Documento de Teresópolis. 2da parte, comentário al trabajo de Jose Lucena Dantas. “La teoría metodológica del Servicio Social. Um abordage sistemático”. Bibliográficas. *Hoy en el Trabajo Social*, nº 26. Buenos Aires: ECRO, abr, 1973, p. 35-37.
- AQUÍN, Nora. Reconceptualización: un trabajo social alternativo o una alternativa al trabajo social? *Serviço Social & Sociedade*, São

- Paulo, n. 84, p. 48-65, 2005.
- BARBOSA, M. Margarida. *Objetivos profissionais e objetivos institucionais na trajetória do Serviço Social: Belo Horizonte, 1960-1984*. São Paulo: PUC/SP, 1989.
- BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I., BEHRING, E., SANTOS, S. M. E MIOTO, R. C. T. *Capitalismo em crise*. Política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010, p.13-34.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRAVO, Maria Ines Souza. *Lutas, desafios e conquistas da Escola de Serviço Social da UFRJ*. In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ*. 70 anos de História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007., p.57-66.
- BRAVO, Maria Inês Souza e FREIRE, Silene Moraes. Trajetória Histórica das Primeiras Unidades Públicas de Ensino de Serviço Social no Rio de Janeiro. *Serviço Social & Sociedade*, v. 96, 2008. p. 128-150.
- CARVALHO, Raul de. Modernos agentes da justiça e da caridade. In: *Serviço Social & Sociedade* n. 2. São Paulo: Cortez, 1980, p. 43-51.
- CBCISS. *Teorização do Serviço Social*. Documentos de Araxá, Terezópolis e Sumaré. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.
- CELATS. Evento. El Celats: organismo de cooperación técnica internacional. *Revista Acción Crítica* nº1. dez. 1976, p. 9-13.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a Corrente*. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Gramsci*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.
- _____. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. amp. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- _____. *Marxismo e Política*. A dualidade dos poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *Cultura e sociedade no Brasil*. Ensaios sobre ideias e formas. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A ed., 2000.
- _____. *Intervenções: O marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Lukács, Proust e Kafka*. Literatura e sociedade no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. e NOGUEIRA, Marco Aurelio (orgs). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DAHMER PEREIRA, Tatiana. Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil: um breve resgate de sua história. In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ*. 70 anos de História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.7-10.
- ESS/UFRJ: Proposta do Programa de doutorado em Serviço Social na UFRJ. Cadernos do Núcleo de Pesquisa e Publicações da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ, (mimeo), abril de 1990.
- FREIRE, Paulo. Rol del trabajador social en el proceso de cambio. *Hoy en el Trabajo Social* nº 16-17. Buenos Aires: ECRO, 1969, p. 89-104.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Os 70 anos da Faculdade de Serviço Social da UERJ na história do Serviço Social brasileiro. In: VELOSO, Renato dos Santos; CARVALHO, Paulo Roberto M.; ALMEIDA, Ney Luis T.; MELO, Ana Inês Simões. *C.Trajetória da Faculdade de serviço Social da UERJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2014.
- _____. O debate contemporâneo da reconceitualização do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 201-250.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relaciones Sociales y Trabajo Social*. Lima: CELATS, 1985. Versão de Manuel Manrique Castro.
- IAMAMOTO, Marilda Villela, KARCH, Úrsula Simon; ARAÚJO, Jairo Mello de. Relatório Avaliativo da Área de Pós-graduação em Serviço Social. (Período 1987/1989). *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 38, p. 141-166, 1992.

- ____ Informe Evaluativo del Area. Pós-Graduación en Trabajo Social (Trienio 87-89). El Post Grado en América Latina. Materiales de Reflexión N° 2, Lima - Peru, v. 2, p. 25-45, 1991.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LIMA, Leila; RODRIGUEZ, Roberto. "Metodologismo: estallido de una época", In: *Acción Crítica* n. 2, Lima (Peru); Celats, p.15-41, jul. 1977.
- MAGUIÑA LARCO, Alexandrino. *Desarrollo capitalista y Trabajo Social*. Peru: Celats, 1979.
- MANRIQUE CASTRO, Manuel. *De apóstoles a agentes de cambio*. El trabajo social en la historia latinoamericana. Peru: CELATS, 1982.
- ____ *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1984.
- MANRIQUE, Manuel Castro; IAMAMOTO, Marilda Villela. Hacia el estudio de la história del Trabajo Social en América Latina. *Acción Crítica* n° 5. Lima: Celats, 1979, p. 53-73.
- MIGLIARI, Maria de Fátima. Os outros podem ser o céu. In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.23-36.
- MURICY, Moema. *Instituto Social*. Uma nova forma de ser da Igreja hoje. Dissertação de Mestrado em Teologia. Porto Alegre: PUCRS, Faculdade de Teologia, 2000.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social* n° 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.
- ____ *Autocracia burguesa e Serviço Social* (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP, 1991.
- PINHEIRO, Maria Isolina. *Serviço Social: uma interpretação do pioneirismo do Rio de Janeiro*. Documentário. Rio de Janeiro: Edições UERJ, 1985.
- QUIROGA, Consuelo. *Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1989.
- QUIROGA, Consuelo. (Org.). *Compendio sobre la metodología del trabajo social*. Buenos Aires: ECRO, 1973a.

- ____ *Compendio sobre la reestructuración de la carrera de trabajo social*. Buenos Aires: ECRO, 1973b, p. 25-67.
- RAMOS, Maria Helena Rauta. Marcas e Marcos para a construção da ESS/UFRJ. In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.37-56.
- RODRIGUES DA SILVA, Lídia. Maria. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1991. 2 v.
- RODRIGUEZ, Manuel, E, La rebelión estudiantil y el Servicio Social. *Revista Hoy en Servicio Social*, n° 21. Buenos Aires: ECRO, jul. 1971, p. 17-32.
- SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4ªed. São Paulo: Cortez Ed, 2011.
- UFRJ. Histórias vividas, memórias presentes. Mesa redonda com as ex-diretoras da ESS/UFRJ, In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007., p.67-98.

FONTES ELETRÔNICAS

- <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf> Consulta em 25/05/2016.
- <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/386/showToc>. Acesso em 22/10/2016.

PRAIAVERMELHA

Notas sobre o PPGSS-UFRJ: história, método e ação

Lilia Guimarães Pougy

Docente da ESS-UFRJ, do PPGSS-UFRJ, do NEPP-DH/UFRJ e do PPDH-UFRJ. Supervisora na formação de equipes técnicas dos Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa e do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, Mestre em Serviço Social pela ESS-UFRJ, Assistente social.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 91-109	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	-----------	------

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.

Walter Benjamin¹

RESUMO

A proposta deste artigo, em resposta à chamada comemorativa do quadragésimo ano de criação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, é uma tarefa de rememoração que combina exercício da docência no lugar da administração acadêmica em diferentes e diversas conjunturas à subjetividade de quem a opera-realiza. É tão somente uma leitura que movimenta projetos acadêmicos, práticas teórico-políticas e afetos, em dois grandes eixos: a Unidade acadêmica e o Programa, propriamente dito, e a área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade. A temporalidade obedece a um ponto de partida, o biênio 2004-2005, conquanto o amplie, para o *antes* e o *depois*.

PALAVRAS-CHAVE

Memórias da ESS/UFRJ. PPGSS/UFRJ. Universidade Brasileira.

No contexto comemorativo do quadragésimo aniversário da criação do curso de mestrado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revisito, sob a forma de notas, *um acontecimento vivido* no Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

¹ BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust, 1929. In: Obras Escolhidas, Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1993:37.

Rememorar uma experiência singular como a coordenação de um programa de pós-graduação de uma universidade pública em meados dos anos 2000 requer um deslocamento do tempo *cronológico, homogêneo e vazio* em direção à *história aberta* assentada em práticas. Reminiscência e memória, a partir do presente, são o ponto de partida e de chegada desta narrativa rememorada.

A título de localização espaço-temporal sobre o papel e função do PPGSS para a universidade pública, gratuita e laica, para a UFRJ e para a área de serviço social, recorro a memória institucional e pessoal que considero importante para o contraste entre os anos 2004-2006, quando assumi a coordenação do programa durante a gestão da Profa. Dra. Rosana Morgado na direção da Escola de Serviço Social; levo ainda em conta o período em que fui coordenadora da integração acadêmica da pós-graduação na Decania do CFCH, por dois quadriênios sucessivos (2006-2014); e considero também o tempo presente, novembro de 2016.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O Programa começou com o curso de mestrado, em 1976, quatro anos depois da PUC-SP e PUC-RJ. Já o curso de doutorado teve início em 1994, treze anos após o curso da PUC-SP. A criação destes cursos na UFRJ inclui a particularidade de ambos serem os primeiros em uma universidade pública, gratuita e laica.

O protagonismo deste Programa na formação de mestres e doutores no Brasil e na América Latina foi operado na Escola de Serviço Social a partir de uma vigorosa inflexão em duas grandes variáveis que impactaram sobremaneira o Programa de Pós-graduação em Serviço Social na sua gênese: 1) a formação de assistentes sociais e, correspondentemente, o projeto político-pedagógico do curso de graduação combinado com a reforma curricular do início dos anos 1990; e 2) a ampliação do corpo docente no que diz respeito à questão numérica e disciplinar.

A reunião das condições institucionais para operar essa vigorosa expansão planejada endogenamente pela direção encabeçada pela

Prof.^a Dra. Maria Helena Rauta Ramos foi concomitante à criação do curso de graduação no turno noturno, com a mesma grade curricular do diurno, mas com periodização diferenciada, o que exigia um acompanhamento e orientação acadêmica sistemática dos estudantes trabalhadores.

O contexto de produção desse cenário tracejado combina os efeitos do “Congresso da Virada”, de 1979, quando o projeto ético-político profissional foi redimensionado em favor de um amplo processo de renovação crítica nos planos acadêmico e profissional, a efervescência política da Constituinte e a conquista da Seguridade Brasileira, apoiada no tripé da Previdência Social, da Saúde e da Assistência Social como política de direitos. No início dos anos 1990, a questão social e suas manifestações configuram o objeto profissional; e a defesa intransigente dos direitos sociais, a marca da ação profissional e da academia. A transformação do PPGSS, portanto, está organicamente associada a profundas transformações da formação profissional fundamentadas nas inflexões operadas no marco das relações Estado e sociedade civil, nas quais os movimentos sociais compareceram de modo virtuoso e profícuo.

O corpo docente do Programa foi composto, além de professores doutores da área de serviço social, de pesquisadores das áreas da teoria política, sociologia, antropologia, história social, saúde coletiva, política social, geografia e economia, fato que instalou as condições para uma perspectiva pluridisciplinar das pesquisas, a qual afetou o ensino e a formação de pesquisadores.

REMEMORAÇÃO DO BIÊNIO 2004/2005

O deslocamento à *história aberta* obedece a inflexões que carecem de detalhamento, salvo melhor juízo, sendo preciso enunciar o lugar de onde falo com vistas à qualificação da narrativa sobre a pós-graduação. Sou docente da Escola de Serviço Social há 31 anos e integro o quadro permanente do PPGSS há 16 anos. Fui coordenadora do Programa sucedendo a Prof.^a Dra. Nobuco Kameyama, expoente

no Serviço Social brasileiro e latino-americano, que teve um protagonismo importante no desenvolvimento da pós-graduação da área, na formação profissional e de pesquisadores. Nesse período o colegiado do Programa se ocupava em rever sua estrutura curricular para organizar as áreas de concentração e linhas de pesquisas dos cursos de mestrado e doutorado, na tentativa de avaliar, decorridos dez anos do Programa com cursos de mestrado *stricto sensu* e doutorado, os planos acadêmico, administrativo e organizacional.

O processo de revisão da estrutura curricular dos Cursos definiu duas áreas de concentração transversais aos cursos de mestrado e de doutorado, que foram: ‘Questão social, Políticas sociais e Serviço Social’ e ‘Cultura, Cidadania e Serviço Social’, com oito linhas de pesquisas: políticas sociais, processo de trabalho e classes sociais, história e concepções contemporâneas de serviço social, teoria social e serviço social, temas urbanos, cultura e movimentos sociais, Estado, sociedade e direitos humanos, democracia e globalização.

Os catorze meses que compreendem o período de outubro de 2004 a dezembro de 2005 deram sequência ao processo de revisão curricular e experimentação de uma nova sistemática de coordenação executiva do programa, na qual as comissões permanentes tiveram um papel fundamental dentro do âmbito do Colegiado do Programa, imprimindo um fluxo mais ágil nas rotinas acadêmicas. A estrutura de coordenação do Programa implantou uma gestão colegiada, por meio de um conselho de coordenação composto da coordenadora, da vice-coordenadora, Prof.^a Dra. Myriam Moraes Lins de Barros e dos coordenadores das duas áreas, Prof.^a Dra. Maria das Dores Campos Machado e Prof. Dr. José Paulo Netto. Vinte e seis professores doutores² compunham o corpo docente e havia numerosas solicitações

2 Nesta ocasião, além dos docentes coordenadores(as) já mencionados (as), constituíam o corpo docente os professores doutores: Andrea Moraes Alves, Alejandra Pastorini Corleto, Carlos Eduardo Montañó, Carlos Nelson Coutinho, Cleusa Santos, Eduardo Vasconcelos, Erimaldo Nicácio, Giuseppe Cocco, Janete Luzia Leite, Joana Garcia, José Maria Gómez, Laura Tavares Soares, Leilah Landim, Maria das Dores

de ingresso no Programa, o que poderia dinamizar as pesquisas e produções nas áreas propostas.

A estrutura organizacional concebida para facilitar o processo de implantação do currículo encontrou dificuldades estruturais, dada a duplicidade das grades curriculares. Com efeito, a coexistência de duas grades – no mestrado, “Serviço social, instituições e movimentos sociais” e no doutorado “O serviço social, a política social e a cidadania”, com suas distintas lógicas organizacionais –, com a nova estrutura – ‘Questão social, Políticas sociais e Serviço Social’ e ‘Cultura, Cidadania e Serviço Social’ – complexificou a concretização da proposta. A oferta das disciplinas naqueles semestres letivos foi tensionada pelas disciplinas já cadastradas e autorizadas na lógica anterior e os conteúdos atinentes às ementas novas, conquanto informal. Todo o processo de revisão curricular envolveu a sensibilização do corpo social na sua construção e o procedimento de transição para a nova grade proposta só pôde ser iniciado quando aprovado nas instâncias acadêmicas.

Na proposta as áreas são transversais aos dois cursos do Programa, implicando na oferta de um total de dezoito disciplinas, das quais quatro de ementa aberta, buscando contemplar temas conexos às demandas das Linhas de Pesquisa.

Importa registrar que os processos de reestruturação do currículo e de revisão e atualização do Regulamento são conexos e a tramitação nas instâncias colegiadas da unidade de ensino, o Colegiado de Pós-graduação e a Congregação, do ‘Cepequinho’ CPGP/FE-ESS, do Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH – e do Colegiado de Ensino e Pesquisa para Graduados – CEPg é obrigatória em vista da sua implantação formal. No âmbito do colegiado de pós, a proposta da estrutura curricular foi homologada em abril de 2005.

Campos Machado, Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, Maria Lídia Souza da Silveira, Marildo Menegat, Rogério Lustosa Bastos, Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Sara Nigri Goldman, Suely Souza de Almeida e Yolanda Guerra.

Nesta ocasião o Regulamento do Programa ainda precisava ser adequado às principais diretivas da Res. CEPG 05/01, que dispõe sobre a regulamentação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFRJ, tendo em vista “atualizar normas e regras institucionais e adequá-las à legislação do ensino de pós-graduação do país” e “unificar os procedimentos de criação e funcionamento dos Programas”.

Outra importante iniciativa de estruturação do Programa foi a de reativar as comissões permanentes de trabalho de modo vinculado ao Colegiado; deste modo as comissões permanentes de acompanhamento acadêmico, bolsa e planejamento de disciplina tiveram caráter consultivo e instruíram o Colegiado de Pós, instância decisória máxima do Programa de Pós-graduação.

O registro da produção docente e discente de modo vinculado às linhas de pesquisa e áreas de concentração foi um processo dificultado pela necessidade de se operar em duplo registro: na base da universidade com seu sistema próprio e na plataforma Lattes. Foram promovidas oficinas de treinamento para o corpo social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, com modesta adesão dos envolvidos.

O estabelecimento de novas rotinas institucionais foi possível por meio da realização de ações do planejamento estratégico, tais como: 1) diagnose da situação do Programa, levando em consideração os descritores presentes na avaliação trienal, embora neles não se esgotando; 2) orientação acadêmica aos discentes em situação de risco (fora de prazo); 3) avaliação de desempenho para a renovação de bolsas; 4) observação das resoluções dos colegiados superiores para homologação de atos acadêmicos; 5) definição de calendário consonante ao calendário da universidade; 6) oferta e incentivo à participação do corpo docente e discente em oficinas para o registro da produção acadêmica vinculada ao Programa, na base de dados da universidade; 7) realização de chamadas aos docentes e discentes para o registro da produção intelectual vinculada a Linhas de pesquisa do Programa; 8) preenchimento e envio do Coleta Capes no prazo; 9) atendimento das demandas da Capes (consulta sobre produção e cadastro discente) e da UFRJ (reuniões bimestrais dos

Coordenadores com o Pró-reitor); 10) participação do Programa na criação do CPGP/FE-ESS; 11) programação com a representação discente da Semana de Aulas Inaugurais; 12) produção do folder de divulgação do Programa; 13) construção da home page do Programa; 14) reestruturação da secretaria acadêmica, com a ampliação do corpo de funcionários técnico-administrativos e definição das atividades; 15) representação do Programa nas reuniões da Capes, Cnpq e Abepss; 16) realização de levantamentos e estudos exploratórios sobre o desempenho do Programa; 17) instrução e negociação junto ao CEPG de 28 processos de homologação de defesas realizadas em 2003 e 2004 que caíram em exigência por descumprirem as resoluções vigentes; 18) instrução e negociação junto ao CEPG de oito homologações de banca e de uma dezena de defesas fora do prazo; 19) instituição do exame de proficiência de língua portuguesa para candidatos estrangeiros nos Exames de seleção de 2005 e 2006; 20) regularização do exame de proficiência de língua estrangeira de 70 estudantes do Programa e realização do exame de proficiência de língua estrangeira na seleção 2006; 21) seleção de estudantes no escopo do PEC-PG/Capes-CNPq para 2006 e 2007; e 22) publicação da Revista Praia Vermelha³ N.11, relativa ao segundo semestre de 2004. Importa registrar que neste período a revista era classificada pelo Qualis como conceito A, contudo devido à irregularidade dos números da referida revista, esse conceito tendia a ser alterado, o que impediria a observação do critério para o financiamento de periódicos por parte da FAPERJ ou CNPq. Este número onze foi possível por meio de financiamento da FUJB. A transição para o formato de revista eletrônica foi avaliada como facilitadora das edições periodizadas.

O contexto histórico e político do período combinou a euforia pela eleição presidencial de um operário, Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, com o “risco de desilusão popular quanto à política”(Lesbaupin,

3 A Editora executiva da Revista Praia Vermelha foi a Profa. Dra. Myriam Moraes Lins e Barros.

2003:10⁴), face aos desdobramentos das reformas da previdência e tributária, dos caminhos da política econômica e das políticas sociais mais afinados com os interesses do empresariado. Nos termos de Comparato,

“O governo Lula veio fundado em uma esperança muito grande, um calor humano extraordinário, e ele está aos poucos destruindo a nossa esperança, o que é muito grave, porque governar não é só exercer o poder. (...) Isso está acontecendo porque o governo Lula adotou a política econômica do pensamento único, e aprofundou as diretrizes do governo passado” (2003:10⁵).

No primeiro mandato de Lula, dois ministros da educação executaram sua política para a área, Tarso Genro e Fernando Haddad, e importa para fins desta rememoração, registrar: O Plano Nacional da Pós-graduação – PNPG – 2005-2010 – operou importantes transformações na pós-graduação, na área da avaliação de cursos e no investimento à criação de cursos de mestrado profissional. No que se refere ao ensino superior, nesse período foram criadas universidades federais, criados novos cursos e operada uma expansão das universidades que trouxe impacto na democratização do acesso aos cursos sem o correspondente investimento para as ações de permanência dos estudantes nas instituições federais de ensino superior. A unificação do acesso ao ensino superior através do Exame Nacional do ensino Médio – ENEM – combinado com a instituição do SISU – Sistema de Seleção Unificada – e do PROUNI – Programa Universidade para todos – se potencializou o acesso e a mobilidade

4 LESBAUPIN, Ivo. Governo Lula: um balanço do primeiro ano. Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em serviço social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro.

5 Analisando a conjuntura brasileira. Entrevista com Fábio Konder Comparato, para o Jornal Brasil de Fato, em 22 de dezembro de 2003. IN Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em serviço social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro.

de estudantes em todas as instituições de ensino superior, carrou recursos às iniciativas privadas de formação profissional.

Na pós-graduação, a área de serviço social foi provocada a se manifestar sobre a avaliação de programas, o formato do Coleta Capes, o estabelecimento de critérios e revisão do qualis da área assim como a intervenção no redimensionamento da grande área proposta pela Comissão Especial de Estudos do CNPq, da Capes e da Finep. Tratava-se de uma proposta com profundas alterações na grande área das ciências sociais aplicadas, que passaria a ser designada “ciências socialmente aplicáveis”, o que cindiria a área de serviço social e economia doméstica em duas, reunindo os programas de serviço social em uma e os de políticas sociais em outra. Essa proposta teve grande repercussão nos Programas, que se reuniram para debater e qualificar propostas.

No que se refere à situação do corpo discente do Programa, havia 136 pós-graduandos (83 doutorandos e 53 mestrandos) com matrícula ativa, dos quais 48 estavam fora do prazo de defesa (27 doutorandos e 21 mestrandos).

Nas turmas de mestrandos, o levantamento também revelou uma situação bastante adversa. Das cinquenta e três matrículas ativas, vinte e uma estão fora do prazo, caso seja englobada a turma de 2003, cujo prazo terminou em agosto de 2005.

Se esses indicadores do Programa exigem medidas efetivas que vêm sendo tomadas com base no monitoramento da Comissão de Acompanhamento Discente, são tão-somente a face visível do problema. Com efeito, os atos acadêmicos precedentes e necessários à defesa estão bastante desperiodizados, se tomarmos como referência o previsto no Regulamento do Programa. O estudo realizado⁶ visa sistematizar elementos à compreensão do desempenho do Programa no que tange a sua missão última, formar mestres e doutores. Deste

6 Levantamento e estudo realizado por Maria de Fátima Migliari com base nos registros da Secretaria Acadêmica, efetivados por meio de atas dos diferentes atos acadêmicos.

modo, engloba matrículas desativadas, computa as matrículas trancadas, as desistências e os cancelamentos automáticos efetivados pelo sistema de registro acadêmico, o que explica a discrepância com o dado anterior, do número total de discentes em cada curso.

Dos vinte e três estudantes da turma de 2001, cujo prazo expirou em fevereiro do referido ano, dezoito realizaram a qualificação, catorze defenderam o projeto – dos quais quatro em dezembro de 2004 e quatro em 2005 – e somente três defenderam a tese – duas daquelas defesas havidas em 2004. Se esse dado mostra a importância do acompanhamento efetivo do corpo discente por parte da Coordenação, mostra também a sua insuficiência. A situação provocou debates sobre a natureza da formação de mestres e doutores no tempo previsto pela Capes e aplicado nas diferentes áreas, inclusive na área de serviço social envolvendo cada membro do corpo de professores permanente na observação dos prazos de seus orientandos. Para além das histórias singulares que decerto justificam os processos de doutoramento extemporâneos, faz-se mister uma política global de enfrentamento desse quadro.

No que se refere ao panorama do mestrado, também se verifica a trajetória de formação extemporânea. A defesa do projeto, procedimento indispensável à pesquisa e, por via de consequência, à elaboração da dissertação de mestrado, prescinde autorização do colegiado superior, diferentemente da autorização da banca para defesa. Em virtude dessas intervenientes, a defesa de projeto foi bastante estimulada por meio de orientação acadêmica dos estudantes, o que se pode verificar, sobretudo na turma de 2003. No interstício deste relatório foram realizadas 17 defesas de projeto de dissertação – uma da turma 2000, duas de 2002, dez de 2003, três de 2004 e uma de 2005.

O tempo de titulação de mestres e doutores, de acordo com o relatório Capes⁷ – avaliação trienal 2001/2002/2003 – foi elevado, o que não surpreende dado o quadro precedentemente analisado.

7 (<http://www1.capes.gov.br/Avaliacao/Avaliacao/Scripts/FiltraArquivosTrienio.idc?Area=32&IES=UFRJ&ano=2003>).

QUADRO DEMONSTRATIVO DO TEMPO DE TITULAÇÃO DO PPGSS		
ANO DA AVALIAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
2001	32,9 meses	60,5 meses
2002	42,8 meses	71,3 meses
2003	41 meses	63,1 meses

Os dados de 2004 apresentam uma sensível melhora: 38 meses para o mestrado e 61 meses para o doutorado e a avaliação trienal vindoura apresentará dados que confirmem a ação de orientação e acompanhamento acadêmico. Em 2005 foram defendidas onze teses, nove defesas de projetos, dezoito qualificações e estão agendadas para janeiro três defesas de tese. No que se refere ao mestrado, foram defendidas doze dissertações, e realizadas quinze defesas de projeto, sendo que uma defesa de dissertação está agendada para janeiro.

Todo o esforço da Programa no enfrentamento do alto índice de defesas fora do prazo implicou, além da negociação interna no que diz respeito a orientação e acompanhamento acadêmico, na criação do Edital de Defesa Fora do Prazo junto ao Conselho de Ensino para Pós-graduados – CEPg – e Pró-reitoria de Pesquisa e pós-graduação – PR2 –, em vista da regularização dos procedimentos acadêmico-administrativos. A criação do Cepguinho FE-ESS também imprimiu celeridade aos processos de homologação de bancas de defesa vindouras. Deste modo, o procedimental foi construído a partir de proposta acadêmica sem tergiversar na observação da qualidade das teses e das dissertações.

Esses dados foram produzidos no escopo do Relatório Anual de Atividades Acadêmicas de 2005⁸, e revisá-los no tempo presente é um exercício de constatação da vitalidade do Programa de

⁸ Este relatório é de autoria e responsabilidade da Coordenadora do Programa de Pós-graduação e contou com o apoio do corpo técnico da Secretaria Acadêmica - Fabio Marinho, Ieda Viot e Luiza Pessoa – no levantamento das informações assim como com o estudo comparativo de Maria de Fátima Migliari, que está colaborando na assessoria à Comissão de Acompanhamento Acadêmico.

Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ no equacionamento e enfrentamento dos dilemas e perspectivas dos programas da área.

MIRADA A PARTIR DA ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Nos dois quadriênios seguintes, a partir de 2006, na condição de coordenadora de integração de pós-graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, pude acompanhar as atividades do PPGSS com a amplitude da área e diversidade de formas de resistência, melhoria e desenvolvimento dos programas vinculados a unidades de ensino do Centro. A missão da coordenação no interior da estrutura média da universidade é justamente a de favorecer a interação entre os programas, assim como dinamizar e potencializar questões comuns da área junto à estrutura superior da UFRJ e aos órgãos de fomento de ensino e pesquisa para graduados.

Nesse interstício foram criados dois cursos de doutorado – História Comparada e Lógica e Metafísica – e os Regulamentos de todos os programas foram adequados às Resoluções do CEPg, com pareceres homologados no Conselho de Centro, dos quais destaco uma particularidade do PPGSS. Dez dos onze programas reunidos em seis unidades do CFCH estabeleceram que o Colegiado de Pós-graduação é constituído por todo o corpo de professores permanentes e representação estudantil, nos termos da legislação vigente, em vista da legalidade e sustentação das decisões. No PPGSS a composição do colegiado é por representação: três representantes docentes escolhidos e indicados pelos três departamentos da unidade, três docentes do corpo de professores do Programa, três discentes e o(a) Coordenador(a), que não pode dispor do voto de desempate.

Em 2007 e 2008 a coordenação CFCH concertou proposta aos Editais Proinfra – FINEP dos respectivos anos. Em 2007 o projeto abrangeu os onze programas e a solicitação foi parcialmente atendida com a instalação da rede de informática no prédio do IFCS. Em 2008,

o consórcio de dezoito programas⁹ de quatro centros universitários permitiu a proposta Laboratório de Pesquisa e Produção Multimídia Portal das Ciências Humanas, totalmente aprovada nas instâncias da UFRJ e na FINER. A proposta tem como objetivo a instalação de três pólos de Laboratórios de pesquisa e produção multimídia das Ciências Humanas na Praia Vermelha, no IFCS e na Ilha da Cidade Universitária, com vistas a criar um Portal das Ciências Humanas.

O acompanhamento dos programas da área revelou solidez dos cursos criados a partir das décadas de 1970: quatro cursos; de 1980: três cursos; de 1990: dois cursos; e de 2000: três cursos. Nove programas iniciaram o curso de mestrado *stricto sensu* e criaram o curso de doutorado em período posterior que variou entre três anos, caso do Programa de Pós-graduação em Filosofia; e 18 anos, PPGSS; com uma exceção: o PPG em Psicologia que criou, simultaneamente, os dois cursos.

Na avaliação trienal de 2007, relativa aos dados coligidos em 2004, 2005 e 2006, subiram de posição quatro programas: Comunicação, 5; Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 4; História Comparada, 4; e Sociologia e Antropologia, 7. Sete programas mantiveram seu conceito: Educação, 3; Filosofia, 4; História Social, 4; Lógica e Metafísica, 4; Psicologia, 4; Serviço Social, 5; e Teoria Psicanalítica, 5.

Destaca-se que, com o alto desempenho revelado na avaliação trienal de 2010¹⁰, ademais da incansável resistência da área para o cumprimento da sua missão institucional de formar mestres e doutores com qualidade e desenvolver pesquisa em cursos da modalidade acadêmica, quatro ascenderam de posição: os Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Serviço Social que passaram para

9 Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – Planejamento Urbano e Regional, Economia, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento e Economia Política Internacional; um do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, Geografia, e um no Fórum de Ciência e Cultura - Antropologia Social.

10 Fonte: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal-2010>

conceito 6, o Programa de Pós-Graduação em Educação que passou de conceito 3 para conceito 5, e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia que obteve conceito 5. Dos sete programas que mantiveram o conceito da avaliação trienal de 2006, dois são programas de excelência, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, conceito 7 e o Programa de Pós-Graduação em História Social, conceito 6; O Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica manteve o conceito 5 e os Programas de Pós-Graduação em Filosofia, História Comparada, Lógica e Metafísica e Psicologia de Comunidade e Ecologia Social permaneceram com o conceito 4¹¹. Importa destacar: 1) o PPGCOM é o primeiro colocado da área de 59 programas, o PPGSA é o segundo colocado da área de 42 programas, o PPGSS é o quarto em vinte e sete programas e o PPGHS é o sexto em 53 programas; 2) o PPGE subiu dois pontos no conceito, desempenho possível a partir de um diagnóstico criterioso acompanhado da corajosa transformação interna, reestruturando sua área de concentração e linhas de pesquisa.

A nota final de 2013 corroborou a consolidação dos cursos *stricto sensu* dos programas e envolveu o retorno do curso de Ciências da Informação à Escola de Comunicação da UFRJ, após o período de 2003 a 2008 na Universidade Federal Fluminense. Na Escola de Comunicação também foram criados, em 2013, o Programa de Pós-graduação em Artes da Cena, PPGAC na modalidade mestrado *stricto sensu*; e em 2014, o Programa de Pós-graduação em Tecnologias e Linguagens da Comunicação, PPGTLCOM, na modalidade mestrado profissional. Ainda em 2013 o Instituto de História criou o Programa de Pós-graduação em Ensino de História – PPGEH –, programa nacional com turmas em diferentes instituições de ensino superior, com a coordenação da UFRJ.

O Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suelly Souza de Almeida, NEPP-DH, criou o Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos – PPDH –, em 2015.

11 Fonte: <http://www.cfch.ufrj.br/index.php/2012-07-07-13-24-17/coord-posgrad>

As informações relativas aos programas de pós-graduação *stricto sensu* apresentadas na sequência sintetizam a tendência de combinar resistência e desenvolvimento num contexto em que as ciências humanas e sociais têm recursos modestos para a execução de suas atividades fim. As áreas das ciências tecnológicas, da natureza – sobretudo aquelas aglutinadas no chamado setor petróleo e gás – e da saúde – no setor da nanotecnologia e na pesquisa em biofísica e bioquímica – captaram financiamento por meio de programas destinados para a formação de pesquisadores, o que também impacta na formação profissional. Trata-se do entendimento hegemônico da inovação e desenvolvimento aplicado àquelas áreas, o que em si é profícuo, desde que também seja aplicado à área das ciências humanas e sociais. Na chamada internacionalização, o fomento restrito a esta área, em face daquelas já financiadas, reforça a desigualdade historicamente instalada na concepção da ciência, da pesquisa e da pós-graduação. Para fins de apresentação do cenário, apresenta-se a tabela própria com base nas informações da base CAPES.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CFCH/UFRJ: BALANÇO SINTÉTICO								
PROGRAMA	UE	NÍVEL	INÍCIO ME	INÍCIO DO	TRIENAL 2004	TRIENAL 2007	TRIENAL 2010	TRIENAL 2013
UFRJ/IBICT	ECO	M/D	1970	1994	--	--	--	5
PPGCOM	ECO	M/D	1972	1983	4	5	6	6
PPGE	FE	M/D	1972	1980	3	3	5	5
PPGF	IFCS	M/D	1977	1980	4	4	4	5
PPGLM	IFCS	M/D	2006	2009	4	4	4	4
PPGSA	IFCS	M/D	1980	1993	6	7	7	7
PPGHC	IH	M/D	2002	2008	3	4	4	4
PPGHS	IH	M/D	1982	1992	6	6	6	6
PPGTP	IP	M/D	1988	1994	5	5	5	5
PPGEICOS	IP	M/D	1992	1999	3	4	4	3
PPGP	IP	M/D	1992	1992	4	4	5	5
PPGSS	ESS	M/D	1976	1994	5	5	6	6

Por todo o exposto, a integração acadêmica na estrutura média da universidade tem um papel estratégico de pensar a unidade na resistência e desenvolvimento sem prejuízo das particularidades dos programas, cursos e unidades.

O TEMPO PRESENTE

Difícil falar no tempo presente e versar sobre o vivido e o aprendido-transmitido, sem a elaboração possível no distanciamento da rememoração. O processo de *enquadramento da memória*, como polemiza POLLAK¹², diz respeito a uma construção social da identidade individual e coletiva, na disputa sobre a sua seletividade, estimulada na tensão das dimensões subterrânea e “oficialmente” organizada. Identificar contradições e paradoxos na atualidade implica pontuar na conjuntura os limites, possibilidades e desafios que a sociedade enfrenta.

A presidenta Dilma Rousseff, reeleita para o segundo mandato em 2014, foi afastada do cargo sem que houvesse cometido crime, em razão de um golpe jurídico, parlamentar e midiático, em abril de 2016, o que adensou o rearranjo de forças conservadoras e corruptas nos três poderes republicanos, ao atingirem legal e formalmente o Estado Democrático de Direito. O que já tínhamos de regressão no campo dos direitos foi potencializado. Na área da educação, o financiamento do ensino privado permaneceu forte e o contingenciamento de recursos autorizados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e também de recursos próprios, em três anos consecutivos, coloca em risco atividades fim desta universidade pública, gratuita e laica.

São tempos adversos em que se verifica apoio ao desmonte dos direitos arduamente conquistados pelo povo brasileiro, em nome de um ajuste financeiro necessário para a estabilização da economia. O entendimento hegemônico parece ser o de autonomia e exclusividade da economia como forma de desenvolvimento.

12 POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

O impacto do desmonte na universidade pública e na produção de ciência por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos níveis da educação básica, da graduação e da pós-graduação é nefasto, na formação profissional e/ou de pesquisadores, ademais da formação de professores. Projetos escandalosamente reacionários que tramitam nas diferentes instâncias do legislativo – municipal, estadual e federal –, constroem a atividade de ensino-aprendizagem por asfixia e combinam a subtração de recursos e a perseguição moralizadora sobre conteúdos e didáticas ministrados.

A tramitação e aprovação de proposta de emenda constitucional (PEC 241, na Câmara Federal e PEC 55, no Senado Federal) que instituiu um novo regime fiscal por duas décadas e antecedeu a reforma previdenciária e trabalhista, agenda derrotada na eleição de 2014, ganha institucionalidade após o golpe.

Neste cenário toda e qualquer atividade na universidade pública, gratuita e laica está em risco. As áreas da saúde pública e da educação pública estão sendo atingidas insidiosamente pelas medidas propostas no âmbito do executivo e autorizadas pelo Congresso Nacional. O corte de bolsas dos estudantes, combinado com a retração das ações de permanência na universidade, dinamiza o drama individual, social e institucional. Esta inflexão – sub financiamento do setor público – é uma decisão política do governo federal, ainda na gestão da presidenta Dilma, quando os incentivos necessários para a chamada democratização do acesso à universidade foram dirigidos ao setor privado por meio do FIES¹³ e PROUNI¹⁴.

13 “O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação”. (<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>).

14 “O Programa Universidade para Todos – Prouni – tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas.

No tempo presente, todavia, as conquistas devem ser celebradas e ampliadas, ainda que no âmbito interno: o colegiado de pesquisa e pós graduação da UFRJ, CEPg, posicionou-se favoravelmente à adoção de ações afirmativas na Pós-graduação da UFRJ, em sessão realizada em dezembro de 2016. Esta decisão tem raiz na iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS –, vinculado ao Museu Nacional/Fórum de Ciência e Cultura, que no Edital de seleção 2013/2014, realizou o seu processo seletivo incluindo ações afirmativas para estudantes indígenas e negros (<http://www.ppgasmn-ufrj.com/ingresso.html>).

A Pró-reitoria de Pesquisa e pós-graduação, PR2, tem dinamizado o debate divulgando a experiência do PPGAS e provocando outros Programas para ampliarem seus processos seletivos, considerando ações afirmativas. Nesse contexto, o PPGSS participou da Semana de Integração Acadêmica – SIAC – com atividades organizadas por comissão constituída no seu colegiado, que elegeu o tema para debate e deliberação, processo em desenvolvimento. A realidade, dinâmica e contraditória, interpela e provoca as instituições na direção da ampliação da pós-graduação mais inclusiva. A perspectiva futura pode ser alvissareira.

Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa”. (<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>).

PRAIAVERMELHA

Foi tecendo a manhã...

Yolanda Guerra

Assistente social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (1994 e 1998). Professora Associada da UFRJ. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC-UFRJ). Foi Coordenadora do PPGSS-UFRJ no período de 2006 a 2010. Bolsista CNPq 1B.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 111-138	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	------------	------

*Um galo sozinho não tece a manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro: de outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzam
os fios de sol de seus gritos de galo
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*
João Cabral de Melo Neto

RESUMO

O texto apresenta a profícua trajetória do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tecida no contexto da pós-graduação no Brasil. Reconhece o acúmulo teórico-crítico produzido nessa trajetória e seu impacto na constituição da massa crítica e da intelectualidade do Serviço Social brasileiro e latino-americano.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação. Serviço social. Projeto coletivo.

INTRODUÇÃO

Como no poema, a trajetória da pós-graduação em Serviço Social da UFRJ é resultado de uma construção coletiva da práxis de várias gerações, que vão tecendo suas manhãs.

É por isso que os 40 anos de comemoração de uma trajetória tão profícua não podem ser contemplados, apenas, numa perspectiva celebratória. Eles devem ser objeto de reflexão sobre os passos que foram dados. Mas devem também se constituir na oportunidade de traçar caminhos novos, devem ser momentos de renovação das lutas e da direção social estratégica adotada na realização de um projeto, de vislumbrar as novas manhãs que virão, com o fito de que, aquelas pactuadas coletivamente, sejam tecidas no cotidiano.

Na letra de Santayana: “quem não recorda o passado está condenado a repeti-lo”¹, e o pior, sequer pode dimensionar e capitalizar seus acertos.

Nessa direção, o artigo que apresento reconhece a fecunda trajetória do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tecida no contexto da pós-graduação no Brasil, o acúmulo teórico-crítico produzido nessa trajetória e seu impacto na constituição da massa crítica e da intelectualidade do Serviço Social brasileiro e latino-americano. Aponta os principais desafios da pesquisa na contemporaneidade, na perspectiva de contribuir com o debate do Serviço Social brasileiro, fornecer subsídios aos programas de pós-graduação e ao Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da ABEPSS, na construção de estratégias coletivas de luta em conjunto com as entidades sindicais e profissionais.

RESGATE HISTÓRICO: OS ANOS 1970 EM CENA

Não é meu objetivo recuperar os antecedentes que permitiram a constituição do sistema de pós-graduação no Brasil. Pretendo tão somente indicar alguns dos marcos históricos que deixaram suas pegadas, rastros e impressões digitais na constituição desse sistema e têm configurado suas determinações particulares.

1 SANTAYANA, G. *A Vida da Razão*, 1905. v.I. Consultado em https://pt.wikipedia.org/wiki/George_Santayana. Acesso em 30/01/2017.

Com esse intuito cabe, então, mencionar o decreto nº 21.321, de 18 de Junho de 1946 que aprova o Estatuto de Universidade do Brasil, instituição de ensino superior, com personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar que abrange a educação, o ensino e a pesquisa nas 12 Faculdades e Escolas, entre elas a Escola de Enfermagem Anna Nery².

Outro marco foi a criação de Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em 1951³, e nesse mesmo ano a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao MEC, que em 1964 passa a oferecer Bolsas de estudos para a realização de cursos de pós-graduação no Brasil e no estrangeiro.

De lá para cá, a pós-graduação no Brasil teve um crescimento vertiginoso, especialmente nos últimos 40 anos, e ainda mais acelerado nos últimos 10 anos, em razão da política dos organismos internacionais para os países da periferia no enfrentamento dos abismos sociais entre eles e os países capitalistas centrais. Diminuir o atraso, as disparidades, as assimetrias regionais, eis uma das metas visivelmente assumidas pelo Brasil, metas de um projeto

2 Tal menção especial refere-se ao fato de que o curso de Serviço Social da UFRJ nasce vinculado a Escola Anna Nery, no ano de 1936. A Escola de Serviço Social teve como marco legal a emenda ao projeto 595 de 1936, de iniciativa da deputada Carlota Pereira de Queiroz. Em 1967 o curso se autonomiza e passa a se constituir na Escola de Serviço Social. Parte dessa história encontra-se registrada no livro editado em razão dos 70 anos do mencionado Curso. UFRJ, serie Memorabilia, 2007.

3 O CNPq foi criado pela lei nº 1.310/51, com os seguintes objetivos: a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições no país ou no exterior; b) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior; c) manter-se em relação com instituições nacionais ou estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país ou no exterior, para estudo de temas de interesse comum. <http://centrodememoria.cnpq.br/legislacao.html>

desenvolvimentista que permitia a consumação cabal das nossas históricas subalternidade e heteronomia econômica e política. Não casualmente o modelo de pós-graduação no Brasil foi forjado durante a ditadura militar-empresarial, cujo espectro tecnicista estava dado pela sua total subordinação ao modelo norte-americano⁴. Foi nesse caldo cultural de repressão, controle, subordinação, próprios de um país colonial em regime de exceção, sob a retórica de “socorrer o país do atraso”, que a pós-graduação vingou. Seu intuito era a formação da elite política dirigente⁵, e de fato o fez diretamente e/ou através de convênios e intercâmbios com grandes centros estrangeiros responsáveis pela formação da intelectualidade que historicamente vem gerindo e controlando a nação⁶. Isso explica muito do modelo atual que, paradoxalmente, pelo processo de expansão desencadeado nos últimos 10 anos que tem levado a um aumento expressivo dos

4 Diz o parecer: “A pós-graduação – o nome e o sistema – tem sua origem próxima na própria estrutura da universidade norte-americana, compreendendo o college como base comum de estudos e as diferentes escolas graduadas que geralmente requerem o título de bacharel como requisito de admissão. Assim, em virtude dessa organização, a Universidade acha-se dividida em dois grandes planos que se superpõem hierarquicamente: o undergraduate e o graduate” Cf. https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf. Acessado em 03/01/2017.

5 “Daí a urgência de se promover a implantação sistemática dos cursos pós-graduados a fim de que possamos formar os nossos próprios cientistas e tecnólogos sobretudo tendo em vista que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos, e para cuja formação não basta a simples graduação” (Parecer nº 977/65).

6 “O Aviso Ministerial, ao solicitar a regulamentação, aponta, em síntese, os três motivos fundamentais que exigem, de imediato, a instauração de sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores” (Parecer nº 977/65).

cursos e do número de pós-graduandos, busca escamotear o ranço elitista e o corte de classe que marcam a pesquisa e a produção de conhecimento⁷, a tecnologia e inovação brasileiras. Explica também o papel do Estado burocrático-autoritário na criação e promulgação do marco legal que atenda aos interesses do setor produtivo e a histórica herança de exclusão, das massas, das decisões que as afetam. Nota-se no Parecer nº 977/65, C.E.Su, aprovado em 3/12/1965, a visão de formação presente à época e os interesses seminais do projeto de pós-graduação nacional:

Tudo isso nos mostra que sendo ilusório pretender-se formar no mesmo curso o profissional comum, o cientista e o técnico de alto padrão, e tornando-se cada vez mais inviável a figura do técnico polivalente, temos de recorrer necessariamente aos estudos pós-graduados, seja para completar a formação do pesquisador, seja para o treinamento do especialista altamente qualificado.

Mas, à diferença de outros países latino-americanos que também foram acometidos por ditaduras, o sistema de pós-graduação no Brasil ganha corpo e se aperfeiçoa exatamente no lastro dos atos institucionais: ambos de autoria de Nelson Succi, o decreto-lei nº 464, de 11/2/1969 designa à CAPES e ao CNPq a promoção da “formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior”, e o parecer do CFE nº 77/69 define as normas para o credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

De acordo com o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação do Brasil – I PNPG (1975-1979), elaborado durante o governo Geisel (que tem como ministro da Educação Ney Braga), o processo de expansão da pós-graduação ocorreu de forma assistemática, muitas

⁷ Continua o parecer no seu artigo 12º “Para matrícula nos cursos de pós-graduação, além do diploma do curso de graduação exigido por lei, as instituições poderão estabelecer requisitos que assegurem rigorosa seleção intelectual dos candidatos. Se os cursos de graduação devem ser abertos ao maior número, por sua natureza, a pós-graduação há de ser restrita aos mais aptos.” (Parecer nº 977/65 – grifos meus).

das vezes por iniciativa de grupos de docentes e pesquisadores, por reconhecerem a necessidade de formação de recursos humanos para a docência. O I PNPG apresenta, inicialmente, um diagnóstico da pós-graduação no Brasil, desde sua evolução até seus principais problemas e indica que havia à época

“50 instituições de ensino superior onde se realizam cursos de pós-graduação: 25 federais, 10 estaduais e municipais e 15 particulares. Nestas instituições, encontramos atualmente 158 áreas de concentração em mestrado e 89 áreas de concentração em doutorado, reconhecidas pelo Conselho Federal de Educação; e 195 núcleos de mestrado e 68 de doutorado estão indicados como centros de excelência pelo Conselho Nacional de Pesquisas”.

Se é verdade que, como afirma Severino, “a pós-graduação no País se transformou numa sementeira de pesquisadores, o que contribuiu para a consolidação do quadro de recursos humanos para todos os setores da vida nacional”, também o é o fato de que grande parte desses recursos são drenados para as empresas privadas, na realização de interesses particulares de grupos e facções da burguesia nacional e internacional. Além disso, era objetivo da ditadura estabelecer alianças com a elite intelectual do país, buscando suas bases de legitimação.

Para atingir o desenvolvimento nacional dentro de um determinado projeto também era necessário formar profissionais na área de Serviço Social, muito mais pela necessidade de incorporação da doutrina ou da ideologia do projeto hegemônico do que por gerar e/ou socializar conhecimentos críticos sobre os fundamentos socioeconômicos, políticos e culturais da realidade brasileira, que se constituiria a base da formação dos intelectuais da área.

Cabe lembrar que a expansão da pós-graduação dentro do modelo da modernização conservadora objetivou, além da formação de docentes que atendessem a expansão do ensino superior, o

desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores e formação de técnicos e intelectuais de alto

nível para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (Brasil, 1965).

Ademais da preocupação com a qualidade, subsidiada pela teoria do capital humano, essa formação desde essa época já era balizada pelo mercado e direcionava-se para atender às necessidades dos setores produtivos.

É nesse caldo cultural em que se formam gerações de pesquisadores que surge a pós-graduação em Serviço Social. No período do ufanismo desenvolvimentista, uma profissão que nasce em meados dos anos 30 do século passado não teria pernas, acúmulo teórico (massa crítica), quadros intelectuais capazes de propiciar a estruturação que os cursos de pós-graduação *stricto sensu* necessitavam. Muito menos capital cultural para se posicionar criticamente frente a esse projeto⁸. Não obstante, o Serviço Social não se intimidou diante da ausência de uma tradição intelectual, mas, ao contrário, passa a reconhecer que seu fortalecimento e consolidação dependiam da sua audácia em assumir naquele momento os desafios do tempo histórico, com o fardo que isso lhe custaria.

E custou. Na belíssima e importante fala das professoras Myriam Veras Baptista e Maria Lucia Carvalho, na comemoração dos 40 anos da pós-graduação da PUC-SP, as mestras deixam claro como tiveram que recorrer aos cursos formais e conhecimentos das ciências sociais tanto para se qualificarem para o novo momento quanto para darem conta da estruturação de um projeto de pós-graduação.

Houve uma corrida para os cursos de pós-graduação em solo nacional e internacional. Em âmbito latino-americano, como fruto da fecunda política de capacitação continuada desenvolvida pelo Centro de Estudios Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), organismo de cooperação técnica internacional, braço acadêmico da Asociación

8 É importante lembrar que somente na década de 70, a formação profissional dos assistentes sociais brasileiros deixa os espaços das escolas isoladas para se integrar nos espaços universitários.

Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS), funda-se em 1977 o primeiro (e único de que se tem notícias) Curso de Pós-Graduação Latinoamericano de Trabajo Social (PLATS) na Universidade Nacional de Honduras⁹.

O Brasil se beneficia dessa cultura de capacitação permanente estimulada pelas ALAETS/CELATS, ao tempo em que tal cultura se combina e se mistura com a laicização da profissão, a necessidade de constituir um corpo docente específico e de criação da carreira docente nas agências de formação.

Aos poucos foram se formando mestres em Serviço Social que passam a formar outros tantos. A escassez de docentes com titulação faz com que os poucos existentes ministrem cursos e orientem dissertações nos cursos existentes por todo Brasil. Passam a se estruturar os primeiros cursos de pós-graduação nas PUCs de São Paulo¹⁰ e do Rio de Janeiro, ambos em 1971¹¹, seguidos pelos mestrados implantados na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976, o primeiro em universidade pública e gratuita; da PUC-Rio

9 A mencionada política de capacitação do Centro de Estudios Latino-Americano de Trabajo Social-CELATS direciona-se à formação em docência e ao desenvolvimento de pesquisas orientadas a constituição de uma massa crítica, contando com cientistas políticos, sociólogos e educadores de toda a América Latina (A este respeito: Lima, Leila. Disponível em: <http://www.universidadecostarica.cr>).

10 Também é importante mencionar o pioneirismo do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP com mestrado iniciado em 1971 e doutorado em 1981, sendo o primeiro do Brasil e da América Latina.

11 Sob o Parecer 4.428/76, o curso de mestrado da PUC-RJ foi “o primeiro a ser oficialmente credenciado pelo Conselho Federal de Educação (...) – voltado, sobretudo, para a formação de docentes e pesquisadores. Seu objetivo era o de capacitar para a análise crítica da realidade social e para o desenvolvimento de estratégias de intervenção do Serviço Social”. “Em 2002, com a consolidação do Programa de Mestrado, foi aprovado o Doutorado 30/12/2002 (Portaria 3949, do MEC), passando a denominar-se, então, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. A primeira turma do Doutorado foi implantada em 2003 (disponível em: <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progser.html#apresentacao>). Acesso em 05/01/2017).

Grande do Sul, em 1977; Universidade Federal da Paraíba, em 1978; e Universidade Federal de Pernambuco, em 1979¹².

Tais cursos principiaram por se estruturar em áreas de concentração com base no currículo do curso de graduação em Serviço Social, razão pela qual em alguns deles se repõe a fragmentação da tricotomia Caso, Grupo e Comunidade, a exemplo da PUC-RJ que estabeleceu como áreas de concentração o *Serviço Social de Casos e Trabalhos com Grupos*¹³. Somente na segunda metade da década de 1980, como resultado do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, há uma inflexão significativa na estruturação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, iniciando mais uma vez pela PUC-SP, que pelo seu pioneirismo qualificou os primeiros mestres e doutores em Serviço Social do país, estendendo-se para a Argentina, Portugal e alguns países da África.

É a pós-graduação que vai criar espaço e cultura de interlocução com as diversas áreas de conhecimento, em especial com as ciências sociais. Além disso, propicia, ao menos em seus primórdios, a problematização de conceitos centrais: a questão da natureza, do objeto e da suposta especificidade do Serviço Social, a legitimidade profissional, os chamados modelos teórico-metodológicos de intervenção, entre outros temas caros ao debate profissional. Nossa produção tem inserção internacional com a significativa presença do Brasil nos eventos no estrangeiro.

Por essas e outras razões, vinculadas a nossa cultura profissional, os cursos de pós-graduação para uma profissão de natureza

12 Na sequência, várias Universidades passam a ter em seus quadros acadêmico-intelectuais docentes que são egressos desses primeiros cursos de Pós-Graduação, especialmente os das PUCs (RJ e SP).

13 Como expressão das transformações operadas na década de 1980, em 1986 o Programa da PUC-RJ reestrutura sua área de concentração atualizando-a para Serviço Social Contemporâneo, seus Fundamentos e Políticas e, em 1997, para Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais. Cf. <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progser.html#historico>.

interventiva, cuja legitimidade e reconhecimento sociais estão em dar resposta que contenham um determinado nível de resolutividade, têm um significado todo especial, o qual, ao longo do texto pretendo abordar.

Também não se pode olvidar do fato de que a pós-graduação em Serviço Social sempre foi um espaço de renovação, ainda que em alguns momentos tenha sido hegemônica por projetos de modernização conservadora.

A PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

Como já mencionei na nota de rodapé número 1, a Escola de Serviço Social da UFRJ nasce como um curso superior vinculado à estrutura universitária da Escola de Enfermagem Anna Nery (segundo site da própria escola) já em 1936. Situada no contexto universitário em 1941, passa a figurar no rol dos cursos da Universidade do Brasil (criada em 1937) e em 1967 torna-se unidade autônoma. É a sua condição de curso público, gratuito e autônomo que, a meu ver, lhe concede a condição de seu histórico protagonismo no Brasil e na América Latina.

Na sequência do desenvolvimento interno, e respondendo aos influxos do movimento real, no ano de 1976 a Escola de Serviço Social cria seu curso de mestrado¹⁴, o primeiro em universidade pública. Operou duas grandes reformulações: em 1986, quando redefine sua área de concentração¹⁵ e em 1993, quando da elaboração do projeto

14 Nesse período, sob a influência do projeto de modernização conservadora, a partir da perspectiva reformista integradora, se formam gerações de quadros aptos à docência e pesquisa no Serviço Social brasileiro.

15 “Por área de concentração a CAPES entende o campo específico de conhecimento que constituirá o objeto de estudos escolhido pelo candidato, e por domínio conexo qualquer matéria não pertencente àquele campo, mas considerada conveniente ou necessária para completar sua formação”. Cf. Parecer nº 977/65, C.E.Su, aprovado em 3-12-65, que trata da definição dos cursos de pós-graduação. As áreas de concentração e linhas de pesquisa são eixos temáticos que articulam os currículos dos cursos, a pesquisa e a produção de conhecimento. À época, o

do Doutorado, implantado em 1994¹⁶.

Penso ser importante sinalizar o contexto que permite/exige que a profissão qualifique suas respostas e que os profissionais se assumam como classe trabalhadora. A leitura que aborda o Serviço Social na história indica que, como resultado da mobilização da classe trabalhadora e da organização dos movimentos sociais e populares, a profissão foi chamada a se reatualizar e a explicitar seus compromissos ético-políticos. É importante reconhecer que essa reatualização contou com a abertura e interlocução da profissão com as ciências sociais e valeu-se do retorno da intelectualidade brasileira do exílio/autoexílio¹⁷.

Como resultado dessa conjuntura, o recém criado programa de pós-graduação da UFRJ passa a receber apoio de docentes e pesquisadores vinculados à PUC-RJ, já que parte dos docentes da graduação mantém relação com esse programa de pós-graduação. Os 4 anos que distanciam ambos programas assim o permitem. Mas, ao contrário do PPGSS da PUC-RJ, a UFRJ absorve pouco da matriz fenomenológica¹⁸, marca registrada daquele programa.

PPGSS define como área de concentração, para o mestrado, “Serviço Social, instituições e movimentos sociais”.

16 Aprovado em 1993, o doutorado foi implantado no ano seguinte tendo como área de concentração “Serviço Social, Política Social e cidadania”.

17 O retorno de intelectuais como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Miriam Limoeiro, José Paulo Netto, Nobuco Kameyama, Vicente Faleiros, entre outros, promove uma inflexão na produção dos programas e na veiculação dos conhecimentos produzidos. Os programas de pós-graduação em Serviço Social acabam por se beneficiar diretamente da abertura política dos anos de 1980.

18 De 1985, ano em que foi defendida no Programa a primeira dissertação de mestrado na perspectiva fenomenológica, até 1990, encontramos 3 dissertações nessa abordagem. São elas: “Uma proposta de entrevista em Serviço Social fundamentada no pensamento de Merleau-Ponty”, de autoria de Anésia de Souza Carvalho (1985); “Contribuição a alguns pressupostos do personalismo à compreensão da pessoa deficiente mental: uma análise de uma experiência com grupos em Serviço Social” de Maria Angela Albuquerque (1985), “O fenômeno da participação

O breve exame das primeiras dissertações de mestrado, que datam do ano de 1981, indica a veiculação das mesmas à área de concentração em Fundamentos e Metodologia do Serviço Social¹⁹. Nota-se que se tratam de temas bastante variados e amplos, marcados ainda pelo Serviço Social clássico e ou tradicional mesclado por elementos da recente incorporação das matrizes clássicas do conhecimento, especialmente pelo referencial marxiano, denotando o conhecido ecletismo de que padece a nossa produção, conforme se pode ver nos títulos das primeiras dissertações²⁰.

Também é preciso evidenciar algumas dissertações que se tornaram referência no Serviço Social brasileiro à época, tais como: “Serviço Social Organizacional em empresa: uma práxis realizada” (1981), de Lucia Maria Freire Campello; “A intenção ação no trabalho social: uma contribuição ao debate sobre assistente social-grupo” (1984), de Ana Maria de Vasconcelos, ambas extremamente arrojadas em relação ao debate da época.

dentro da perspectiva heideggeriana do social” (1990), de Deo Pimenta Dutra.

19 As Profas. Dras. Myriam Veras Baptista e Amália Madureira Pascoal, respectivamente orientadora e autora da primeira dissertação defendida no Programa, “Ação comunitária: busca de significados” (1981), receberam homenagem especial quando das comemorações dos 30 anos da Pós-Graduação realizadas no ano de 2006.

20 São 07 dissertações com temas diversos: “Ação comunitária: busca de significados”, de Amália Madureira Pascoal, orientada por Myriam Veras Baptista; “Mãe solteira operária: uma questão para o Serviço Social”, de Maria Carmem Ferreira de Souza Nazar, orientada por Ilse Schere Warren; “A categoria realidade social no Serviço Social: um estudo preliminar”, de Alice Chacur, orientada por Maria Stella Faria Amorim; “Pesquisa em Serviço Social: enfoque do padrão vigente e suas implicações”, de Roseni de Oliveira Batista, orientada por Maria Stella Faria Amorim, “Trapaceados e Trapaceiros: um enfoque do Serviço Social”, de Sonia de Oliveira Ferreira Cheniaux, orientada por Maria Stella Faria Amorim; “Serviço Social Organizacional em empresa: uma práxis”, realizada por Lucia Maria Freire Campello, orientada por Telma Aparecida Donzelle; e “Unidade e divisão no espaço da pobreza: um estudo sobre intervenções”, de Maria Lucia Macedo de Mello, orientada por Maria Stella Faria Amorim.

Outra dissertação de referência foi defendida no ano de 1985 por Tecla Machado Soeiro: "Atualidade de uma primeira aproximação à teoria do Serviço Social". Esta, em conjunto com a dissertação de Deise Gonçalves Nunes, intitulada "História do Serviço Social no Brasil nos 30/45 anos", expressa o estado da arte do debate da profissão sobre a sua natureza, gênese e movimento de constituição. Mas também explicita os limites de uma visão tricotômica vigente à época entre História, Teoria e Método, e retrata bem a concepção endogenista de Serviço Social com teoria e história próprias.

São insuficientes as dissertações que expressam a preocupação com os referenciais teórico-metodológicos que fundamentam a profissão, especialmente, com sua crítica. Entre elas se evidencia a dissertação "Positivismo e Serviço Social", de Rosane de Assis Ribeiro Carvalho, defendida em 1983; e no mesmo ano a dissertação "Concepção de homem no Serviço Social", de Therezinha de Jesus Silva que, indo na mesma direção da análise crítica dos fundamentos do Serviço Social, incorpora preocupações com a dimensão ético-política.

Outras duas dissertações merecem menção pela temática e perspectiva de abordagem: "Violência contra a mulher: determinação de classe e cultura", de Suely Souza de Almeida, defendida em 1986, avaliada com nota 10, com louvor e indicação para publicação; e mais tarde, no ano de 1990, a dissertação "Violência contra a mulher: rompendo barreiras", de Marlise Vinagre Silva, avaliada com nota 10, com distinção e louvor, publicada em 1992.

É importante notar as dissertações que retratam uma concepção, bastante comum à época, de Serviço Social como disciplina profissional ou ramo do saber. São elas "A questão da cientificidade em Serviço Social", de Edna Maria Donzelli (1989); "O Serviço Social no Brasil e os obstáculos epistemológicos de Bachelard", de Lucimeri Valente Plaza; "Mary Richmond e o Serviço Social: uma abordagem axiológica", de Maria Auxiliadora Bezerra Barba.

Os temas que tomam o Serviço Social como objeto são muito parecidos com os da atualidade: a prática institucionalizada, a prática cotidiana do Serviço Social, Serviço Social no campo da previdência,

prática profissional e trabalho alienado, a atuação do Serviço Social junto a cursos profissionalizantes para trabalhadores não qualificados, autonomia do Serviço Social em algum campo de atuação. Também é importante considerar o número significativo de dissertações que tratam da previdência social, dada pela condição desta política à época. Nessa direção, podemos indicar, ainda, alguns temas que na atualidade foram banidos da produção da área: "A supervisão de uma instituição pública: crítica à visão mecanicista", de Maria Cecília Peixoto Brandão Rodrigues de Carvalho.

Estes são apenas alguns dos temas que marcam o início desse Programa, cuja nota 6 na CAPES é representativa do mérito de uma construção histórica realizada por muitos "galos que tecem as suas manhãs", com destaque para o corpo docente e discente, técnico-administrativo e coordenadores.

Como expressão da atmosfera que paira no país nos anos de 1980, ocorrem transformações significativas na Escola de Serviço Social da UFRJ, que conta com o protagonismo de um grupo de docentes capitaneado pelas professoras Maria Inês Sousa Bravo e Maria Helena Rauta Ramos, o qual contava com o apoio do então reitor da UFRJ, professor Horácio Macedo. O resultado foi uma "grande virada à esquerda" que recicla a pós-graduação dessa Escola, a qual passa a contar com a presença de intelectuais de grande calibre, do Serviço Social brasileiro e fora dele²¹. Pode-se considerar que é a partir daí que o PPGSS não apenas passa a constituir autonomamente seu corpo docente mas, torna-se um centro de referência na pesquisa e na produção de conhecimento crítico, fundamentado na tradição marxista que marca o programa a partir dos anos de 1990.

Na direção da sua consolidação, a inflexão se dá entre os anos 1986/1987, quando a Escola de Serviço Social absorveu um grupo de

21 Entre eles cito as professoras Nobuco Kameyama, Marilda Iamamoto, as quais estavam vinculadas ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, e os professores José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho, Jean-Robert Weissaupt, José Maria Gómez.

professores advindos da Sociologia, Teoria Política, Psicologia Social e Antropologia. A partir daí, a natureza interdisciplinar se explicita nos temas como identidade e mulher, perspectiva de transformação da prática, interdisciplinaridade, participação popular na perspectiva marxista, participação na perspectiva heideggeriana, a categoria classe social, marginalidade como exigência da acumulação capitalista, cultura popular e revolução burguesa, política social e assistência social pública, luta pela posse da terra, o crime organizado nas prisões, autonomia profissional.

Por suposto, as teses e dissertações observam a orientação teórico-metodológica própria da Escola de Serviço Social da UFRJ. Passam a incorporar uma leitura crítica da sociedade e uma concepção de Serviço Social que é inédita até os anos 1980, especialmente até o lançamento do clássico "Relações sociais e Serviço Social no Brasil", de Yamamoto e Carvalho, em 1982. Pelos temas abordados, nota-se a superação gradual e sistemática de uma leitura endógena da profissão a partir da captura das mediações com o Estado (pela via do fundamento das políticas sociais e das políticas setoriais), com a sociedade civil (pela articulação com os movimentos sociais), evidenciando diversos espaços sócio-ocupacionais. Percebe-se preocupação, ainda incipiente e aleatória, com a busca dos fundamentos da sociedade burguesa, sua gênese, desenvolvimento, transformações societárias e suas expressões no Serviço Social, com enfoque no Brasil e em alguns países da América Latina. Em uma rápida busca nos livros de teses, verifica-se que na década de 1990 o PPGSS/UFRJ tituló muitos dos quadros que se inseriram nas principais universidades públicas do Rio de Janeiro (federais e estaduais) e do país.

A construção do curso de Doutorado resulta da experiência de avaliação bem sucedida do Mestrado que, então, já completava uma década. Fica evidente a mudança operada no Programa nessa época, através da identificação dos temas e abordagens das dissertações de mestrado e o significado dessa reciclagem: de março de 1993 até dezembro de 1999, foram defendidas 77 dissertações, cujos temas, apesar da diversidade, evidenciam, ao mesmo tempo, as conjunturas,

as linhas de pesquisa do Programa e a produção dos docentes/orientadores, e podem ser agrupados em torno dos seguintes eixos: 1) transformações do mundo do trabalho: *ethos* do trabalho, pequenas e microempresas, inovações no perfil do trabalhador bancário, os aposentados por invalidez da Companhia Siderúrgica Nacional, flexibilidade e participação, qualidade total, luta pelo trabalho por parte dos camelôs, reestruturação produtiva e novas tecnologias, cenário contemporâneo e as políticas governamentais, dinâmica capitalista e cultura, reestruturação da produção e gestão da força de trabalho, fragmentações do mundo do trabalho e impacto no sindicalismo uruguaio, experiência sindical bancária de formação e requalificação, reestruturação industrial e políticas sociais empresariais no Brasil dos anos 80, formas de resistência dos trabalhadores em fábricas de produção de açúcar, mutações tecnológicas informacionais na indústria, luta dos aposentados e pensionistas²²; 2) configuração da política social/setoriais: seguridade social, política social no neoliberalismo, balanço crítico da produção sobre política social, política de saúde mental, reforma psiquiátrica, crise das políticas sociais e ONGs, mudança organizacional das ONGs, a legitimidade do assistencial, o debate dos anos 80 da política de assistência social, assistência estudantil, população de rua no Rio de Janeiro, população sobrevivente do lixo, moradores de favela, recicladores da miséria, municipalização, mudança organizacional das ONGs, a questão da AIDS, creches e políticas públicas, política de assentamento, assentamento rural, municipalização do solo urbano, luta pela habitação popular, perspectivas teóricas sobre a cidade²³; 3) o Serviço Social

22 Entre estes destaco os seguintes temas pela sua inediticidade: "Capital e trabalho na cena contemporânea: experiência sindical bancária de formação e requalificação, de autoria de Ana Livia Coimbra Delage, "Dominação e Resistência: o exemplo da qualidade total", de autoria de Fatima da Silva Grave e "Flexibilidade e participação: novas palavras de ordem do capitalismo globalizado", de Leila Baumgratz Delgado Yacoub.

23 Dissertação defendida por Gabriela Maria Lema Icasuriaga, em 1997.

como objeto: formação profissional, análise institucional, *ethos* religioso na profissão, o processo de institucionalização do Serviço Social no Paraguai, gênese do Serviço Social no Uruguai, transformações capitalistas e reflexos no Serviço Social²⁴, teoria e prática na reconceitualização, buscando novos signos para o SS: reexaminando nossa história profissional no antigo estado do Rio de Janeiro, prática profissional do Serviço Social em quatro indústrias do estado do Rio de Janeiro²⁵; 4) temas regionais, que mostram a contribuição da pós-graduação na interpretação das particularidades regionais: desenvolvimento capitalista na Amazônia, regionalidades, poder local em Vitória-ES: as administrações de Vitor Buaiz e Paulo Hartung, questão fundiária e segregação socioespacial em Angra dos Reis, estudo sobre a trajetória de adolescentes pobres de Natal/RN, municipalização da saúde em São Gonçalo, população de rua no Rio de Janeiro, peronismo e a fundação Eva Perón, reformas estruturais: estado e mercado no governo Menem, movimentos de jovens uruguaios, drogas na Argentina, seguridade social – saúde na Argentina; 5) gênero e gerações: mulheres dirigentes sindicais²⁶, gênero e ONGs – estudo de ONGs de mulheres, representações sociais sobre a saúde da mulher; criança e adolescente, defensoria e direitos da criança e adolescente, infância, adolescência e movimentos sociais (construção do ECA)²⁷, modelos de atendimento à infância e adolescência pobre;

24 Dissertação de autoria de Ana Maria Ventura Chagas Pereira, defendida em 1997.

25 Importa-nos observar as tendências da limitada produção sobre a profissão. Faço notar que das 77 teses apenas 11 tomam como objeto a profissão, seus dilemas e desafios no contexto da sociedade capitalista.

26 Trata-se da dissertação de número 100, intitulada “As mulheres dirigentes sindicais na CUT do Rio de Janeiro, de Bessy Ondina Flores Rodrigues, orientada pelo prof. Yvan Labelle, em 1996.

27 A dissertação “Infância e Adolescência e movimentos sociais: o processo coletivo de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de Raimunda Célia Torres, defendida em 1997, merece destaque por tratar de um tema contemporâneo à época.

6) estudos que abordam as representações sociais e construção de identidades: memória de velhos trabalhadores, discurso familiar sobre deficiência mental, representação social do sangue, representações sociais sobre a saúde da mulher, representações sociais da política e práticas em delegacias, famílias multifacetadas, discurso familiar sobre deficiência mental e construção de identidade social do deficiente e das equipes de trabalho.

Nota-se clara influência do marxismo em temas e abordagens: crítica ao conservadorismo, cultura e democracia: análise dos anos 70, cultura e Serviço Social no Brasil (1960 a 1968), cidadania na sociedade capitalista, democracia, socialismo, a tradição marxista no Serviço Social, movimentos sociais, movimentos de jovens uruguaios. Nos anos de 1990 encontramos algumas teses orientadas por docentes de outros programas, como é o caso das professoras Ana Elizabete Mota e Heleith Saffioti.

Digno de menção, as dissertações que se constituíram em referência pela abordagem inovadora da relação Estado e Política Social permitindo adensar os conhecimentos sobre os fundamentos da sociedade burguesa e da particularidade brasileira: “Cultura Política e revolução burguesa no Brasil: a instrumentalidade ao pensamento autoritário (1930-1945), de Silene de Moraes Freire, defendida em 1991; “Política Social de Assistência Pública no Brasil: em busca de uma teoria perdida” (1992), de Maria Thereza Candido de Menezes e “Trabalho, Política Social e Capitalismo Contemporâneo: um balanço crítico-bibliográfico”, de autoria de Elaine Rossetti Behring, defendida em 1993; “O papel socioeconômico das pequenas e micro-empresas: uma alternativa de desenvolvimento ou uma estratégia de sobrevivência”, de autoria de Carlos Eduardo Montañó Barreto, publicada em livro pela Cortez Editora, no ano de 1999.

Sobre os fundamentos históricos da profissão, destaca-se a dissertação: “Família e sociabilidade dos trabalhadores urbanos: revisitando a história do Serviço Social” de Sheila Backx, defendida em 1993.

O PPGSS passa a contar, no quadro de professores externos, com grandes intelectuais do porte de Celso Frederico, Madel Therezinha

Luz, Emir Sader, Sonia Fleury Teixeira, Antonio Sergio Arouca, Gilberto Velho, Leandro Konder, Eli Diniz, que se mesclavam com intelectuais mais jovens como Ana Elisabete Mota, Ivete Simionatto.

Definitivamente, é a implantação do curso de doutorado que dá ao Programa um caráter interdisciplinar, de uma clara influência do pensamento crítico de importantes intelectuais que passam a intervir no Programa, ora como docentes e orientadores ora como interlocutores privilegiados, através da participação nas bancas de qualificação e de defesa do Programa.

As 06 primeiras teses de doutorado defendidas no programa no período de 1998 a 2000 assim o demonstram.

Não é casual a riqueza de temáticas e de suas abordagens, as quais expressam claramente a renovação a que o programa está submetido²⁸: a construção da via italiana ao socialismo e a influência de Palmiro Togliatti; a relação moradores/estado na construção de determinado programa de Saúde Mental; o acesso ao emprego e a exclusão social, a questão da AIDS e os direitos humanos²⁹, instrumental técnico-operativo³⁰ e as tendências da prática profissional do assistente social na Saúde³¹.

Nessa rica trajetória outro marco se coloca ao PPGSS, quando se celebra convênio com a Universidad de la Republica del Uruguay para o mestrado e, posteriormente, para o doutorado, no âmbito do qual se tem formado uma geração de docentes e pesquisadores³². É por essa razão que podemos afirmar, sem medo de errar, a influência continental

28 Nessa onda de renovação dos quadros da pós-graduação, chegam à ESS/UFRJ os professores Yves Lesbaupin (Filosofia/Sociologia), Eduardo Mourão Vasconcelos (Psicologia) e a professora Myriam Lins de Barros (Antropologia).

29 Tese de Janete Luzia Leite (docente da UFRJ)

30 Tese de Rosa Lucia Predes (docente da UFAL)

31 Tese de Ana Maria de Vasconcelos (docente da UERJ)

32 É preciso resgatar a realização dos Colóquios Uruguai-Brasil, orientados a reforçar os laços acadêmicos e institucionais entre discentes e docentes de ambas universidades.

e internacional que o PPGSS exerce sobre a trajetória histórica e a produção de conhecimento no Serviço Social crítico na América Latina. A permanência de discentes oriundos de vários países da América Latina, bem como de várias regiões do país, assim o atesta.

Entre os anos de 1996/1998 o PPGSS celebrou convênio com o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, o qual visava a preparação/titulação de doutores que viessem a integrar o quadro docente, possibilitando, assim, a implantação do curso de doutorado daquele Programa. A partir de então, o desenvolvimento de atividades acadêmicas conjuntas resultou em um PROCAD (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) que teve vigência de 2000 até 2003 e posteriormente, entre os anos de 2009 a 2013. Em ambos os convênios houve a realização de pesquisas conjuntas, oferta de bolsas para mestrado e doutorado sanduíche, iniciação científica, pós-doutorado, missões de trabalho.

Destaque para o Convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora (através do PQI), cujo resultado foi a titulação de 07 doutores – e com a Universidade Federal do Pará, ambos para a formação/titulação de 06 doutores. No ano de 2005, foi aprovado convênio com a Universidade Católica de Goiás, para a titulação de 05 doutores em 2008, e 1 em 2009. Um DINTER foi constituído em 2012 com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Outros convênios para a pesquisa e intercâmbio internacional merecem destaque: PEC-PG/Capes, PDEE, através da realização de estágio discente no Instituto Superior de Serviço Social Miguel Torga (Coimbra-Portugal), Convênio de Cooperação técnica e científica com a Universidade Nova de Lisboa-UNL-Portugal, Convênios/Acordos: Colaboração entre o programa de Pesquisa Social "Exclusion, Territories and Urban Processes: a comparison between India and Brazil, do Centre d'études de l'Inde et de l'Asie du sud".

Dados da secretaria do PPGSS³³ registram que no início de 2017

33 Quero agradecer aos trabalhadores da secretaria do PPGSS a gentileza de fornecerem os dados necessários e esta produção.

o curso de Mestrado e o de Doutorado possuía 153 alunos ativos, sendo 81 de mestrado e 72 de doutorado. Nestes 40 anos de funcionamento foram defendidas 421 dissertações de Mestrado e 227 teses de Doutorado³⁴, produção esta que não apenas retrata as tendências do Serviço Social brasileiro, como também latino-americano. Ao refletirem os temas do debate, em razão de ser um centro de excelência, faculta ao Serviço Social realizar um balanço de sua produção antiga e contemporânea.

O que se quer afirmar aqui é que o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ constitui-se uma importante fonte de pesquisa sobre o desenvolvimento histórico da produção de conhecimento na área. Outra questão importante a ser destacada é o fato de que grande parte dessa produção deu o tom do debate da profissão, ao ser difundida através de livros, artigos, e socializada através de palestras e até assessorias a órgãos governamentais municipais, estaduais e federais.

Neste percurso, o Programa de Pós-Graduação tem conquistado importância em nível nacional, continental e até mesmo internacional, devido à sua produção, a qual vem se constituindo como acervo do serviço social brasileiro.

E mais, no corrente ano, a *Revista Praia Vermelha - Estudos de política e teoria social*, periódico semestral do Programa desde 1997, importante veículo de intercâmbio, divulgação e socialização do pensamento crítico, completa seus 20 anos de existência. Esta, na sua 25ª. Edição, vem cumprindo um objetivo dos mais relevantes. Além de se constituir em espaço privilegiado de interlocução com outros grupos acadêmicos, expressa o perfil do programa e sua contribuição à produção crítica, criadora e interdisciplinar no campo do Serviço Social.

34 Dados extraídos das atas do PPGSS até 31/03/2017.

DESAFIOS ATUAIS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GERAL E EM SERVIÇO SOCIAL

É preciso recuperar a funcionalidade da educação no capitalismo no que tange à construção da subjetividade e da sociabilidade adequadas ao perfil de trabalhador que se constitui na justa medida dos interesses do capital e que venha a atender às necessidades de reprodução do modo de produção capitalista na sua etapa atual, para analisar adequadamente os desafios que a pós-graduação nos apresenta. Na atual fase de financeirização e no contexto de sua crise estrutural, o capital lança mão da educação e a utiliza como instrumento de legitimidade e coesão social. Se a educação sempre foi vista pelo capital como “um tesouro a descobrir”³⁵, agora a saída da crise pressupõe a exploração de mercados na esfera dos serviços. Nunca é demais reforçar que este modelo educacional, resultado do conchavo entre o capital industrial e instituições bancárias, precisa de uma política de massificação e de uma ideologia que o sustente. Também não é casual a adoção de determinados critérios e princípios cuja orientação, assentada no processo de Bolonha, tem levado a uma expansão significativa tornando a pós-graduação quase que uma extensão obrigatória da graduação, tanto pela necessidade de continuidade dos conhecimentos essenciais à formação graduada que está cada vez mais aligeirada, quanto pela introjeção da cultura da titulação, a exemplo dos três ciclos de ensino superior instituído pela nova estruturação proposta pela Universidade Nova³⁶. O mestrado e agora o recém criado doutorado profissionais atendem perfeitamente³⁷. Porém, nem sempre é necessário criar mestrados

35 Menção ao Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, de Jacques Delors (1996).

36 Casa Civil da Presidência da República. Exposição de Motivos. Projeto de Lei da reforma da educação superior. Brasília: PL n. 7200/2007, MEC/ MF/MT/ MCT. 12 jun. 2006.

37 Os conhecidos IV (1998 e 2002) e V (2004) Planos Nacionais de

profissionais: basta adequar o mestrado acadêmico aos parâmetros determinados pelo acordo de Bolonha. A política de pós-graduação, além de estabelecer uma relação direta com o setor empresarial³⁸, passa a se constituir numa alternativa ao mercado de trabalho ou ao adiamento a ele, e a passagem direta da Iniciação Científica para a pós-graduação é celebrada³⁹.

Instituem a política indutiva e a lógica empresarial da competitividade entre os programas sob o discurso da solidariedade.

Outro elemento importante que precisa ser desmascarado é a suposta política de diminuição das assimetrias. Nota-se que, ao mesmo tempo em que o discurso de romper com as assimetrias, diminuindo os desequilíbrios, domina as agências de financiamento, a política indutiva e os draconianos critérios dos editais aprofundam tais diferenças.

Por fim, a grande preocupação, especialmente na atualidade, centra-se no financiamento das pesquisas. Tem sido uma constante a restrição de recursos para as áreas das ciências humanas e sociais aplicadas à mesma medida em que aumentam recursos para a pesquisa nas áreas de Inovação Tecnológica. É preciso questionar a mudança operada pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, no que tange a fonte de recursos para áreas de Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação. Tal transferência para uma nova fonte de recursos chamados “condicionados” (fonte 900) substitui os que

Pós-Graduação introduzem a lógica da flexibilização do modelo de pós-graduação com a incorporação de relevantes mudanças: os mestrados profissionais e a pós-graduação à distância, sob diversos argumentos, muitos deles convincentes.

38 Diz o documento: “A interação da pós-graduação com o setor empresarial, para a especialização de funcionários de empresas através de cursos de Mestrado, deverá ser valorizada, uma vez que indica uma maior inserção do Programa na sociedade”. https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf. Acesso em abril de 2017.

39 Diz o V PNPG (2004) “O número de doutores titulados que saíram da Iniciação Científica diretamente para o Doutorado deverá ser levado em conta na classificação dos centros de pós-graduação”. https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf.

estavam garantidos pela fonte 100 provenientes do Tesouro Nacional⁴⁰.

Ademais, a PEC dos Gastos Públicos (PEC 241 ou PEC 55) prevê o congelamento dos investimentos em educação para os próximos 20 anos. Em 30 de março do corrente ano, o governo divulgou, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), o corte de 44% para a Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o que significa um corte de R\$ 2,54 bilhões. Isto deixará o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) com o menor orçamento em pelo menos 12 anos (R\$ 3,275 bilhões). A fusão do MCTI com o Ministério da Comunicação fala por si só.

No que se refere à profissão, diante da tendência de redução do exercício profissional a um conjunto de atividades imediatas, emergenciais de cunho assistencial, sem solução de continuidade, e da desqualificação da fundamentação teórica própria da divisão capitalista do trabalho (os que fazem e os que pensam), aprofundada e realizada concretamente pelo aligeiramento da formação profissional dos assistentes sociais, processos que se realizam de maneira concomitante e complementar, há um risco iminente de o Serviço Social sucumbir diante de seu estatuto acadêmico, como vêm mostrando algumas pesquisas⁴¹. Assim, a pós-graduação cumpre um papel ainda mais relevante no sentido de fomentar pesquisas que alcancem os fundamentos da sociedade burguesa, da necessidade da existência das políticas sociais, e o significado da sua reconfiguração no contexto atual. Enfrentar o histórico padrão de intervenção social do assistente social, baseado em ações emergenciais e fundado numa racionalidade técnico-instrumental é um dos desafios impostos à pesquisa engajada e à produção de conhecimento crítico e subversivo.

40 Para alguns analistas trata-se de um golpe, pois de todos os programas atendidos pelo MCTIC, somente a pesquisa teve sua transferência para a fonte de recursos condicionados.

41 Os resultados da pesquisa que realizamos entre os anos de 2012 a 2016 no âmbito do PROCAD Casadinho, com as equipes da Universidade Federal de Alagoas e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, podem atestar essa afirmação.

Sobre os desafios atinentes ao PPGSS da UFRJ talvez o mais importante deles seja o de aprender com o seu passado, sem incorrer no saudosismo desmobilizador. Compete às gerações intermediárias e novas não se submeterem à lógica reinante na política de pós-graduação vigente, ao quantitativismo, democratismo, clientelismo, populismo, pragmatismo, utilitarismo. O que temos a aprender com a história é que um galo sozinho não tece uma manhã. É preciso construir a unidade em torno de um projeto que, desnecessário dizer, precisa ser construído coletivamente, no cotidiano, dando continuidade à direção social estratégica priorizada desde os anos de 1990, bem como garantindo sua condição de espaço da polêmica, do dissenso e da resistência. Eis o desafio...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS. Diretrizes Curriculares da ABEPSS 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010.
- ABEPSS. Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Apresentação. Abepss. Brasília, n. 1, ano I, 2000.
- BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 30 ago. 2010.
- _____. Casa Civil da Presidência da República. Exposição de Motivos. Projeto de Lei da reforma da educação superior. Brasília: PL n. 7200/2007, MEC/ MF/MT/MCT. 12 jun. 2006.
- _____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria n. 080 de 16 de dezembro de 1998. Brasília: CAPES, 2005a.
- _____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Brasília: CAPES, 2005b.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/4459-reuniao-do-proex-recebe-220-coordenadores-de-programas-de-pos-graduacao>>. Acesso em: mar. 2011.
- _____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2011/03/03/presidente-da-capes-apresenta-desafios-desta-decada-para-a-pos-graduacao/>>. Acesso em: mar. 2011.
- CARVALHO, Denise B. B.; SILVA SILVA, Maria O. (Orgs.). Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de conhecimento no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.
- CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social. Cadernos de Pesquisa Cedepps. N. 1. Configuração de um projeto profissional para o Serviço Social: o pensamento das entidades nacionais. Abess-Cedepps, 1994.
- _____. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social. Cadernos de Pesquisa Cedepps. N. 2. Estudo de 10 anos da Revista Serviço Social e Sociedade (1979-1989). Abess-Cedepps, agosto, 1994.
- CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Centro de Memória. Lei Nº 1.310/51 - de Janeiro de 1951. <http://centrodememoria.cnpq.br/legislacao.html>.
- GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ANO II, n. 22, Brasília: jul a dez. 2011.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda V. O debate contemporâneo do Serviço Social e a Ética profissional. In: BONETTI, D. et al (Orgs). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez-CFESS, 1996.

- LIMA, Leila. Una parte de la historia del Trabajo Social: 6 años en el CELATS. Biblioteca Virtual de la Universidad de Costa Rica. Disponível em: www.universidadecostarica.cr. Acesso em: abr. 2010.
- NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50, Ano XVII, abril, São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, José Paulo https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id.62:revista-novos-temas-entrevista-jose-paulo-netto
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Livro ata. Dissertações de Mestrados de 1981 a 1999.
- _____. Livro ata. Teses de Doutorado, 1998.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. PUC-Rio. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/prog-ser.html#apresentacao>. Acesso em: set 2011.
- SANTOS, Ana Lúcia Felix dos e AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico, 2009, p. 536 e ss <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a10.pdf>
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos R. O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

Notas aligeiradas sobre um longo biênio

Sara Granemann

Docente na ESS-UFRJ desde 1994. Ensina na Graduação e na Pós-graduação. Investigadora do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas), concentra seus estudos, publicações e intervenção pública nas seguintes temáticas: Estado, direitos da classe trabalhadora e suas lutas. Fez pós-doutorado em História Social Contemporânea em 2014/15 no IHC da Universidade Nova de Lisboa - Portugal. Coordenou o PPGSS-UFRJ no período de junho de 2010 a novembro de 2012.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 139-146	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	------------	------

RESUMO

Estas notas oferecem uma visão bastante particular dos anos em que estive na Coordenação do PPGSS e considerações iniciais do impacto da legislação recentemente aprovada sobre os destinos da universidade pública e das possibilidades de produzir ciência & tecnologia em nosso país. Alguns dados do triênio 2007/2009 são apresentados para demonstrar como é possível formar docentes-pesquisadores em um programa radicalmente público como o PPGSS/UFRJ.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação. Universidade pública. Ciência e tecnologia.

Em 1976, ainda quando corriam dramáticos anos da história brasileira, a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) tomava iniciativa de construir sua pós-graduação *stricto sensu* com a abertura de um curso público de mestrado em Serviço Social.

Sabe-se que, sob a ditadura¹ empresarial-militar, foram realizados vários impulsos para a construção de políticas sociais que interessavam aos grandes capitais na consolidação de seus interesses e de seu Estado, na direção de viabilizar quadros técnicos demandados por empresas e pela burocracia estatal. Políticas Sociais como a de educação superior, impulsionadas pela ditadura, contraditoriamente carregaram no seu interior a possibilidade de conversão crítica ao desenvolvimento para a qual haviam sido demandadas.

1 Ver: Ditadura e Serviço Social de José Paulo Netto. 1991

No plano da pós-graduação da ESS/UFRJ, também em seu interior e atravessados por determinações da vida social, desenvolveram-se feixes de forças que, em 1986, tornaram possível a construção de uma “virada” nos rumos da pós-graduação dessa unidade de ensino. Protagonistas do processo que impulsionou a construção teórico-política crítica para o programa e Serviço Social da UFRJ então com uma década de vida, as docentes Maria Helena Rauta Ramos e Maria Inês Bravo (apoiadas por algumas outras docentes) viabilizaram a formação de um grupo de professores-pesquisadores cujo núcleo central contou com os seguintes integrantes: Carlos Nelson Coutinho, Nobuco Kameyama, Jean-Robert Weissaupt, Marilda Villela Yamamoto, José Paulo Netto e José María Gomez.

Minhas lembranças pessoais remontam ao segundo semestre de 1989, quando cursei disciplinas do mestrado: nesta altura já encontrei um curso solidamente consolidado, cuja direção teórico-acadêmica hegemônica pela tradição marxista – da qual recolhiam a influência de diferentes autores – cultivava o pluralismo no debate teórico-político com os demais docentes que constituíam o cerne do curso de mestrado.

Em 1994, com a criação do primeiro curso de doutorado em uma universidade pública, um novo momento na história do programa teve lugar: jovens estudantes de muitas e diferentes áreas passaram a afluir ao programa de doutorado recém-criado e, posteriormente, tornar-se-iam docentes de universidades públicas em todo o país.

Nos já longos 28 anos de minha vida passados nessa unidade de ensino – parte como discente e na maioria como docente – poderia indicar como determinações constitutivas do programa dignas de se assinalar:

- a presença dos discentes nos rumos deste programa de pós sempre foi significativa, apoiada e estimulada por seus quadros docentes;
- a dedicação exclusiva de seu núcleo central à docência (graduação e pós-graduação) e à pesquisa foram os dois eixos sobre o qual se ergueu aquele que é o maior programa público – em número de discentes e docentes – de pós-graduação em Serviço Social no país.

Em junho de 2010, e ao longo de dois anos e quatro meses estive, com o professor Eduardo Mourão, na Coordenação do PPGSS-UFRJ. A pós-graduação da ESS/UFRJ era, até então, classificada pelo sistema Capes de Avaliação como um programa conceito 5 (cinco). Menos de três meses após termos assumido a coordenação do programa, decidimos fazer um Pedido de Reconsideração à Capes para que a nota fosse revista e alcançamos o conceito 6 (seis). Tínhamos então a convicção de que o esforço coletivo de produção docente e discente não estava refletido na nota recém-divulgada.

Nas mais de 100 páginas do Pedido de Reconsideração ganharam vida dados que atestaram a densidade do programa, como por exemplo:

(1) Entre 1998 (ano de defesa da primeira tese de doutorado) e 2009 (a avaliação relativa ao triênio de 2007 a 2009), foram defendidas 122 (cento e vinte e duas) teses de doutorado ou quase uma tese por mês ao longo dos onze anos.

(2) A diversidade da formação na graduação dos ingressantes era um dado importante e umbilicalmente relacionado às características do corpo docente responsável pela construção do programa de pós-graduação no pós-1986 e aprofundado com a criação do curso de doutorado em 1994. O afluxo significativo de discentes de cursos variados em quantidades superiores aos discentes do Serviço Social claramente demonstrava ser o doutorado uma referência na formação de jovens docentes e pesquisadores de toda a grande área das ciências sociais. No triênio 2007/2009, a pós-graduação em Serviço Social respondeu pelo dado no primeiro quadro na página seguinte, conforme tabela constante do Recurso enviado à Capes como Pedido de Reconsideração².

(3) Todavia, não somente a procura pelo curso indicava seu lugar de referência no quadro da formação crítica nas ciências sociais; seu êxito na formação de doutores aprovados em concursos docentes ou daqueles jovens docentes que recentemente haviam ingressado

² Todas as tabelas presentes neste artigo integram o Pedido de Reconsideração de Resultado de Avaliação à CAPES.PPGSS/UFRJ. RJ. Outubro/2010.

INGRESSANTES DOUTORADO - POR CURSO (TRIÊNIO 2007-2009)					
ANO	APROVADOS				
	TOTAL	SERVIÇO SOCIAL	%	OUTROS CURSOS	%
2007	18	8	44,4	10	55,6
2008	18	8	44,4	10	55,6
2009	17	11	64,7	6	35,3

na carreira também nos chamou a atenção, fundamentalmente por duas razões:

(3.1) 118 (cento e dezoito) discentes dos 122 (cento e vinte e dois) que concluíram doutorado ou 96,72% (noventa e seis, vírgula setenta e dois por cento) dos egressos formados pelo PPGSS/UFRJ, entre os anos de 1998 e 2009, tornaram-se docentes. Este significativo dado comprova as vocações desse programa e da universidade pública em formar as novas gerações de docentes para o magistério superior.

(3.2) 103 (cento e três) discentes dos 122 (cento e vinte e dois) que concluíram doutorado ou 84,43% (oitenta e quatro, vírgula quarenta e três por cento) dos egressos formados pelo PPGSS/UFRJ foram aprovados em concursos docentes para universidades públicas federais e estaduais.

VÍNCULO EGRESSOS DOUTORADO (1994-2009)		
VÍNCULO	EGRESSOS	%
Universidade Comunitária	10	8,20
Universidade Estadual	15	12,30
Universidade Federal	88	72,13
Universidade Privada	4	3,28
Universidade Estrangeira	1	0,82
Saúde	1	0,82
Servidor Público	2	1,64
Servidor Público Estrangeiro	1	0,82
TOTAL	122	100
TOTAL DOCENTES	118	96,72

(4) Outro dado significativo registrado no mesmo documento encaminhado à Capes diz respeito ao percentual de discentes estrangeiros presentes no programa. Tomados os três triênios a partir da defesa das primeiras teses de doutorado, observamos:

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PROGRAMA				
PERÍODO	TOTAL	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS	%
1998-2003	36	32	4	11,11%
2004-2006	54	49	5	9,26%
2007-2009	32	27	5	15,63%

Somadas as participações ao longo dos três triênios tivemos em média 12% (doze por cento) dos discentes do programa oriundos de países estrangeiros. Esta significativa e constante procura do PPGSS-UFRJ registra seu lugar na formação de quadros docentes e técnicos para atuação, em geral no Estado, para além do Brasil, e especial presença na formação de docentes e pesquisadores para países da América do Sul.

AS AMEAÇAS EM CURSO

A ascensão ao conceito 6 (seis), bem como a sua manutenção, propiciaram ao PPGSS-UFRJ recursos para incidir sobre um de seus principais problemas: o provimento de bolsas de estudos às/aos discentes (brasileiras/os e estrangeiras/os) que delas necessitem para dar curso aos seus estudos. A decisão política do programa em priorizar o gasto dos recursos do fundo público na garantia de condições mínimas para que discentes oriundos das frações da classe trabalhadora pudessem alcançar os mais altos níveis da formação foi a renovação de uma compreensão teórico-política de como e para quem se deve utilizar o fundo público.

O desenvolvimento da ciência & tecnologia no Brasil – como na maioria dos países do mundo – faz-se, substancial e substantivamente, com os recursos do fundo público e em nosso país, majoritariamente

em universidades públicas. O ensino, a pesquisa e a extensão – esta última a forma mais imediata de relação com a sociedade – têm seus destinos estreitamente ligados em nosso país. Universidade pública e ciência & tecnologia foram construídas com profundo e inseparável vínculo e seus destinos estão hipotecados.

As ameaças constantes consequentes da redução das verbas de financiamento, o contingenciamento para realizações de superavit destroçam este patrimônio socialmente construído. E é, na nossa perspectiva, ilusório supor que há possibilidades de defesa da ciência e tecnologia sem a defesa da universidade pública; assim como seria equivocado defender a universidade pública sem a defesa intransigente de meios públicos para o financiamento da ciência & tecnologia vinculadas à universidade pública.

Legislações, como as Emendas Constitucionais n°s 93 (Desvinculação das Receitas da União, Estados e Municípios) e 95/16 ("Novo Regime Fiscal"), estabelecem limites financeiros para as despesas "primárias" nos âmbitos do orçamento fiscal e da seguridade social. Estes orçamentos são responsáveis pela administração dos gastos sociais que realizam os já parcos direitos sociais da classe trabalhadora brasileira; estas legislações fazem, por isto, cortes pela "ótica do caixa" das despesas primárias aos gastos que têm alcance social: saúde, educação, previdência social, assistência social.

Outra tão importante destrutiva lei já aprovada é a de n° 13.243/16, denominada "Marco Legal"³ porque alterou, modificou, privatizou e assim piorou as condições de trabalho e de produção de ciência no interior da universidade brasileira em particular, e no país em geral.

Conforme documento do ANDES-SN,

A EC 85/2015 alterou os artigos 218 e 219 da Constituição, estendendo o financiamento público de C&T para a "inovação nas empresas" e criando a possibilidade de compartilhamento de pessoal, recursos financeiros e materiais do setor público com o privado.

³ Assim denominada por alterar 09 (nove) leis já existentes relativas à educação pública e à ciência & tecnologia.

(...Por sua vez, o “Marco Legal” altera, indevidamente, três aspectos fundamentais na estrutura acadêmica:

- (1) introduz como missão das IES públicas a “inovação tecnológica”;
- (2) possibilita a contratação de servidores sem concurso, contrariando a lógica que permitiu à universidade alcançar o patamar de produção de conhecimento que atingiu;
- (3) corrompe a ideia original da DE, legalizando os “bicos” dentro das IES públicas.

Nesta sombria perspectiva, as conquistas alcançadas pelo PPGSS/UFRJ no interior da universidade pública e no seio da ciência & tecnologia, as quais foram construídas pelas lutas da classe trabalhadora brasileira, podem não ter continuidade em futuro próximo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDES-SN. Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (LEI 13.243/16), riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil. <http://portal.andes.org.br/im-prensa/documentos/imp-doc-1508946885.pdf>
- NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. SP: Cortez, 1991.
- PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE RESULTADO DE AVALIAÇÃO À CAPES do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Avaliação Trienal 2010. Escola de Serviço Social. UFRJ. Outubro de 2010.
- REVISTA PRAIA VERMELHA. v.22, n.2 (2012) - Carlos Nelson Coutinho. https://drive.google.com/file/d/OB0-tS_Kbeq-Z3ZFQnZvQkltVC16REp4c1RzRW9DYW9OWDIF/edit

Considerações sobre a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil

Fátima Grave Ortiz

Assistente social, docente e pesquisadora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma unidade e atualmente integrante da executiva nacional da ABEPSS, gestão 2015-2016, com o cargo de Coordenadora Nacional de Pós-Graduação.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 147-166	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	------------	------

RESUMO

Considerando os 80 anos de Serviço Social no Brasil e os 45 anos de existência da pós-graduação na área, o artigo objetiva apresentar um breve balanço da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, bem como e principalmente indicar as posições que a ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - tem defendido e divulgado nacionalmente nos últimos anos neste campo. O artigo propõe um balanço crítico sobre o quadro da pós-graduação em Serviço Social, com destaque para as ações que a entidade tem desenvolvido em suas últimas gestões para o campo da pós-graduação, entre as quais a aprovação do Documento “Contribuição da ABEPSS para o Fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil”.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Pós-Graduação. ABEPSS. Produção do conhecimento.

INTRODUÇÃO¹

O Serviço Social completa 80 anos de existência no Brasil em 2016, tempo considerado relativamente curto se comparado a outras profissões ou áreas de conhecimento. Contudo, nestes oitenta anos, muito se tem produzido e conquistado no âmbito desta profissão e

1 O presente texto baseia-se em fala proferida em evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ em maio de 2016.

a prova disso é que também em 2016 celebramos os 70 anos de existência de nossa entidade acadêmico-científica - a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)², bem como 20 anos da aprovação das Diretrizes Curriculares em histórica assembleia da citada Associação.

O ano de 2016 é, portanto, um importante ano para a esfera da formação profissional na nossa Área, porque também lembramos que foi em 1971 que o primeiro curso de pós-graduação em nível de mestrado iniciava suas atividades no Brasil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Uma década depois - 1981 - a mesma universidade e seu Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social constituíram o primeiro curso de doutorado em Serviço Social brasileiro e latino-americano³. Celebramos, desta forma, 45 anos de existência da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, fato que nos orgulha, mas também nos desafia cotidianamente.

2 No caso da ABEPSS, criada em 1946 como ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social trata-se, como já mencionado de uma entidade de caráter acadêmico-científico, que tem por objetivo coordenar e articular o projeto de formação profissional em Serviço Social em âmbito nacional. Organiza-se a partir de uma gestão colegiada que envolve uma Executiva Nacional composta pela sua presidência, secretaria, tesouraria, coordenações nacionais de graduação e pós-graduação, representações nacionais discentes de graduação e pós-graduação e suplências da diretoria. Estrutura semelhante, porém mais enxuta, se encontra nas diversas Regionais com os cargos de vice-presidências regionais, coordenações regionais de graduação e pós-graduação e representações discentes regionais de graduação e pós-graduação, bem como representação dos supervisores de estágio. Compõem a ABEPSS as Regionais: Regional Leste (RJ, ES, MG); Regional Sul II (SP e MS), Regional Sul I (RS, SC, PR), Regional Centro-Oeste (GO, DF, MT), Regional Norte (AM, RO, RR, AC, PA, TO, PI, MA) e Regional Nordeste (BA, SE, AL, RN, PE, PB, CE). A gestão, eleita em assembleia de unidades de formação acadêmica filiadas e sócios individuais, cumpre um mandato de dois anos.

3 Os primeiros cursos de mestrado no Serviço Social concentraram-se na região sudeste nas PUC SP e RJ respectivamente. Já o curso da UFRJ, datado de 1976, consistiu no terceiro curso de mestrado em Serviço Social, mas o primeiro instalado em uma universidade pública.

Deste modo, dados os limites deste artigo, objetiva-se apresentar um breve balanço da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, bem como e principalmente indicar as posições que nossa entidade - a ABEPSS - tem defendido e divulgado nacionalmente nos últimos anos neste campo.

SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: BREVE BALANÇO E PRINCIPAIS DESAFIOS

Mesmo diante de um conjunto de desafios e dificuldades que cada vez mais se põem a profissão e a educação superior no Brasil, podemos afirmar que é inconteste o avanço do número de programas stricto sensu em Serviço Social e o visível processo de consolidação da pós-graduação em nossa área, a despeito de sermos ainda considerados uma pequena área em relação a outras do campo das ciências humanas e sociais. A primeira expansão da pós-graduação em Serviço Social ocorreu ainda nos anos de 1970 do século XX, quando foram criados os programas na PUC RS (1977), na UFPb (1978) e na UFPE (1979). Este processo expansivo foi retomado nos anos de 1990 e principalmente nas primeiras décadas do século XXI com a criação de mais de 20 programas.

Para se ter o entendimento real desta expansão, o Relatório de Avaliação Trienal da CAPES para a área de Serviço Social durante o triênio 2010-2012 (www.capes.org.br) apontava que de 1971 até o final dos anos de 1990 apenas 12 programas foram criados, atendendo-se para o hiato da década de 1980 quando não se identificou a criação de nenhum programa novo. Nas duas décadas em curso dos anos 2000 (de 2000 a 2016), identificamos a criação de mais 11 programas, o que aponta o crescimento em 100%, visto que o número de programas praticamente dobrou nos últimos anos, certamente produto do amadurecimento intelectual do Serviço Social, mas também das exigências postas pelos próprios processos que atravessam a universidade brasileira de um modo geral e da produção do conhecimento.

Ressalta-se, entretanto, que ainda se observa a concentração do número de programas, sobretudo de cursos de doutorado, no eixo Sul-Sudeste, o que denota a histórica assimetria presente entre as diversas regiões brasileiras. No entanto, esforços têm sido empreendidos pelos corpos docentes e de pesquisadores na construção e ampliação de novos programas e cursos de doutorados nas regiões norte e nordeste, como foi o caso da recente aprovação dos cursos de doutorado na UFPA e na UFRN.

Deste modo, possuímos hoje 32 programas de pós-graduação em Serviço Social que congregam 32 cursos de mestrado e 16 de doutorado, distribuídos da seguinte forma⁴:

REGIONAL ABEPSS	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL DE CURSOS
Norte	UFMA, FUFPI, UFPA, UFAM	UFMA, FUFPI, UFPA	M - 04 D - 03
Nordeste	UFPE, UFRN, UFAL, UECE, UEPB, UFPB, FUFSE, UEPB	UFPE, UFRN	M - 08 D - 02
Sul I	PUC-RS, UEL, UFSC, UCPEL, UNIOESTE, UFRGS	PUC-RS, UEL, UFSC	M - 06 D - 03
Sul II	PUC-SP, UNESP, UNIFESP	PUC-SP, UNESP	M - 03 D - 02
Centro oeste	UNB, PUC-GO, UFMT	UNB	M - 03 D - 01
Leste	PUC-RJ, UFRJ, UFF (Serviço Social e Desenvolvimento Regional), UFF (Política Social), UERJ, UFES, EMESCAM, UFJF	PUC-RJ, UFRJ, UFF (Política Social), UERJ, UFES	M - 08 D - 05
Totais	32	16	

⁴ Ressalta-se que a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), quando se refere à Área de Conhecimento, inclui os programas de pós-graduação dos cursos de Serviço Social e Economia Doméstica. Assim, a referida Área possui 34 programas, sendo a maioria de Serviço Social, visto que apenas dois situam-se em Economia Doméstica (na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e Universidade Federal de Viçosa - UFV, este último também com o curso de doutorado).

Diante desse quadro, e como afirmado linhas atrás, a área tem feito um esforço enorme para se expandir com qualidade, o que na conjuntura atual significa também se adequar às diretrizes dos órgãos de fomento e avaliação que compõem o sistema de pós-graduação - CAPES e CNPq - e a prova disso é o crescimento do número de programas e a progressão nos conceitos⁵, apesar de concentrarmos nossos programas ainda nas notas 3 e 4.

No entanto, há questões que precisamos nos fazer: qual tem sido o custo deste esforço? A que interesses respondemos efetivamente ao nos adequarmos? A avaliação hoje que é promovida pela CAPES possui como objetivo o controle dos programas por meio da adequação dos mesmos a determinados critérios (ou métricas), que ainda que tenham sido previamente discutidos entre os coordenadores dos programas da própria área nos seminários de acompanhamento da CAPES, são submetidos a análise do CTC (comitê técnico-científico da CAPES), que envolve outras áreas, e no qual o Serviço Social nem sempre tem direito a voto. Ou seja, em última análise, ainda que tenhamos algum grau de participação na construção desses critérios, a última palavra não é nossa, o que nos coloca a urgente mobilização intracategoria e para fora do Serviço Social. Trata-se de buscar alianças

5 A CAPES estabelece uma progressão nos conceitos dos programas de pós-graduação para todas as áreas que inicia com a nota 3 até a 7. A concessão dos recursos de financiamento dos programas segue a mesma lógica, ou seja, programas melhor pontuados recebem maiores percentuais de verbas de capital e custeio (o que significa maior número de bolsas para os estudantes, por exemplo). Todos os programas são aprovados e começam suas atividades com a nota 3 e devem progredir nesta escala de pontuação a cada quatro anos, objetivando sempre ascender as notas 6 e 7 consideradas de excelência. O estacionamento do programa por três avaliações consecutivas no mesmo conceito pode acarretar o descredenciamento do mesmo junto ao sistema de avaliação da CAPES e impedido, deste modo, de funcionar, assim como o retrocesso na nota de programas já conceituados gera a redução do montante de recursos recebidos por estes ao longo do quadriênio. A próxima avaliação quadrienal (2013-2016), cujos resultados sairão em 2017, deverá apontar a produtividade dos diversos programas e por conseguinte, sua pontuação, acarretando expressivas consequências, positivas ou negativas, para os programas.

com as outras áreas da Grande Área das Humanidades, que mesmo em escala particular, também vivenciam as mesmas contradições e dilemas, visto que a maioria dos programas de pós-graduação em todas as áreas em geral concentram-se em universidades públicas, sobretudo as federais, que atravessando graves crises estruturais e financeiras, cada vez possuem menos condições de apoiar seus programas de pós-graduação.

Além disso, a conjuntura contemporânea de crise tem incidido fortemente no âmbito das agências de fomento e apoio a pesquisa. Os recentes cortes nas verbas de capital e custeio dos programas pela CAPES e os constantes atrasos no repasse dos recursos colocam em xeque a excelência que as mesmas agências exigem. No entanto, se observa a prevalência do lançamento de editais voltados à formação de quadros nas empresas privadas ou ao desenvolvimento de tecnologias direcionadas aos interesses das empresas (a lei de inovação tecnológica é um bom exemplo).

Com poucos recursos e muitas exigências, o cotidiano dos programas, de suas coordenações, do corpo docente e discente tende a ser bastante tenso e com muita dificuldade de se construir coletivamente consensos.

Entre as muitas tensões, registra-se a intensa busca pelo cumprimento dos prazos de conclusão dos cursos de pós-graduação, que tende a ser incompatível, sobretudo considerando o perfil e a relação estabelecida entre os estudantes de pós-graduação e os programas. Embora não tenhamos dados precisos, é clara a mudança do perfil dos estudantes dos diversos programas de pós-graduação em Serviço Social, que cada vez mais pauperizados, precisam se inserir no mercado de trabalho em face ao número irrisório de bolsas. Trabalhando 40 ou até 44 horas semanais, este estudante terá muita dificuldade para cumprir os prazos exigidos, pois não dispõe de condições objetivas para se dedicar exclusivamente a sua pesquisa.

Já para outros estudantes também a procura de emprego, o mestrado tornou-se uma continuação da graduação, pois proporciona o retardamento da entrada desse jovem formado no mercado com

algum conforto financeiro proporcionado pela bolsa, possivelmente concedida, sobretudo aos primeiros colocados. Em muitos casos, os estudantes submetem-se a seleção de vários programas com áreas de concentração geralmente distintas como se estivessem concorrendo a um vestibular. Situação semelhante se aplica ao doutorado. Muitos candidatos não possuem interesse de pesquisa previamente definido, as pesquisas geralmente não decorrem de investimento pretérito (muitos trabalham e o título de doutor consiste em mais um certificado para progressão na instituição em que trabalham ou para ingresso no mercado, sobretudo na docência).

Com este quadro, os prazos (30 meses para mestrado e 48 para doutorado) e demais exigências voltadas à realização das pesquisas e da publicação de seus resultados tendem a não corresponder à objetividade do real. Contudo, tais dilemas postos tendem a se naturalizar no cotidiano de muitos programas de pós-graduação e sua contradição central - a ascensão do grau da exigência e o declínio das condições de sua execução - tende a se subsumir em decorrência das necessidades postas pelo próprio processo de avaliação quadrienal que avalia o programa em relação ao cumprimento das métricas.

Identifica-se, ademais, outra tensão no cotidiano dos programas de pós-graduação que refere-se a necessidade progressiva dos índices de produtividade dos programas e seus sujeitos, docentes e discentes, para o alcance dos critérios exigidos pela avaliação. Os programas e seus pesquisadores têm tentado responder a estas exigências, mas observa-se que esta produção, resultado do conjunto das pesquisas dos grupos de estudo presentes e constituídos por integrantes dos programas, ainda é majoritariamente isolada e endógena. Há profícuas experiências de programas que estão tentando articular suas pesquisas por meio dos editais PROCADS (programa nacional de cooperação acadêmica da CAPES), mas ainda são poucas as iniciativas por várias razões. A limitação e a concorrência dos editais em função dos cortes de recursos, a sobrecarga de trabalho e a consequente indisponibilidade dos docentes e pesquisadores, sem dúvida, são fatores que incidem sobre este tímido número de experiências e iniciativas.

Contudo, cabe aqui também uma reflexão: produtividade, que nada tem a ver com produtivismo, exige dedicação e investimento dos pesquisadores, o que por sua vez necessita de recursos. Possuímos cerca de 70 bolsas de produtividade CNPq, que atende a um número muito reduzido de pesquisadores e professores do Serviço Social, inclusive entre aqueles que integram programas de pós-graduação⁶. Sem recursos financeiros, com sobrecarga de trabalho e urgência dos prazos, é muito difícil se fazer pesquisa. Ao contrário, o resultado de todo esse processo tem se revelado no crescimento de inúmeros casos de esgotamento físico e mental dos professores, com afastamentos médicos para tratamento, como têm demonstrado algumas pesquisas.

Certamente este não é um quadro vivenciado apenas pelos programas de pós-graduação em Serviço Social, mas pela pós-graduação brasileira de um modo geral e do campo das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas em particular, que não respondem diretamente as necessidades da acumulação capitalista, traduzida atualmente aos programas de pós-graduação como a necessidade de “inovação tecnológica”, que deve ser perseguida pela ciência brasileira, seus pesquisadores e agências de fomento à pesquisa.

Neste sentido inclusive, Guerra (2011) nos chama atenção para a existência da Lei de Inovação Tecnológica de 2004, que segundo ela:

busca promover a inovação por meio da articulação entre os diversos setores, visa uma maior interação entre universidade/empresa e a participação de pesquisadores no desenvolvimento de novas tecnologias sempre direcionadas às empresas. Esta lei prevê a participação docente na captação de recursos no mercado oferecendo serviços de inovação tecnológica, convertendo-se em empreendedor, mero prestador de serviço ao mercado e/ou captador de recursos.

6 Dados disponíveis no site do CNPq (www.cnpq.br) informam que no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, do grupo de 41 docentes que integram o programa, apenas 4 deles possuem bolsas de produtividade em pesquisa.

A vigência desta lei explicita a política de pós-graduação perfeitamente adequada e atrelada aos interesses da política industrial brasileira (bem como aos do comércio exterior) para o que a área das ciências sociais aplicadas, com sua entonação crítica a esta política, pouco tem a contribuir. (GUERRA, 2011, p.138)

Confirmando esta orientação formal prevista na lei supracitada, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 destaca algumas áreas e projetos que devem ser priorizados em termos de alocação de recursos das agências de fomento: os programas de pós-graduação à distância, os mestrados profissionais, os projetos voltados às áreas consideradas estratégicas como o agronegócio, recursos hídricos e energéticos, segurança pública, mobilidade urbana entre outras, projetos interdisciplinares, internacionais ou que expressem cooperação internacional.

É claro, portanto, que as prioridades para a pós-graduação brasileira são outras e bastante diferentes de qualquer forma de conhecimento que interesse diretamente a classe trabalhadora e seu processo de emancipação. Do ponto de vista dos campos do saber, tais prerrogativas previstas na Lei de Inovação Tecnológica e no próprio Plano Nacional de Pós-Graduação tendem a não privilegiar as pesquisas da área das Humanidades (fato inclusive flagrante quanto ao tímido número de editais voltados para a área e montante de recursos envolvidos), o que exige a organização coletiva deste campo. Neste sentido, o fortalecimento de esferas como o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (Fórum CHSSA) é fundamental.

A ABEPSS E A PÓS-GRADUAÇÃO

Dentre as diversas atribuições da ABEPSS está o apoio aos Programas de Pós-Graduação a partir de sua articulação política e acadêmica⁷. Com esta perspectiva, a entidade criou, em sua gestão

⁷ Ressalta-se aqui que regimentalmente cabe a coordenação nacional de

2009-2010, o Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação da ABEPSS, que se configura enquanto uma instância de organização especialmente política em que participam os coordenadores de programas de pós-graduação da área de Serviço Social, professores, pesquisadores e discentes interessados em refletir sobre a pós-graduação, e principalmente em discutir estratégias para as dificuldades e dilemas que envolvem este nível da formação acadêmica, bem como constituir e amadurecer posições políticas coletivas.

Consideramos, neste sentido, que o Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação da ABEPSS consiste em um espaço extremamente profícuo e revelador, que deve ser estimulado pela gestão da entidade e pelos coordenadores e integrantes dos diversos programas de pós-graduação da área⁸.

pós-graduação da ABEPSS: “I – incentivar e apoiar as iniciativas de criação e/ou consolidação dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social; II – propor mecanismos de formação e consolidação de grupos de pesquisa nas Unidades de Formação Acadêmica na área de Serviço Social; III – promover a articulação dos grupos temáticos de pesquisa e pesquisadores da área de conhecimento do Serviço Social; IV – incentivar a articulação da área de Serviço Social com áreas de conhecimento afins; V – criar mecanismos e estratégias para veiculação das pesquisas e informações de interesse dos pesquisadores da área de Serviço Social; VI – contribuir para organização e atualização de um sistema de informações da produção de conhecimento na área de Serviço Social; VII – captar recursos nas agências de fomento nacionais e internacionais para o desenvolvimento das atividades de pós-graduação e pesquisa da entidade; VIII – organizar e manter atualizado um cadastro de grupos de pesquisa, pesquisadores e pesquisas, por temáticas, já produzidas ou em andamento na área do Serviço Social; IX – manter um canal permanente de comunicação com os Programas de Pós-Graduação, tendo por objetivo elaborar e acompanhar a política de ensino e pesquisa da pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil; X – organizar e coordenar os eventos acadêmico-científicos da pós-graduação em Serviço Social de competência da ABEPSS em âmbito nacional; XI – incentivar a formação e o cadastramento de grupos e redes de pesquisa na área de Serviço Social nos órgãos de fomento”. (www.abepss.org.br)

⁸ Na gestão da ABEPSS 2015-2016, o Fórum teve a oportunidade de se reunir em duas ocasiões - agosto e novembro de 2015, bem como realizou reuniões

Deste modo, dando prosseguimento as ações de apoio e mobilização, a ABEPSS, assessorada por grupo de trabalho composto por especialistas da área, constituiu o Documento intitulado “Contribuição da ABEPSS para o Fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil”. Criado na gestão 2013-2014, o referido Documento objetiva apoiar e contribuir com o fortalecimento dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, apresentando a posição da entidade em vários aspectos relevantes para a expansão da área e principalmente para a afirmação da direção social que pretendemos fortalecer para nossa pesquisa e ensino pós-graduado.

Objetivando sempre dar continuidade as ações exitosas das gestões anteriores da ABEPSS, a gestão 2015-2016 vem promovendo o aprofundamento do Documento a partir da realização das reuniões do Fórum anteriormente citado. Assim, trata-se de “documento sistemático da entidade dirigido exclusivamente ao universo da pós-graduação *stricto sensu*”(ABEPSS, 2015, p.2), que além de realizar uma ampla análise da conjuntura contemporânea e seus impactos sobre a pós-graduação brasileira de um modo geral, também aponta alguns desafios que precisam ser enfrentados pelo Serviço Social.

No que se refere à conjuntura da pós-graduação, o Documento indica que

as diretrizes gerais e metas atuais para os programas de pós-graduação no Brasil, giram em torno de eixos programáticos, e dentre estes se destacam: interdisciplinaridade, internacionalização (incentivo aos Intercâmbios entre universidades brasileiras e os EUA, América Latina e Central e outros continentes), pós-graduação *lato sensu* a distância, mestrados profissionais interdisciplinares com financiamento público. (ABEPSS, 2015, p.10)

Diante deste cenário, o Documento apresenta as posições e reflexões da ABEPSS em alguns aspectos centrais, os quais se destacam:

localizadas com coordenadores de programas de pós-graduação das regionais Sul I, Nordeste e Norte.

a necessária solidariedade entre os programas de pós-graduação; a reflexão crítica sobre as exigências postas pelas agências de fomento à pesquisa e a tendência ao produtivismo; a articulação entre graduação e pós-graduação e a internacionalização das ações da pós-graduação.

Desta forma, quanto ao primeiro aspecto, para ABEPSS é importante que os diversos programas de pós-graduação da área se apoiem mutuamente, rompendo com o “individualismo acadêmico” e o isolamento de pesquisas e pesquisadores. A solidariedade entre os programas é muito importante, sobretudo em conjunturas tão adversas. O documento da ABEPSS, neste sentido, destaca a estratégica identificação dos núcleos e grupos de pesquisa e seus interesses comuns como meio de aproximação dos programas de pós-graduação e de estímulo à constituição de redes de pesquisa.

Nesta direção, a gestão 2010-2011 da ABEPSS criou os Grupos Temáticos de Pesquisa - GTP⁹, cujos objetivos, entre outros, devem ser atuar como uma “[...] estratégia coletiva de fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social, bem como de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento dos pesquisadores, mediante a coletivização dos debates de ponta e a indicação dos temas relevantes para a área” (ABEPSS, 2012, p.9).

9 Conforme ABEPSS (2012, p.10) “[...] os Grupos Temáticos de Pesquisa mostram-se como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento. Organizando-se em torno de pesquisadores das áreas de Serviço Social e afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam especialistas para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e de demandas das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa, como o próprio nome já o indica, são formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratarem de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS.”

Além de iniciativas como a articulação dos GTP, o Documento também aponta a importância de iniciativas como os PROCAD (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica), a realização de propostas de MINTER (Mestrado Interinstitucional) e DINTER (Doutorado Interinstitucional) como possibilidades de aproximação e fortalecimento dos projetos e grupos de pesquisa, bem como de implicação dos programas de pós-graduação na formação continuada do corpo docente da área.

A consolidação de redes e grupos interinstitucionais de pesquisa constitui-se, neste sentido, importante estratégia em face ao isolamento e produtivismo acadêmico, que conforme o Documento supracitado tende a desqualificar a área. Assim,

A ABEPSS compreende que produzir conhecimento remete ao domínio de teorias sociais, da dinâmica do desenvolvimento capitalista atual e da análise dos fenômenos sociais. Reconhece que a maioria da produção científica do Serviço Social brasileiro revela o empenho acadêmico de profissionais (docentes/discentes) em pesquisar, qualificar a área e desvelar a sociabilidade contemporânea e os desafios para o Serviço Social. Salienta que o estilo e a dinâmica da pesquisa na área das ciências humanas e sociais demandam tempo e dedicação, e que a qualidade da produção requer uma análise criteriosa. A entidade esclarece que o produtivismo, de modo distinto, corresponde à produção e à publicação desenfreada sem critérios de qualidade e seriedade acadêmica, apenas para responder às requisições quantitativas das agências de fomento, a partir de uma métrica artificial nos currículos. O produtivismo superficializa as produções, pois leva à produção descritiva de processos pela pressão dos resultados. (ABEPSS, 2015, p.17)

Além da necessária solidariedade institucional e do combate ao produtivismo, o Documento destaca também o incentivo à realização de ações que expressem a internacionalização. No entanto, o Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da ABEPSS, reunido em novembro de 2015, apontou que

a internacionalização se põe como uma necessidade do projeto ético-político profissional do Serviço Social e neste, do projeto de formação profissional. Assim, perseguir a internacionalização nas ações não deve se justificar apenas em função das exigências das agências de fomento, como a CAPES, mas significa envidar esforços no sentido de fortalecer nossa direção social estratégica, crítica, com claro posicionamento de classe e vinculada a defesa de valores emancipatórios. (ABEPSS, 2015, p.19)

Assim, internacionalizar significa atender uma demanda do próprio projeto ético-político, e neste o projeto de formação profissional, tendo em vista que é absolutamente importante o aprofundamento da direção social estratégica contida no projeto profissional. Ou seja, precisamos nos internacionalizar. Internacionalizar nossas propostas, nosso perfil profissional, nossas perspectivas ideológicas e teórico-metodológicas, porém não nos termos que as agências de fomento à pesquisa nos impõe. Ao contrário, compartilhamos com Amaral (2012) o entendimento que devemos construir propostas de internacionalização que interessem efetivamente ao Serviço Social brasileiro e ao enraizamento de seu projeto profissional, o que nos indica a necessidade de buscar alianças acadêmicas com universidades e grupos de pesquisa fora do circuito “primeiro-mundista”, negando desta forma, a tendência apontada pelas agências de fomento.

Além disso, compartilhamos indubitavelmente com Amaral (2012) que,

a internacionalização não depende de um ato de vontade dos programas, mas de situações objetivas que permitem a estes, de forma coletiva, ter acesso às condições que vão desde o aporte de recursos, apoio institucional para realizar articulações internacionais, definição de política interna das universidades/programas em relação às áreas e parceiros prioritários, até a indução de editais para consolidar as iniciativas de internacionalização. (AMARAL, 2012, p. 234)

Assim, além da defesa da solidariedade entre os programas, do combate ao produtivismo e isolamento acadêmico e do reconhecimento

da internacionalização como estratégia de fortalecimento do projeto ético-político, o Documento também ratifica a orgânica relação entre a graduação e a pós-graduação.

Desde os anos 80, quando a pós-graduação brasileira em Serviço Social recebeu os influxos da renovação profissional, observa-se que muito ela (a pós-graduação) tem incidido sobre a formação profissional a partir da inserção de novos professores nos quadros dos programas de pós, em muitos casos, alterando completamente sua direção social e política. Muitos desses quadros próximos a tradição marxista e ao pensamento marxiano oxigenaram a produção bibliográfica e as pesquisas em geral, trazendo importantes contribuições a formação profissional e ao exercício da profissão como um todo. Tais programas formaram quadro valioso de professores e pesquisadores que ampliaram nosso acervo bibliográfico, incidindo positivamente sobre nossa produção de conhecimento; integraram nossas entidades, contribuindo decisivamente para seu desenvolvimento; aprimoraram nosso debate com as demais profissões de outras áreas. Nossos programas receberam os aportes de outras áreas do conhecimento, mas também geraram conhecimento utilizado por outras Áreas (as pesquisas no campo da política social, por exemplo, são emblemáticas, nesta direção).

Deste modo, nossa pós-graduação emerge a partir de problemas (mais tarde transformados em objetos de pesquisa) postos pela profissão e sua ação cotidiana no universo institucional. Sua relação orgânica com a esfera do ensino de graduação nasce desta autoimplicação. O exercício e a formação profissional trazem problemas e processos que se tornam objetos de pesquisa desenvolvida em larga escala pela pós-graduação, que fazendo o caminho de volta, retroalimenta os debates e reflexões da categoria profissional e suas entidades. Com efeito, a articulação entre graduação e pós-graduação é inexorável e necessária, não somente porque esta contribui com a formação docente daquela, mas principalmente porque tem sido esta relação (entre graduação e pós-graduação) que anima e fundamenta a produção de conhecimento. É por isso, inclusive, que diferente de

outras áreas do campo das ciências humanas e sociais, a ABEPSS é a única entidade que congrega os dois níveis de formação - graduada e pós-graduada.

Ratificando este entendimento, o Documento indica a necessidade de

[...] organização de fóruns regionais de graduação e pós-graduação com pauta e discussões unificadas; o investimento em núcleos e grupos de pesquisa que envolvam docentes e discentes de graduação e pós-graduação; a organização de eventos conjuntos voltados à apresentação de trabalhos científicos da graduação e pós-graduação; investimento em veículos de divulgação da produção intelectual (livros, artigos, comunicações científicas) envolvendo docentes e discentes da graduação e pós-graduação; envolvimento dos docentes e discentes com as pesquisas da Iniciação Científica/PIBIC; realização de estágio de docência, o que possibilita a participação dos mestrandos e doutorandos em disciplinas no âmbito da graduação em Serviço Social; e a implementação de atividades de extensão na graduação [...] que articulem graduação e pós-graduação. (ABEPSS, 2015, p.16)

Entende-se como fundamental assim “[...] a necessidade de incorporação, pelos programas de pós-graduação da área, sobretudo daqueles cuja área básica é o Serviço Social, das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS, ou seja, dos conteúdos referentes aos três núcleos da formação profissional e da direção social que a constitui” (ABEPSS, 2015, p.16), garantindo, desta forma, a articulação de tais fundamentos nas linhas de pesquisa e disciplinas oferecidas nos diversos programas de pós-graduação, sobretudo aqueles cuja área básica é o Serviço Social.

CONCLUSÕES

Podemos afirmar que o projeto de formação profissional inscreve-se no âmbito de um determinado projeto profissional, que comumente chamamos de projeto ético-político. Situa-se, desta maneira, como um dos resultados de um processo que já dura algumas décadas,

que tem seu nascedouro no contexto de renovação profissional. Esta intenção de renovação percebida há algumas décadas, mas precisamente desde o início dos anos de 1980, tem se afirmado tanto no exercício profissional, quanto no âmbito da organização política da categoria profissional. Nossas entidades - ABEPSS, Conjunto CFESS/ CRESS e ENESSO - têm tentado trilhar um caminho profícuo e sólido na afirmação de uma direção social estratégica, que vincula o Serviço Social e seu profissional à defesa de direitos sociais e à construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo.

Muitas iniciativas têm se constituído nesta direção e têm claramente afirmado um projeto profissional que possui um forte compromisso com valores e princípios emancipatórios. Estes valores e princípios podem ser especialmente identificados no Código de Ética Profissional dos assistentes sociais, nas Diretrizes Curriculares que orientam a formação destes profissionais e também em vários outros documentos que afirmam e adensam este conjunto de valores.

As Diretrizes, por exemplo, encarnam um projeto profissional que tem como objetivo formar um profissional, cujo perfil é aquele que

[...] atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABESS, 1997, p.13)

As Diretrizes Curriculares indicam a formação de um profissional com este perfil e que deste modo, seja capaz de: 1. apreender criticamente os processos sociais; 2. analisar o movimento histórico da sociedade brasileira e das particularidades do capitalismo instaurado por aqui; 3. entender qual é o significado social e político desta profissão e a que demandas ela deve responder e por quê. Enfim, tais

Diretrizes devem, a partir das matérias e conteúdos contidos em seus Núcleos de Fundamentação, indicar a formação de um profissional capaz de entender suas limitações como trabalhador assalariado, mas principalmente identificar suas potencialidades. As Diretrizes devem, neste sentido, pautar uma formação que revele as diversas dimensões desta profissão: seja ela, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, além de afirmar também um determinado perfil de intelectual capaz de produzir conhecimento, a partir da reflexão crítica sobre os fenômenos e processos sociais. Este conhecimento, proporcionado em larga medida, pela entrada desses profissionais nos diversos programas de pós-graduação, tem sido, inclusive, difundido, em outros países como os latino-americanos, alargando a base do conhecimento crítico.

Com efeito, estas Diretrizes Curriculares encarnam o projeto de formação profissional que a ABEPSS tem defendido arduamente nos últimos tempos, considerando as dificuldades postas pela grave crise por que passam as universidades e a educação superior pública. Articulado a essa condição de crise, observamos profundo processo de precarização e mercantilização da educação superior. Tudo isso incide decisiva e negativamente sobre um projeto de formação profissional como o nosso e a pós-graduação de várias formas.

É clara a disputa de diversos projetos de universidade, engendrando inflexões para a formação em Serviço Social no Brasil e a pós-graduação em particular. Inflexões, que por exemplo, geram sistemas de avaliação que não avaliam efetivamente tanto na graduação quanto na pós. Tanto o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) quanto o Sistema de Avaliação promovido pela CAPES geram o ranqueamento de cursos e programas, uma vez que atribuem notas ao rendimento institucional, incidindo diretamente sobre a disponibilidade dos recursos e das bolsas.

A tendência à formação aligeirada, condizente com o padrão flexível de acumulação, é percebida tanto na graduação quanto na pós-graduação, pautada no desenvolvimento de competências e na capacidade de “adaptabilidade” dos estudantes a grande característica

deste modelo de formação. A concepção de mestrados profissionais tem nesta perspectiva um de seus principais fundamentos. Deste modo, a crise e as prerrogativas para seu enfrentamento presentes na graduação, também atingem a pós-graduação, exigindo de cada um de nós, docentes, pesquisadores, discentes e entidades, um posicionamento firme e organizado.

Com efeito, em oitenta anos de existência do Serviço Social no Brasil e a partir destes quarenta e cinco de pós-graduação, muito já tem sido feito, mas sem dúvida ainda haverá muito o que se fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Angela Santana. A Política Nacional de Pós-Graduação e suas relações com o Serviço Social, *Revista Katalysis*, v.15, n. 2, Florianópolis, 2012, pp. 230-238.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil*, Brasília, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP)*, Brasília, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL (ABESS). Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, *Cadernos Abess*, n.7, São Paulo: Cortez editora, 1997.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Documento de Área 2013, Brasília, 2013. Disponível em www.capes.gov.br acesso em 22 de setembro de 2016.
- GUERRA, Yolanda D. A. Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Revista Temporalis*, n.22, Brasília, 2011 pp. 125-158.

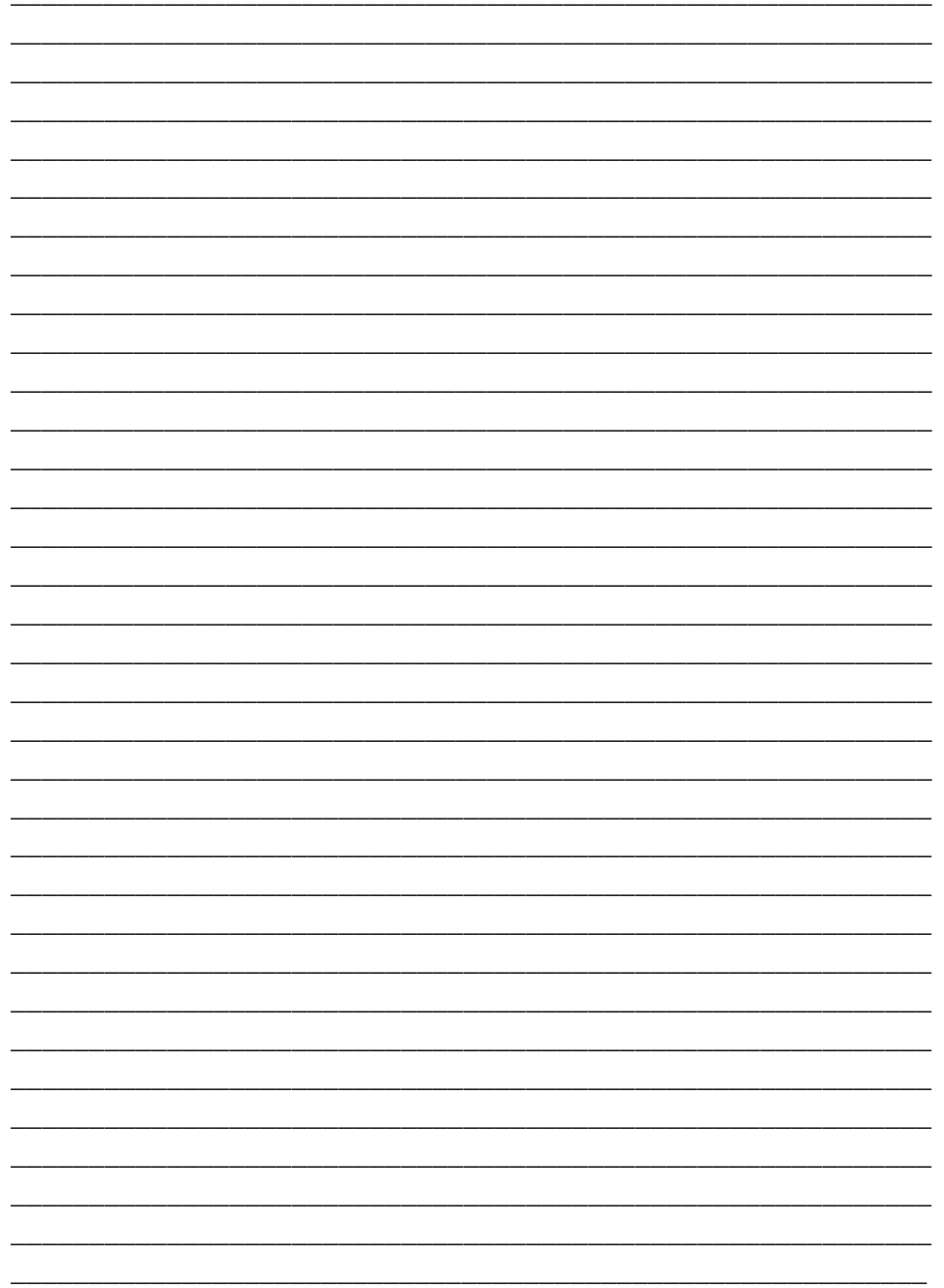
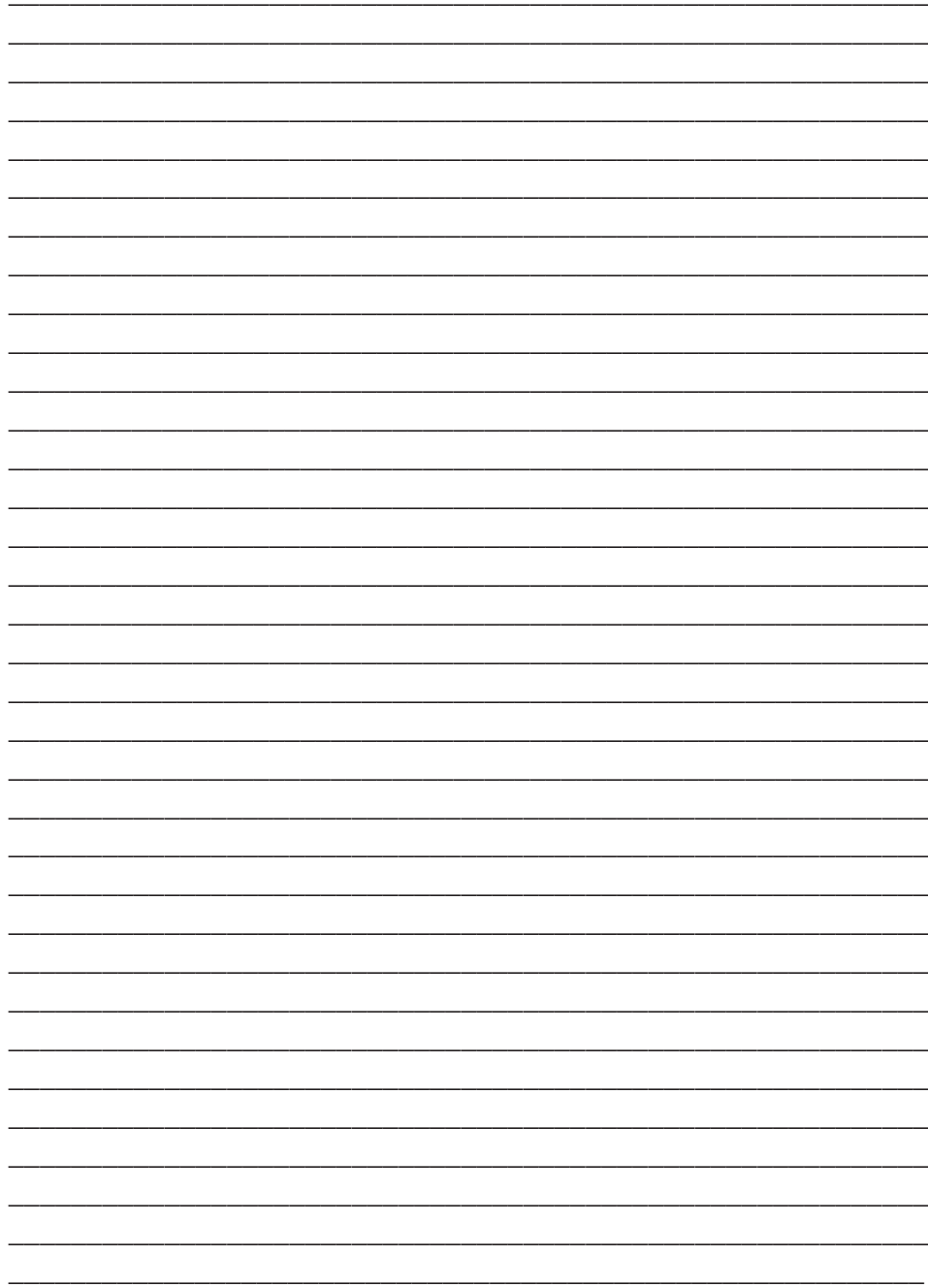
Entrevista

Leila Bugalho (por Sheila Backx)

Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da ESS-UFRJ. Coordenou o PPGSS-UFRJ de 1984 até sua aposentadoria, em 1990.

Conteúdo disponível no canal da Revista Praia Vermelha no Youtube: youtube.com/channel/UCVkdLn-nH1uY5LULedvHIA





Esta publicação foi impressa em 2017 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.